



PPGEduCS

UNIVAS

Paula Chiaretti
et al.
(org.)

Anais do
**7º Seminário Integrado de
Monografias, Dissertações
e Teses
(SIMDT)**

Anais do 7º Seminário integrado de monografias, dissertações e teses (SIMDT)

Paula Chiaretti

et al.

(org.)

Pouso Alegre – MG

Univás

2021

Antônio Carlos Aguiar Brandão
Atílio Catosso Salles
Camila Claudiano Quina Pereira
Cássio José de Oliveira Silva
Diego Henrique Pereira
Joelma Pereira de Faria Nogueira
José Dias da Silva Neto
Lariana Paula Pinto
Paula Chiaretti
Rafael Lazarotto Simionni
Rodrigo Rios Faria de Oliveira
Rogério Lobo Sáber
Ronaldo Julio Baganha
Rosimeire Aparecida Soares Borges
Virgínio Cândido Tosta de Souza

(org.)

Pouso Alegre

**7º Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses
(Simdt)**

Pouso Alegre – MG

Univás

2021

Copyright © 2021 da organizadora representante dos colaboradores.

O conteúdo do resumo publicado é unicamente de responsabilidade do(s) autor(es).

Direitos cedidos para esta edição com exclusividade para publicação para a Univás.

Todos os direitos reservados.

Todos os direitos desta edição estão reservados à Univás.

Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora.

Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

Coordenação Editorial: UNIVÁS

Editoração: Atilio Catosso Salles

Paula Chiaretti

Capa: Diego Henrique Pereira

Univás - Avenida Tuany Toledo, 470 37550-000 - Pouso Alegre - MG Telefones:
(35) 3449-9248 / (35) 98862-9580 / (35) 98858-1993 Pouso Alegre: Univás 2018

Universidade do Vale do Sapucaí – Univás

Reitor da Universidade do Vale do Sapucaí
Prof. Dr. Antonio Carlos Aguiar Brandão

Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. José Dias da Silva Neto

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa
Prof. Dr. José Dias da Silva Neto

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
Prof. Antônio Homero Rocha de Toledo

Comissão Organizadora

Antônio Carlos Aguiar Brandão (Univás)
Atílio Catosso Salles (Univás)
Camila Claudiano Quina Pereira (Univás)
Cássio José de Oliveira Silva (Univás)
Diego Henrique Pereira (Univás)
Joelma Pereira de Faria Nogueira (Univás)
José Dias da Silva Neto (Univás)
Lariana Paula Pinto (Univás)
Paula Chiaretti (Univás)
Rafael Lazarotto Simionni (Univás)
Rodrigo Rios Faria de Oliveira (Univás)
Rogério Lobo Sáber (Univás)
Ronaldo Julio Baganha (Univás)
Rosimeire Aparecida Soares Borges (Univás)
Virgínio Cândido Tosta de Souza (Univás)

Comitê Científico

Antônio Carlos Aguiar Brandão (Univás)
Atilio Catosso Salles (Univás)
Camila Claudiano Quina Pereira (Univás)
Cássio José de Oliveira Silva (Univás)
Diego Henrique Pereira (Univás)
Joelma Pereira de Faria Nogueira (Univás)
José Dias da Silva Neto (Univás)
Lariana Paula Pinto (Univás)
Paula Chiaretti (Univás)
Rafael Lazarotto Simionni (Univás)
Rodrigo Rios Faria de Oliveira (Univás)
Rogério Lobo Sáber (Univás)
Ronaldo Julio Baganha (Univás)
Rosimeire Aparecida Soares Borges (Univás)
Virgínio Cândido Tosta de Souza (Univás)

Editoração

Atilio Catosso Salles

Paula Chiaretti

Diagramação

Diego Henrique Pereira

Rosimeire Aparecida Soares Borges

Apoio/Secretaria

Amanda Marilyn Figueiredo Silva

Gislaine Bittencourt Pereira

Guilherme Oliveira Santos

Monitores

Amanda Costa da Silva

Gustavo Alves Marçal

José Ronildo Lopes Soares

Lucas Gambogi Antunes

Lucas Navaroli Ribeiro Silva

Patrícia Della Torre de Oliveira

Roberta Daiana Bueno de Souza

Realização

Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade

Coordenação

Paula Chiaretti

Atilio Catosso Salles

Núcleo de Pesquisa em Educação, Conhecimento e Sociedade - NUPECS

Coordenação

Camila Claudiano Quina Pereira

<http://pos.univas.edu.br/ppgeducs/>

PPGEduCS
Programa de Pós-graduação em
Educação, Conhecimento e Sociedade



UNIVAS
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ



PÓSUNIVÁS
DOCTORADO | MESTRADO | MBA | ESPECIALIZAÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro)

Chiaretti, Paula (Org.).

Anais do 7º Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Tese (SIMDT):
caderno de programação e resumos. Pouso Alegre, 18 e 19 de novembro de 2021
/ organização de Paula Chiaretti, Antônio Carlos Aguiar Brandão, Atílio Catosso
Salles... [et al.]. – Pouso Alegre: Univás, 2021.

113p.

Vários autores

Bibliografia

ISBN: 978-85-67647-79-1

Formato: Livro Digital

1. Resumos. 2. Educação. 3. Conhecimento. 4. Sociedade. 5. SIMDT. 6.
Nupec. I. Brandão, Antônio Carlos Aguiar (Org.). II. Salles, Atílio Catosso
(Org.). III. Título.

CDD – 370

410

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
ENTRAVES SOCIAIS QUE AFETAM A ADOÇÃO TARDIA E O REFLEXO DA PANDEMIA COVID-19 NESSAS ADOÇÕES.....	13
Adelline Ramos.....	13
REPRESENTAÇÕES DOCENTES SOBRE A INTEGRAÇÃO DAS TDIC NAS AULAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19.....	16
Ana Elisa Cunha Anderi Castilho e Rosimeire Aparecida Soares Borges	16
DIREITO DE LAJE	21
Andrea Cristina Sapi de Paula	21
APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: UMA CORRELAÇÃO ENTRE AUTOEFICÁCIA E MOTIVAÇÃO.....	24
Bárbara Simões Silva.....	24
O QUE A DEPRESSÃO E O SUICÍDIO (C)FALAM ATARVÉS DA PSICANÁLISE NA CANÇÃO “DESCONSTRUÇÃO” DE TIAGO IORC.....	27
Bruna Kitéria Moreira Paiva	27
REDES SOCIAIS E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE DA FERRAMENTA INSTAGRAM.....	29
Evelyn Kathrin Souza Cypriano.....	29
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE CAPACITAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRÊS CAPITAIS BRASILEIRAS.....	32
Flavia Cristina Rodrigues Paiva.....	32
OS MODELOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS LIMITAÇÕES: RESGATANDO UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	36
Frida Leao Moura Brito.....	36

TECNOLOGIAS DIGITAIS E(M) PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: A PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVA COMO ESTRATÉGIA DE AMPLIAÇÃO DE CONHECIMENTO	38
Gabriela Gomes Martins.....	39
LOLICON: A SEXUALIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM ANIMAÇÕES JAPONESAS..	43
Giovanni Scarelli de Souza	43
DA ESCURIDÃO PARA A LUZ: UM SONHO EM CONSTRUÇÃO.....	48
Ivaldir Donizetti das Chagas.....	48
O LUTO NEONATAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DO FILME <i>PIECES OF A WOMAN</i>	52
Mayara Fraga Marcantonio	52
A ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	56
Poliana Apolinário.....	56
A CULTURA DO ESTUPRO FAVORECIDA PELA MÍDIA: UM ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA	59
Giovana Braga Santos.....	59
ESTUDO DE CASO DE UM PACIENTE SOB A ÓTICA DA PSICANÁLISE	65
Gustavo Cassiano Bueno de Salles	65
POLITIZANDO A VIDA PRIVADA: A INFLUÊNCIA DAS OPRESSÕES SOCIAIS NA MANIFESTAÇÃO DO SUICÍDIO	69
Isadora Loyola Pinheiro	69
NECROPOLÍTICA APLICADA À GUERRA ÀS DROGAS	73
Jennifer Fernanda Rocha da Silva.....	73
TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DO CURRÍCULO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	76
José Ronildo Lopes Soares	76

USO DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NO ENSINO REMOTO EM PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19: ESTAVAM OS PROFESSORES PREPARADOS?.....	79
Laís Coutinho de Souza.....	79
O PODER DISCIPLINAR EM ESCOLAS E A SUA RELAÇÃO COM A ESCOLHA DEMOCRÁTICA DE GOVERNOS AUTORITÁRIOS	82
Lara Leal Félix Simões.....	82
O PERCURSO DISCURSIVO SOBRE SÉRGIO MORO.....	87
Malu Maria de Lourdes Mendes Pereira.....	87
TECNOLOGIAS DIGITAIS EM METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DOCENTE	91
Márcia Aparecida Caetano Sasaki e Rosimeire Aparecida Soares Borges	91
O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO: OS EFEITOS DO AMOR ROMÂNTICO NA PERMANÊNCIA DAS RELAÇÕES ESTÁVEIS.....	94
Maria Vitória Carvalho Tavares	94
Rafael de Souza Pinheiro.....	97
CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM OUTRO OLHAR A PARTIR DAS (AUTO)BIOGRAFIAS.....	100
Tatiane Oliveira Santos Pereira Abreu.....	100
SAÚDE DO HOMEM, PERSPECTIVAS PREVENTIVAS DOS TRABALHADORES DE UMA FUNDAÇÃO DE ENSINO	105
Gutemberg Adrian de Oliveira.....	105
A VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19	108
Anaelisa Aleixo, Lidiane Oliveira e Sandiele Mateus	108

APRESENTAÇÃO

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2021, o Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEduCS), da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) da Universidade do Vale do Sapucaí promoveu, através do Núcleo de Pesquisa em Educação, Conhecimento e Sociedade – NUPECS, a sétima edição do Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses – 7º Simdt da Univás.

O Simdt é um evento científico cuja primeira edição foi realizada em 2010, época em que o evento se chamava Simd – Seminário Integrado de Monografias e Dissertações. Em 2010, o evento reuniu pesquisadores de diferentes universidades, que apresentaram trabalhos de conclusão de curso, de iniciação científica e dissertações de mestrado. Em 2012, o evento contou com sua segunda edição e novamente reuniu pesquisadores de diferentes instituições do Brasil. E, em 2014, em sua terceira edição, o evento passou a se chamar Simdt - Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses, em virtude da instalação do doutorado em Ciências da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Em 2016, o SIMDT se consolidou como um evento que acolhe também teses em desenvolvimento. Em sua quinta edição, em 2018, dando continuidade à tradição do evento, sua organização foi pensada de modo a receber os trabalhos científicos considerando a heterogeneidade de instituições de ensino, considerando todas as regiões do Brasil, e a heterogeneidade das fases da pesquisa – inicial, em andamento e final – promovendo a visibilidade e o amplo debate sobre os modos de se fazer pesquisa no campo das Ciências da Linguagem, objetivando abrir espaço para o diálogo intelectual em torno da relação entre linguagem e sociedade entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento com vistas a estabelecer um profícuo intercâmbio e debate. Em 2020, realiza a sua sexta edição, de forma online por conta da pandemia do novo Coronavírus, contando com a participação remota de apresentadores e conferencistas.

Aberto para toda a comunidade acadêmica da Univás, bem como para outras universidades da região e de outras partes do Brasil, o Simdt tem como objetivo abrir espaço para o diálogo intelectual em torno da relação entre linguagem e sociedade entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento com vistas a estabelecer um profícuo intercâmbio e debate, a partir de trabalhos de pesquisa realizados e em andamento.

Com a realização da sétima edição do Simdt, o PPGEduCS, por meio do Núcleo de Pesquisa em Educação, Conhecimento e Sociedade – NUPECS, dá continuidade às suas atividades voltadas para incentivar a produção discente qualificada por meio da convivência

entre pesquisadores, tendo em vista o objetivo central do Simdt que é criar e manter espaços de encontro, de trocas de reflexões, de experiências acadêmico-científicas entre os alunos das mais diferentes instituições de ensino, buscando investir, de modo regular e produtivo, no desenvolvimento de pesquisas de qualidade e de divulgar o trabalho que é realizado nas universidades e em diferentes níveis de ensino.

Nesta sétima edição, dando continuidade à tradição do evento, sua organização foi pensada de modo a recepcionar os trabalhos científicos considerando a heterogeneidade de instituições de ensino, considerando todas as regiões do Brasil, e a heterogeneidade das fases da pesquisa – inicial, em andamento e final – promovendo a visibilidade e o amplo debate sobre os modos de se fazer pesquisa no campo da Educação, conhecimento e sociedade, objetivando abrir espaço para o diálogo intelectual em torno da relação entre linguagem e sociedade entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento com vistas a estabelecer um profícuo intercâmbio e debate.

O 7º SIMDT ocorreu de 18 a 19 de novembro de 2021 e ofereceu oportunidades aos acadêmicos dos Cursos da Univás, da região sul-mineira e do restante do Brasil, que desejavam ampliar a compreensão sobre as pesquisas realizadas na área de educação, envolvendo discussões sobre a construção do conhecimento e o papel do homem na sociedade, por meio da realização de plenárias com apresentação de pesquisas desenvolvidas tanto no âmbito da graduação quanto na pós-graduação. Participaram com apresentação de trabalhos 27 (vinte e sete) pesquisadores, entre graduandos e pós-graduandos, de 5 (cinco) instituições diferentes de todo o Brasil (Universidade do Vale do Sapucaí, Faculdade Cenecista de Varginha, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e 58 (cinquenta e oito) ouvintes de instituições 9 (nove) diferentes (Universidade do Vale do Sapucaí, Faculdade Cenecista de Varginha, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto Federal do Sul de Minas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto Federal do Ceará e Pontifícia Universidade Católica de Campinas).

Comissão Organizadora do 7º Seminário integrado de monografias, dissertações e teses (Simdt)

ENTRAVES SOCIAIS QUE AFETAM A ADOÇÃO TARDIA E O REFLEXO DA PANDEMIA COVID-19 NESSAS ADOÇÕES

Adelline Ramos (FACECA)

ORIENTADORA: Dra. Teresinha Richartz

Resumo. Entende-se por adoção tardia o ato de adotar uma criança ou um adolescente com mais de dois anos de idade. Essa ação, comumente, remete a casos de crianças e adolescentes que sofrem todos os dias com situações de abandono e discriminação; jovens que se encontram marginalizados pela sociedade, vivendo situações de preconceito e de exclusão social. Embora já haja leis a favor desse assunto, ele merece atenção pelo fato de o número de crianças e adolescentes nos abrigos estar sempre aumentando, principalmente entre os que são considerados “maiores” e que não costumam ser opção para a maioria das famílias que pretendem adotar. A Pandemia do Covid-19 contribuiu para o agravamento desse problema, uma vez que houve uma alta entre a população que está vivendo em situação de miséria e, por isso, acabou perdendo a guarda dos filhos por motivos relacionados à falta de condições de criá-los. O objetivo deste artigo, fruto de um TCC, é analisar os entraves sociais que prejudicam a adoção tardia, hoje, no país e os reflexos trazidos pela Pandemia Covid-19 que afetaram ainda mais a adoção desses menores que se encontram fora da “idade ideal” para serem adotados. Esta pesquisa é exclusivamente bibliográfica, realizada por meio de consultas de artigos e livros que dão enfoque a essa questão social e com base nos dados fornecidos pelas casas institucionais de acolhimento, atualmente. De acordo com o relatório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), há uma grande preocupação voltada para as consequências da Pandemia Covid-19, pois se o processo de adoção era demorado antes dessa crise, agora a tarefa ficou ainda mais árdua. Diversas crianças e adolescentes ficaram órfãos, familiares perderam seus sustentos e, por não haver mais condições de criar os filhos, eles acabaram abandonando-os (BRASIL, 2020). Em um agravamento dessa situação, houve, paralelamente, o crescimento da violência e da criminalidade infantil. Seja qual for a modalidade, a adoção é legítima e está prevista na Constituição Federal e tem alicerce no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei nº. 12.010/2009. Como previsto na Constituição Federal em seu artigo 15, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos, também, em leis específicas. Essas crianças e adolescentes estão se desenvolvendo e devem ter garantidos os seus direitos. Um avanço relacionado a essas leis é a mais nova alteração em relação a adoção que houve na Lei nº. 13.509, de 22 de novembro de 2017, que modificou vários artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A referida lei instituiu novos critérios e prazos ao processo de adoção, criando regras para reduzir a demora na adoção no Brasil com a finalidade de dar celeridade aos processos de destituição do poder familiar; com o

enfoque na adoção de grupos de irmãos e crianças e adolescentes com deficiência, doença crônica ou que tenham necessidades específicas de saúde, entre outras importantes modificações. Isso constitui-se em um passo a mais para que possa haver mais celeridade nesses processos e para acabar com certos preconceitos ainda existentes. Há, também, protocolizado pela Deputada Janaina Paschoal, o Projeto de Lei nº. 755, de 2020, que traz a possibilidade de famílias que se encontram na fila para adoção funcionarem como famílias acolhedoras e, ainda, oferece prioridade para que essas mesmas famílias adotem as crianças e adolescentes que tenham sido acolhidos. O projeto é justificado pelo impedimento que as famílias acolhedoras têm de adotar para que não se burle a fila da adoção. Essa sistemática não seria modificada, pois as famílias cadastradas como acolhedoras continuariam não podendo adotar. A mudança seria em permitir que as famílias que estão na fila de adoção pudessem funcionar como acolhedoras (SÃO PAULO, 2020). Quanto aos entraves sociais, Levizon (2000) argumenta sobre alguns medos que habitam no imaginário de pais e mães adotivos e que ainda permanecem, nos dias atuais, como o medo em relação à família biológica da criança pelo receio que se arrependam a qualquer momento e venham lhes tirar a criança; medos em relação à própria criança, ou seja, medo de que tenha uma herança biológica ruim ou uma personalidade incompatível com a família adotante; receio de rejeição e fúria por parte da criança quando souber de sua origem adotiva; medo de que, ao descobrir sua origem biológica, a criança vá atrás da família genitora (LEVINZON, 2000). Em relação ao perfil das crianças, em se tratando da adoção e como consequência do tempo transcorrido durante esse processo, as características das crianças e adolescentes vão se distanciando do perfil desejado pela maioria dos adotantes. Dessa maneira, observa-se a organização de duas filas nas instituições: uma formada por crianças, a maior parte negras ou mestiças, com idade superior a seis anos e com histórico de abuso físico e psicológico; e outra constituída por casais, em sua maioria, interessados em adotar uma criança recém-nascida, saudável, branca, sem histórico de violência e, de preferência, parecida com os adotantes (SIMON, 2005). Com os resultados obtidos, conclui-se que pertencer a um grupo familiar é um direito humano e, depois de passada a Pandemia, nada é mais justo e valioso do que ter uma família. É mister que o Estado reflita sobre o assunto e que trabalhe para que novas políticas públicas sejam elaboradas e reformuladas a respeito do tema a fim de que, de fato, a criança e o adolescente possam ter a segurança de crescer em um ambiente familiar, de forma digna. Por intermédio de discussões, campanhas e informações diversas, os mitos sobre a adoção tardia precisam ser desmistificados de forma que possa surgir, pós-pandemia, uma nova cultura de adoção pautada em atitudes de respeito, apoio e proteção a essas crianças visando à promoção de seu bem-estar e a sua inserção na sociedade.

Referências

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de

dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm. Acesso em: 06 set. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm. Acesso em: 17. out. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 59, de 22 de abril de 2020**. Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19. Brasília, DF: Presidência da República, Diário Oficial da União. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-59-de-22-de-abril-de-2020-253753930>. Acesso em: 19 out. 2021.

LEVINZON, Gina Khafif. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. 2 ed. São Paulo: Escuta, 2000.

SÃO PAULO. **Projeto de lei nº 755/2020**. Dispõe sobre as relações de trabalho em situação de emergência sanitária. São Paulo: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000358046>. Acesso em: 19 out. 2021.

SIMON, Claudio Hutz. **Prevenção e intervenções em situações de risco e vulnerabilidade**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Palavras-Chave. Suicídio. Adolescência. Werther. Internet.

REPRESENTAÇÕES DOCENTES SOBRE A INTEGRAÇÃO DAS TDIC NAS AULAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Ana Elisa Cunha Anderi Castilho e Rosimeire Aparecida Soares Borges
(Univás)

ORIENTADORA: Dra. Rosimeire Aparecida Soares Borges

Resumo. As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) ocasionam transformações na sociedade e, conseqüentemente, são inúmeras as mudanças nas diferentes áreas, incluindo a educação. Em 2020, com a pandemia da Covid-19, em todo o mundo houve o fechamento das escolas em razão da necessidade de isolamento social, para conter a transmissão dessa doença. A continuidade dos períodos letivos em diferentes níveis de ensino foi possível por meio das aulas remotas, subsidiadas pelas TDIC. Foi nesse contexto que foi desenvolvida uma investigação, apresentada neste trabalho, que buscou conhecer e compreender como as representações docentes sobre a integração das TDIC nas aulas do ensino fundamental - anos iniciais foram direcionadas nessa nova realidade e a necessidade de apropriação do conhecimento tecnológico para as práticas pedagógicas nas aulas remotas. Para alcançar esse objetivo geral delineou-se como objetivos específicos: a) a realização de um diagnóstico do conhecimento existente dos docentes em relação às tecnologias digitais utilizadas na fase de alfabetização dos alunos; b) levantamento e seleção de tecnologias digitais que auxiliassem as atividades on-line; c) oferta de minicursos com uso de tecnologias digitais em atividades práticas passíveis de serem realizadas pelos docentes em aulas remotas no ensino fundamental - anos iniciais e d) análise dos resultados obtidos nesses minicursos. A pesquisa teve abordagem qualitativa e exploratória e foi fundamentada em Chartier (1991), do ponto de vista da história cultural, tendo por base os conceitos de apropriação e representação e em autores como Kenski (2013), Almeida (2016), Gatti (2017), Valente, Almeida e Geraldini (2017), Bacich (2018), Moran (2020), dentre outros, que estudam a integração das TDIC nas práticas pedagógicas. Como procedimentos metodológicos, foi realizado um estudo bibliográfico e uma pesquisa de campo com 21 docentes desse nível de ensino, que atuam em uma escola municipal, localizada em uma cidade do sul de Minas Gerais. No âmbito da pesquisa de campo foi realizado, para os professores participantes, um curso de formação constituído por seis oficinas, via plataforma Google Meet, abordando a apresentação e a experimentação de ferramentas Google em atividades que podem ser realizadas nas aulas, com os alunos, com uso dos aplicativos e softwares: *Google Drive*, *Google Classroom*, *Google Docs*, *Google Sheet*, *Google Slides* e *Google Forms*. Vale salientar que a escolha dessas ferramentas se deve por ser um pacote gratuito e recursos fáceis de usar. No início do referido curso de formação docente, após assinatura do termo de consentimento livre e

esclarecido, concordando em participar do estudo, foi aplicado aos docentes participantes um primeiro questionário, objetivando levantar o perfil desses professores. Ao final do curso, foi aplicado um segundo questionário, intentando conhecer as percepções desses professores em relação à integração das TDIC nas práticas pedagógicas nesse momento de pandemia da Covid-19 e, também, foram coletados relatos digitais desses docentes sobre suas experiências em cada uma das oficinas. Esses dados foram organizados e apresentados com o auxílio do software MaxQda e as análises foram feitas seguindo princípios da análise de conteúdo de Bardin (2016) e à luz das teorias estudadas. Os resultados das análises das respostas das docentes pesquisadas ao questionário e de seus relatos digitais evidenciaram que elas compreendem a importância das TDIC nas aulas e que reconhecem ser necessária a formação docente para o uso das TDIC, sendo esta, a primeira categoria temática analisada. Para elas, a formação inicial e continuada sobre recursos tecnológicos que podem ser integrados em suas práticas pedagógicas pode lhes proporcionar mais segurança e habilidades para criarem atividades e ambientes mais propícios à aprendizagem dos alunos. No entanto, junto a essa necessidade de formação docente continuada, explicitaram em suas respostas, inúmeras dificuldades enfrentadas em relação à essas tecnologias, tais como, a forma de inseri-las em suas aulas, a definição dos objetivos das aulas e quais tecnologias poderiam usar, como realizar a avaliação do desempenho dos alunos, ou seja, de maneira que estejam seguras se determinada ferramenta digital que escolhessem poderia acrescentar para a aula do ponto de vista do objetivo e da possibilidade de aprendizagem dos alunos. O conhecimento tecnológico foi a segunda categoria temática evidenciada e analisada, pois as percepções das professoras mostraram que reconhecem necessitar desse tipo de conhecimento para a integração das TDIC em suas práticas pedagógicas, articulado com outros conhecimentos, como os conhecimentos dos conteúdos a serem ministrados e os conhecimentos pedagógicos. Conforme defendido por Mishra e Koehler (2006), a integração desses três conhecimentos pode possibilitar aos docentes ampliar possibilidades desde o planejamento das aulas, passando pela percepção de como os alunos aprendem, em um alinhamento de sua prática pedagógica para uma formação dos estudantes que os prepare para enfrentar os desafios colocados pela evolução tecnológica. As TDIC na interação entre professores e alunos emergiu como uma terceira categoria temática que deu lugar a reflexões sobre as percepções dos docentes acerca do papel dessas tecnologias diante da necessidade de aulas remotas, o que exigiu dos professores e alunos um redesenho da compreensão de aspectos do processo educacional. Foram externalizadas suas angústias diante da ausência de uma formação específica, com conhecimentos de tecnologias que pudessem possibilitar a interação com seus alunos pelos meios digitais. No entanto, pode-se notar que o momento formativo vivenciado nesta pesquisa, mesmo que um tanto acelerado, oportunizou-lhes conhecer e experimentar algumas tecnologias que podem potencializar o trabalho colaborativo e favorecer a interação em ambientes virtuais, em consonância com o que defendem Figueiredo e Rodrigues (2020). TDIC na prática pedagógica dos professores foi a quarta categoria temática e as análises mostram as percepções das docentes pesquisadas sobre essas tecnologias e suas contribuições para uma prática docente colaborativa com a produção do conhecimento de docentes e alunos, desde que haja conhecimento sobre os recursos e funcionalidades que essas tecnologias oferecem. Entretanto, suas percepções evidenciaram

muitos desafios para a integração das TDIC de modo a realizar as aulas remotas, tanto por parte da escola quanto dos próprios professores que reelaboraram os planejamentos de maneira urgente, visando garantir a comunicação com os alunos e suas famílias, para a continuidade das aulas, o que corrobora o estudo de Moran (2020), sobre essa importância de vínculo entre docente e estudante nesse momento de pandemia, de forma a orientá-los quanto a participação nas aulas. As TDIC na aprendizagem dos alunos, como a quinta categoria temática, evidenciou que as docentes, dentre as razões para a integração dessas tecnologias nas práticas pedagógicas, reconheceram a necessidade de mudar os próprios modos de aprender. Compreenderam que essas tecnologias podem promover aulas mais interativas, contribuindo para uma aprendizagem mais colaborativa em experiências inovadoras docentes e discentes. Entretanto, reconheceram também que, embora presentes na sociedade, há dificuldades para a real integração das TDIC nas aulas, em razão de muitos fatores relacionados aos alunos, pois puderam constatar que não são todos que têm acesso a esses recursos, e aos professores, no tocante à não terem formação específica que lhes possibilite utilizar com propriedade e segurança essas tecnologias em suas práticas pedagógicas. As dificuldades de acesso às TDIC estão como a sexta categoria que emergiu nas percepções dos professores pesquisados, que explicitaram os desafios enfrentados para essa integração das TDIC nas aulas. Embora compreendam que essas tecnologias podem colaborar com a aprendizagem dos alunos, consideraram ser isto possível somente após o docente se apropriar de conhecimentos acerca das TDIC e como funcionam em cursos de formação continuada que os fundamente a utilizar as TDIC, o que confirma o que está colocado em estudos como o de Ferrete e Santos (2020). Referiram a outro desafio que enfrentaram, a falta de infraestrutura, pois muitos alunos e docentes não possuíam as tecnologias necessárias para aulas remotas, como a falta de computadores, celulares e de acesso à internet, o que limitou a integração dessas tecnologias na prática pedagógica e, muitas vezes, os alunos ficaram somente com o recebimento e o envio de materiais impressos. Esse desafio está amplamente debatido na literatura, que mostra como uma das razões, a desigualdade social, como nos estudos de Ludovico *et al.* (2020), Binsfeld e Colonello (2020) e Jaskiw e Lopes (2020), dentre outros. Em suma, o estudo referido cumpriu seus objetivos, conhecendo as percepções das professoras pesquisadas sobre as experiências docentes em um contexto de cultura digital e desigualdades sociais vivenciadas, ainda mais com a pandemia da Covid-19. Se interpretadas à luz de Chartier (1991), mostram que as representações conceituais construídas pelas docentes pesquisadas ficam impressas em seus planejamentos e os conhecimentos tecnológicos podem auxiliar na integração das TDIC junto a um conjunto de conhecimentos que relacionam o potencial desses recursos nas práticas pedagógicas. No entanto, as representações das docentes pesquisadas apontaram, para além da necessidade de formação docente, a necessidade de reelaboração dos currículos, de atenção às especificidades dos alunos, de ações para a adequação das deficitárias infraestruturas, dentre outros aspectos. Ou seja, para a necessidade de reestruturação do próprio sistema educacional e social no Brasil, de modo a atender a todos os alunos sem distinção, com uma educação de qualidade acordada às demandas de formação colocadas pela sociedade da informação.

Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Currículo e políticas públicas de TIC e educação. *In*: MARTINHÃO, Maximiliano Salvadori (coord.). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC educação 2015. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, p. 45-53, 2016. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Edu_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

ALVES, Manoel Messias Santos; FERRETE, Anne Alilma Silva Souza; SANTOS, Willian Lima. As tecnologias móveis digitais da informação e comunicação presentes na formação inicial docente em ciências biológicas. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 2, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/4520>. Acesso em: 29 jan. 2020.

BACICH, Lilian. As tecnologias digitais e seu papel transformador nas ações de ensino e aprendizagem. **Inovação na educação**, out. 2018. Disponível em: <https://lilianbacich.com/2018/10/10/as-tecnologias-digitais-e-seu-papel-transformador-nas-acoes-de-ensino-e-aprendizagem/>. Acesso em: 20 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BINSFELD, Pedro Canisio; COLONELLO, Ninive Aguiar. Coronavírus - SARS-CoV-2: classe de risco e consensos de biossegurança para laboratório com amostras infectantes. **Health Sciences**, v. 1, p. 1-18, maio 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/399/486>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 1-15, 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010. Acesso em: 19 mar. 2020.

FIGUEIREDO, Tiago Dziekaniak; RODRIGUES, Sheyla Costa. Professores e suas tecnologias: uma cultura docente em ação. **Educação em Revista**, v. 36, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vF6rLhchQZMGVKwKH5LR5NvH/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2021.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/8429/17739>. Acesso em: 25 abr. 2020.

JASKIW, Eliandra Francielli Bini; LOPES, Claudemira Vieira Gusmão. A pandemia, as TDIC e ensino remoto na educação básica: desafios para as mulheres que são mães e professoras. **SCIAS-Educação, Comunicação e Tecnologia**, v. 2, n. 2, p. 231-250, 2020.

Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasedcomtec/article/view/5033>.
Acesso em: 20 abr. 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas: Papyrus, 2013.

LUDOVICO, Francieli Motter *et al.* Covid-19: desafios dos docentes na linha de frente da educação. **Interfaces científicas: educação**, v. 10, n. 1, p. 58-74, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/renote/article/view/99530>. Acesso em: 01 maio 2020.

MISHRA, Punya; KOEHLER, Matthew J. Technological pedagogical content knowledge: a framework for teacher knowledge. **Teachers College Record**, v. 108, n. 6, p. 1017-1054, 2006. Disponível em: <https://www.learntechlib.org/p/99246/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MORAN, José. Transformações na educação impulsionadas pela crise. São Paulo: Educação Transformadora, 2020. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/?p=1070>. Acesso em: 13 abr. 2021.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; GERALDINI, Alexandra Fogli Serpa. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 52, p. 455-478, 2017. Disponível em: <http://pat.educacao.ba.gov.br/conteudos/conteudos-digitais/download/10586.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Palavras-Chave. Formação. Professores. TDIC. Ensino Fundamental. Representações. Docentes.

DIREITO DE LAJE

Andrea Cristina Sapi de Paula (FDSM)

ORIENTADOR: Dr. Rafael Alem Mello Ferreira

Resumo. Pense em uma família que vive em uma casa com apenas um andar. Um dos filhos decide se casar e os pais autorizam que ele construa sua casa em cima da atual, erguendo um segundo andar com entrada independente. Essa é uma situação muito comum, seja pela condição financeira das famílias ou situação dos terrenos. Porém, como foi criada uma edificação em um terreno que não pertence à pessoa, o Direito entendia que o morador da nova residência, que arcou apenas com os custos da edificação, não era o real proprietário. Morar em favela representa uma solução de vida para milhões de brasileiros que experimentam cidadanias vulneráveis, muito longe do alcance de modelos de cidadanias plenas. Tal visão, entretanto, além de explicitar um dilema já institucionalizado na atualidade, não inspira soluções melhores de acesso à moradia, do que as já encontradas pelos moradores de favelas. Pensando nisso, para a problemática do tema, serão discorridos institutos do Direito Civil Brasileiro, ressaltando os entraves da aplicação do instituto. Tem como objetivo geral discorrer sobre a regularização fundiária no Brasil, tomando como base teórica a apresentação do conceito e aplicação do direito de laje. Como objetivos específicos: pontuar sobre a efetividade do direito de moradia; as origens do direito da propriedade e, finalmente, sobre a intenção do legislador quando criou o instituto conhecido como direito de laje e seus quesitos cartoriais. O direito de moradia, enquanto direito social fundamentado na dignidade humana, conduzirá a uma reflexão acerca da existência de uma categoria de cidadania vulnerável cujo acesso à cidade se dá de maneira muito restrita. O surgimento dos direitos sociais está atrelado ao capitalismo industrial embrionário que produziu relações trabalhistas tirânicas, marcadas por um intenso processo de violação à dignidade do operariado; e, de outro, pelos movimentos de resistência e de afirmação desses direitos, que se contrapuseram ao quadro de opressão configurado. O primeiro documento histórico, com maior significação no campo dos direitos sociais, foi a Constituição Francesa de 1848. Embora não tivesse ainda o condão de conceber o Estado francês como um Estado Social, trouxe a previsão de direitos sociais. O direito de moradia possui envergadura constitucional estabelecido no art. 6º. da Carta Cidadã como um direito social e a laje assume um papel primordial na efetivação de tal direito, surgindo como medida a ser implementada, com o fito de alcançar a regularização fundiária tão almejada. O que comumente ocorre é a construção da laje em terreno particular, sobre o qual se exerce a posse adquirida através de um instrumento particular de cessão de posse, registrado unicamente na associação de moradores. Na prática, os moradores, principalmente de favelas, compram e vendem lajes de maneira autônoma, demonstrando a real necessidade de desvincular o direito de laje da posse eventualmente exercida pelos demais moradores, isso se deve à considerável

mobibilidade social existente dentro da comunidade. Quanto a natureza jurídica do instituto, muito embora o assunto seja controvertido na doutrina, possuindo inclusive posicionamento em sentido diverso, prevalece o entendimento de que o direito real de laje seja autônomo e independente (sobre coisa própria), em relação à propriedade do imóvel originalmente construído, o que possibilita, além da proteção possessória, a tutela reivindicatória. Uma vez cumpridos os requisitos legais, sendo estes, via de regra, os mesmos atinentes aos demais direitos reais - impõe-se aos contratantes (lajeário/lajeado), a averbação do título junto ao registro de imóveis, na forma prevista pelo Código Civil. Dispositivo teórico-metodológico: propõe-se, através de uma perspectiva dialógica e analítica, sob a ótica do pluralismo jurídico e social, da inclusão do Outro e do consenso, premissas defendidas pelo jurista Jürgen Habermas, que preconiza o direito sob a ótica da teoria do discurso e da ação comunicativa, discutir a (in)efetividade da lei em questão. Infere-se que em sociedades complexas, a ação comunicativa pode – e deve – desempenhar um importante papel de integração social, para tanto, ela tem de se valer de seus próprios recursos para domesticar o risco de dissenso, sendo concretude para a materialização dos direitos fundamentais e para a formação de uma democracia participativa. As possíveis soluções para conceder acesso à moradia para pobres devem ser analisadas por uma ótica ampla, compreendendo a questão habitacional de maneira absolutamente integrante ao aspecto de cidadania, buscando instrumentos genuínos que capacitem novas formulações jurídicas e, conseqüentemente, sociais. Caso contrário, estarão sendo reproduzidos, de maneira reiterada, desamparos legais. Assim, para tratar juridicamente questões sociais é necessário, a priori, enxergá-las sob uma ótica de pluralismo, por meio da qual parte-se da premissa de que o direito é, sobretudo, um fenômeno de ordem social. Restando como principal função dos seus operadores, empregar uma interpretação hermenêutica com o objetivo de adaptar a objetividade da norma à complexidade e pluralidade social. O trabalho ainda se encontra em fase de construção.

Referências

BARRETO, Vicente de Paulo. Reflexões sobre os direitos sociais. **Boletim de Ciências Econômicas XLV**, pp. 125-147, 2003. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/24867>. Acesso em: 12 out. 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. **A constituição francesa de 1848**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/fran1848.htm>. Acesso em: 12 out. 2021.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva jur, 2015.

LIMA, Frederico Henrique Viegas de. Direito de laje: uma visão da cathedral. **Revista de Direito Imobiliário**, v. 82, p. 251-280, 2017. Disponível em: <https://academia.irib.org.br/hom/handle/123456789/1185>. Acesso em: 12 out. 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. 14 ed. São Paulo: Saraiva jur, 2009.

FERREIRA, Rafael Alem Mello. **Jurisdição Constitucional Agressiva: O STF e a Democracia Deliberativa** de Jürgen Habermas. Belo Horizonte: Juruá, 2015.

FERREIRA, Rafael Alem Mello. **O projeto inacabado de uma teoria judicial: de Habermas a Streck, na luta por decisões democráticas.** Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://portaladm.estacio.br/media/3733093/rafael-alem-mello-ferreira.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro: estudos de teoria política.** 3 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LOBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil- Coisas.** 6 ed. São Paulo: Saraiva jur, 2021.

JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. Direitos sociais. In: JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes *et al.* Tomo 2: Direito Administrativo e Constitucional. **Enciclopédia Jurídica da PUC-SP**, v. 2, p. 1-50, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/54/educacao-1/direitos-sociais>. Acesso em: 12 out. 2021.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Direito das Coisas.** 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PINHEIRO, Maria Cláudia Bucchianeri. A Constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais: a preponderância da Constituição da República Alemã de 1919 na inauguração do constitucionalismo social à luz da Constituição Mexicana de 1917. **Revista de informação legislativa**, v. 43, n. 169, p. 101-126, 2006. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92449/Pinheiro%20Maria.pdf?sequence=2>. Acesso em: 10 out. 2021.

ROSENVALD, Nelson. O direito real de laje como nova manifestação de propriedade. **Nelson Rosenvald**, 2017. Disponível em: <https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2017/09/14/O-direito-real-de-laje-como-nova-manifestação-de-propriedade>. Acesso em: 12 out. 2021.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 19 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado.** Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

SOUZA, Sylvio Capanema de. O Código Napoleão e sua influência no direito brasileiro. **Revista da EMERJ**, v. 7, n. 26, p. 36-51, 2004. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista26/revista26_36.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

Palavras-Chave. Direito de Laje. Regularização fundiária. Jürgen Habermas. Teoria comunicativa.

APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: UMA CORRELAÇÃO ENTRE AUTOEFICÁCIA E MOTIVAÇÃO

Bárbara Simões Silva (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Lariana Paula Pinto

Resumo. O estudo do processo de aprendizagem e como o método de estudo aplicado estão conectados diretamente aos fatores motivacionais e cognitivos de cada estudante. Buscando novos modelos para a melhoria do desempenho escolar, a compreensão de certas variáveis permite que o docente as utilize para a criação de estratégias de avaliação e aprendizagem dos seus alunos. Diante disso, a pesquisa surgiu pela observação e experiência da pesquisadora durante o processo de inserção e permanência no ensino superior. Já introduzido a universidade, o estudante se encontra perante condições e experiências próprias do cenário acadêmico, frente a isso, é primordial que se estimule recursos pessoais, emocionais, estratégias de estudo, suporte social e crenças de autoeficácia para que ele consiga caminhar com êxito até a conclusão do curso (ARAÚJO *et al.*, *apud* SOARES *et al.*, 2018). Bandura (2008), em sua teoria social (Teoria da Aprendizagem Social), infere que o comportamento humano é formado por uma tríade, na qual interação da cognição, comportamento e fatores pessoais e sociais se correspondem mutuamente. Na teoria, esses fatores operam em duas direções, mesmo que não simultâneos e de mesma intensidade. O controle do comportamento pode ser realizado por meio de competências básicas (autorreflexão, simbolização, aprendizagem vicária, antecipação e autorregulação), sendo capaz de prever o curso de suas ações e prever seus resultados, agindo assim, intencionalmente no seu meio. Em sua teoria da Autoeficácia, Bandura a define como a crença que o sujeito possui na sua capacidade de elaborar e planejar ações e certos desempenhos. Ao adentrar no Ensino Superior, o estudante pode não ter aptidões acadêmicas necessárias para que consiga responder a todas as mudanças que um novo método de ensino possui. Crenças de autoeficácias superiores trazem consigo um maior desenvolvimento da motivação, dedicação, esforço e persistência frente a novos obstáculos. No cenário educacional, as possibilidades de êxito são mais elevadas em estudantes que se sentem aptos para a resolução de problemas. Diante disso, as crenças de autoeficácia para a aprendizagem são antecedentes da motivação para aprender, já que ao se considerarem capazes de aprender, incluem. Honório (2020) afirma que, uma vez inserido no contexto acadêmico, o método de ensino e a maneira com o que o estudante realiza sua aprendizagem se conectam de modo direto com os aspectos cognitivos e motivacionais de cada indivíduo. Ao identificar a relação entre fatores cognitivos e motivacionais, o professor pode utilizá-las para obter um bom desempenho dos acadêmicos. Assim, o método de ensino e avaliação usado pelo docente pode influenciar na aprendizagem do estudante. A compreensão dos fatores que possibilitam uma aprendizagem efetiva leva em conta a motivação como perspectiva de sucesso (CLAYTON; BLUMBERG; AULD, 2010, *apud* CORRÊA *et al.*, 2020). Na realização de uma

tarefa, o aluno que está motivado garante o ambiente de atividades mais entusiasta, ao lado de uma aprendizagem mais efetiva. A Teoria da Autodeterminação – TAD - recomenda um modelo motivacional que é fundamentado na busca de necessidades psicológicas de competência, relacionamento e autonomia, que trabalham de maneira independente. Na TAD são classificados três tipos de motivação: a motivação intrínseca, a motivação extrínseca e a desmotivação (HONÓRIO *et al.*, 2020). Um dos agentes que podem facilitar a motivação dos alunos é o professor, criando estratégias de ensino motivacionais, as quais podem fortalecer o aprendizado dos estudantes (OLIVEIRA, 2017). De acordo com Shunk (1991 *apud* COELHO, 2019), a autoeficácia e a motivação seguem uma sequência de reforços na qual a motivação aumenta quando os alunos se percebem progredindo no aprendizado; tendo mais habilidades, o estudante mantém o nível de autoeficácia elevado, o que irá atuar diretamente na sua aprendizagem e assim progressivamente. Através dos processos cognitivos e motivacionais, a autoeficácia pode aumentar ou diminuir o seu desempenho (BANDURA, 1989, *apud* COELHO, 2019). Ao ser reconhecido, o senso de autoeficácia irá auxiliar o indivíduo a utilizar de todos os recursos disponíveis para a sua realização pessoal (COELHO, 2019). A universidade é um ambiente que envolve múltiplas relações, dentre elas a relação professor-aluno se enfatiza como umas das mais significativas (ANUNCIACÃO; ANTONIO; MANUEL, 2015). Durante o processo educativo, o convívio e entrosamento entre o estudante e o professor se configura como o ponto central do progresso educativo, apesar das normas e regras da instituição. De acordo com Porto e Soares (2017), o significado da educação para aluno e professor tende a auxiliar a interação e a relação de ambos. A pesquisa teve como objetivo verificar as correlações entre as crenças de autoeficácia e motivação, além de influências positivas em estratégias de ensino utilizadas pelos professores, em jovens e adultos, estudantes do Ensino Superior. Foram integrantes da amostra, 130 alunos que cursam o ensino superior, com idades entre 18 e 54 anos, sendo 102 do sexo feminino, 25 do sexo masculino e 3 preferem não revelar. Utilizou-se para a avaliação da autoeficácia a Escala de Autoeficácia na Formação Superior – AEFS; para a avaliação da motivação, a Escala de Motivação Acadêmica – EMA; e um questionário de informação que coletou dados dos participantes e informações acerca dos estudantes dentro do ensino superior. Para analisar os dados foi utilizada a correlação de Pearson (r) para testar a hipótese inicial. Foi realizada a correlação entre as escalas AEFS-EMA na qual se encontraram as médias da amostra; também foram verificadas as estatísticas inferenciais da amostra por grupo etário e grupo semestre. Verificou-se a existência de correlações significativas entre alguns dos fatores relacionados à motivação com os de autoeficácia. Evidenciou-se que os fatores de autoeficácia estão positivamente e estatisticamente relacionados aos fatores de motivação, dando assim uma indicação de que quanto maior a autoeficácia, maior será a motivação. Após a análise de resultados, verificou-se que os fatores de autoeficácia se correlacionaram com os fatores motivacionais intrínsecos, ou seja, o universitário que possui influências motivacionais tende a acreditar em seu potencial de ação para atingir o sucesso. Com as correlações apresentadas, observa-se que a motivação intrínseca é a que se relaciona consideravelmente com as variáveis de autoeficácia. Analisando os dados obtidos, verifica-se que os fatores de autoeficácia tendem a se correlatar com os fatores motivacionais intrínsecos, ou seja, o universitário que possui influências motivacionais, tende a acreditar

em seu potencial de ação para atingir o sucesso. Nessa perspectiva, pode-se refletir que o universitário dispõe de um interesse natural em realizar suas atividades, não demandando de algo externo como meio de recompensa para tal ato. Nessa mesma linha, a autoeficácia volta-se para a confiança e o aceite de que o aluno é capaz de realizar quaisquer tarefas propostas a ele, garantindo, desse modo, um maior envolvimento em sua formação e satisfação no seu processo acadêmico.

Referências

SOARES, A. B. *et al.* Expectativas acadêmicas de estudantes nos primeiros anos do Ensino Superior. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 1, p. 206-223, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/2553>. Acesso em: 12 set. 2021.

BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. **Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: ArtMed. 2008.

HONÓRIO, D. A. *et al.* Perfil motivacional, formas de estudo e satisfação de estudantes universitários com a vida. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.101, n. 258, p. 420-435, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NQq7HxvTqQWsgQRNPTgd3TF/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

CORREIA, J. F.; MORAES, L.; MATTOS, C. A. Autoeficácia e motivação para aprender. **Revista Gestão & Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 57-70. Disponível em: [2020https://doi.org/10.36661/2596-142X.2020v2i2.10811](https://doi.org/10.36661/2596-142X.2020v2i2.10811). Acesso em: 12 set. 2021.

OLIVEIRA, E. S. Motivação no ensino superior: estratégias e desafios. **Revista Contexto & Educação**, v. 32, n. 101, p. 212-232, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2017.101.212-232>. Acesso em: 12 set. 2021.

COELHO, W. E. Ansiedade, autoeficácia e motivação nos cursos stricto sensu de ciências contábeis. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FACE-BEDN5C>. Acesso em: 12 set. 2021.

ANUNCIACÃO, L; ANTONIO, D.; MANUEL, J. A. C. Importância da relação professor- aluno na educação superior. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: Formação de Professores, Complexidade e Trabalho Docente*, 11., 2015, Prado velho. **Anais [...]**. Prado velho.

PORTO, A. M. S.; SOARES, A. B. Expectativas e adaptação acadêmica em estudantes universitários. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.19, p. 208-219, 2017. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n1p208-219>. Acesso em: 12 set. 2021.

Palavras-Chave. Autoeficácia. Motivação. Aprendizagem. Ensino-Superior.

O QUE A DEPRESSÃO E O SUICÍDIO (C)FALAM ATARVÉS DA PSICANÁLISE NA CANÇÃO “DESCONSTRUÇÃO” DE TIAGO IORC

Bruna Kitéria Moreira Paiva (Univás)

ORIENTADOR: Dr. Atílio Catosso Salles

Resumo. O suicídio, conforme encontramos no Ministério da Saúde (2019), é um “fenômeno complexo, multifacetado e de múltiplas determinações, que pode afetar indivíduos de diferentes origens, classes sociais, idades, orientações sexuais e identidades de gênero”. Para Durkheim (1897/2000), os aspectos que explicam o suicídio não estão necessariamente localizados no indivíduo e sim na sociedade. E quando Kehl (2015) afirma que a depressão também torna-se um sintoma social contemporâneo, que converge para um mal-estar histórico como a histeria foi para a sociedade européia no século XXI, representa hoje uma das principais maneiras de adoecimento e sofrimento humano que podem, ainda, levar ao comportamento suicida. Dessa forma, esta pesquisa traz a discussão sobre o suicídio e a depressão como fenômenos sociais e não só um ato individual de responsabilidade do sujeito, utilizando como objeto a canção popular brasileira “Desconstrução” do autor e cantor Tiago Iorc para a análise e reflexão com embasamento na teoria psicanalítica. Este trabalho mostra-se relevante a partir dos altos índices de diagnósticos de depressão, comportamentos suicidas que demandam ações políticas na promoção de meios de fala, de abertura, de oportunidades de debate para produção de reflexões críticas e assertivas. Com isso, emerge a necessidade de se falar com lucidez e uma certa leveza de um tema que em si é tão profundo, singular, subjetivo e social e que necessita de ampliação das discussões e questões políticas de medidas de saúde pública. Desenvolveu-se um estudo de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, explicativa e procedimento bibliográfico, tendo a abordagem psicanalítica como embasamento de reflexão e compreensão que norteia a pesquisa nas suas proposições, interpretações e análises dos resultados, correlacionando-a com a canção popular brasileira “Desconstrução” do autor e cantor Tiago Iorc, como uma ferramenta proeminente e fecunda para falar abertamente do que por vezes tenta-se esconder ou calar na voz do outro sobre a depressão e o suicídio. Segundo Lacan (1962-1963/2005), a partir da perspectiva freudiana que traz o suicídio articulado aos conceitos de ato psicanalítico, angústia e de objeto, o autor contribui quando fala do ato suicida como a sobreposição do gozo da morte contra o desejo de saber, como único ato humano que pode classificar como bem-sucedido contestando o ato falho. Não é suficiente só falar sobre o suicídio, contudo é essencial discutir com seriedade suas causas, trazendo à tona o que, há tempos, Marx (1846/2006, p. 44) já exortava que “A classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos próprios defeitos de nossa sociedade”. Tornando-se porventura um fato e fenômeno social, que, por vezes, como a mídia está na condição de fonte de relação e interação social, emergirá o que já está latente. A depressão, como um dos grandes sofrimentos da sociedade contemporânea, é um fator convergente e sinalizante para o risco do ato suicida que precisa de atenção e compreensão para o manejo no cuidado e no controle de suas consequências. Dessa maneira, a expressão artística e cultural é uma das formas proeminentes e fecunda de se poder falar abertamente do que, por vezes, tenta-se

esconder ou calar na voz do outro. Ao se pensar sobre a perspectiva do corpo em relação ao modo como é falado dentro da canção e do videoclipe, na sua relação com a imagem e os modos de dizer de si, Orlandi (2012) diz que “o corpo é a materialidade do sujeito”. Mas o que é a materialidade e o que é o sujeito dentro dessas novas formas de dizer de si? Carroza (2013), ainda, aponta para questões em que “a forma como o sujeito se projeta numa imagem do corpo tem a ver com as determinações históricas e políticas nas quais ele se inscreve”. E quando o sujeito se inscreve, segundo a psicanálise lacaniana, o ato de inscrever sai do Real e passa para o Simbólico. Logo, a materialização da imagem corporal do sujeito torna-se simbólica. A canção Desconstrução de Tiago Iorc apresenta-se como um objeto de recorte reflexivo do que se experimenta e se vive sobre os sofrimentos com a depressão e o comportamento suicida. O sujeito que sofre com a depressão e chega ao comportamento suicida, muitas vezes sem voz a priori e posteriori, no que tange seu sofrimento, não possui espaços de reflexões e questionamentos sobre sua responsabilidade única do fato, propiciando a desculpabilização individual e a realidade da responsabilidade compartilhada da sociedade. A contribuição da pesquisa apresenta-se na discussão da questão de saúde pública, da depressão e do suicídio como fenômenos sociais e não como transtorno mental e desequilíbrio emocional somente. Assim como demonstrado na canção, percebe-se como o sujeito, muitas vezes, sofre isoladamente, assumindo para si toda a responsabilidade do comportamento e ato suicida, sem espaços para falar de si, dizer de si e, ainda, desconsiderando a possibilidade de luta compartilhada e ajuda eficaz de políticas públicas, já que como se discute, o sujeito se vê em outras opções de saída àquilo que a própria sociedade lhe impõe e exige como norma de vida ou de morte.

Referências

- CARROZZA, (2013). A movência do sujeito no espaço digital. In. DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. v. 2, 2013. Consultada no Portal Labeurb Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/>. Acesso em: 12 out. 2021.
- DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Obra original publicado em 1897).
- KEHL, M. R. **O tempo e o cão, a atualidade das depressões**. 2 ed. São Paulo, Boitempo, 2015.
- LACAN, J. **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005. (Obra original publicado em 1962-1963)
- MARX, K. **Sobre o suicídio** (R. Enderle & F. Fontanella, trad.). São Paulo, SP: Boitempo, 2006. (Obra original publicado em 1846)
- ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

Palavras-Chave. Depressão. Suicídio. Psicanálise. Canção. Desconstrução. Tiago Iorc.

REDES SOCIAIS E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE DA FERRAMENTA INSTAGRAM

Evelyn Kathrin Souza Cypriano (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Paula Chiaretti

Resumo. As redes sociais vêm se tornando cada vez mais frequentes em nossa sociedade e provocando reflexões sobre seu uso e consequências. O convívio social é uma das necessidades básicas do ser humano e o frequente uso da tecnologia para proporcionar meios de interação gera discussões a respeito do impacto subjetivo e coletivo na vida moderna, por conta de seus recursos instantâneos. De acordo com o relatório da Global Digital Statshot da We Are Social and Hootsuite, em 2019, mais de 4 bilhões de pessoas em todo o mundo assistiam a conteúdo de vídeo online a cada mês, o que equivale a mais da metade da população total mundial. Apenas o Facebook, com o Instagram e Twitter juntos resultam em mais de 200 milhões de usuários. Mesmo com números significativos, é necessário lembrar que tais dados e alcance eram antes mesmo da pandemia global da Covid-19, na qual ainda se vive, em que mais tempo em casa e fazendo uso da tecnologia foi acometido. As consequências de uma ocasião atípica como essa, e o maior índice de uso dessas redes, pode ser objeto de estudo para futuras pesquisas, mas não se pode desvalidar que tais ascensões já se faziam presentes antes mesmo dessa ocasião. Freud (1931/1996) alega que as condições que nos diferem dos animais são o conhecimento e a capacidade de controlar, através dele, as forças da natureza para usufruir de suas riquezas e ter suas necessidades humanas satisfeitas. Durante sua obra em torno do mal-estar gerado a partir de regulações e leis que se fazem necessárias para ser possível conviver em civilização e também atingir satisfações individuais, percebe-se o movimento da sociedade em desenvolver instrumentos que possibilitem tais condições. Com os desejos reprimidos e realocados por meio do convívio social, busca-se atingir autossatisfações e proporcionar no Outro, também, a possibilidade do prazer. Ao incorporar-se em nossa vida cotidiana, diferentes efeitos vêm sendo observados, como a compulsão em seu uso, conflitos internos e externos e comportamentos que perpassam o “Eu digital”. Quando analisamos as consequências e instrumentos das redes sociais, torna-se claro o caráter contraditório delas, que aproximam e afastam ao mesmo tempo. A partir da análise do discurso produzido pelas redes sociais, é possível uma reflexão da amplitude dessa contradição, que se torna o objeto de estudo sobre as possibilidades de seus efeitos. O objetivo deste trabalho é analisar, a partir da ótica da Psicanálise e pelo viés da Análise de Discurso, os discursos de uma das plataformas mais utilizadas atualmente que é o Instagram e os seus recursos, com o olhar voltado para os efeitos na subjetividade e possíveis impactos dessa ferramenta no psiquismo e nas maneiras de se relacionar em sociedade. Toma-se, nesse caso, as redes sociais como desencadeadoras de implicações em nossa constituição, funcionando constitutivamente hoje na construção de um eu. Sendo assim, ao analisar as ferramentas que proporcionam relações de troca e autossatisfação, torna-se um caminho para compreender as possíveis influências por elas fornecidas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa, pautada na Análise de Discurso, da ferramenta Instagram, com uma reflexão a partir do material bibliográfico encontrado e da análise de recursos e ferramentas oferecidos pela própria página da rede social, bem como as informações e descrições que a rede disponibiliza a seu respeito. Busca-

se elaborar uma reflexão a partir dos materiais analisados, com o objetivo de compreender os efeitos dos recursos, ferramentas e usos da rede social no psiquismo e no mal-estar atual. Com Freud, a Psicanálise traz uma visão da sociedade e das organizações e arranjos que tornam possível mantê-la com tal. Na busca de manutenção do laço social, imprescindível para a sobrevivência, o autor descreve uma dinâmica entre o prazer e o desprazer. Para fazer parte da cultura, é preciso que o ser humano abra mão de parte do seu prazer, o que lhe produziria desprazer. A cultura, por sua vez, sofreu expressivas modificações com o passar dos tempos e a invenção da internet e das redes sociais vem se integrando como um grande marco causador de efeitos que ainda estaremos vivenciando. Ao possibilitar uma espécie de aproximação das pessoas e uma interação rápida de suas vidas, a tecnologia das redes sociais torna a afetar diversos processos psíquicos que vêm sendo estudados cada vez mais. A criação do termo “Nomofobia”, segundo Oliveira (2018), de origem inglesa, dedicado à expressão no-mobile, que significa “sem celular”, junto à palavra fobos, de origem grega, que significa fobia ou medo, indica esse atual interesse científico em descrever e compreender os comportamentos e sentimentos relacionados ao uso das redes e dispositivos digitais. Ao analisarmos as ferramentas e possibilidades que o Instagram fornece, percebe-se condições que produzem mecanismos psíquicos anunciados pela plataforma com interações sociais, relacionamentos e aproximações diversas do que gere identificação e prazer/desprazer. O usuário, supostamente, teria um controle digital que busca lhe satisfazer em sua autoimagem, desde sua aparência física até em sua figura comportamental, com edições e recortes para lhe proporcionar, como no mito narcísico, o espelho que reflete sua imagem, aqui identificado pelo próprio perfil. Nessa metáfora, a água que gera sua imagem é distorcida e modelada pela câmera, lentes, cores e filtros, porém, além da sua presença, é possível uma plateia que sirva para lhe aplaudir e reafirmar toda sua beleza e validade. Pinto (2009) retrata que, ao veicular uma imagem, o indivíduo obtém mais prazer em se ver, do que de ser visto pelos outros. Nessa perspectiva, podemos analisar as motivações em expor conteúdos pessoais como uma autossatisfação de sua imagem virtual. Assim, percebe-se um comportamento de criar uma outra imagem na qual se tem pretensão de ser, a resultar uma satisfação em observá-la, mesmo sabendo das condições reais diferentes das apresentadas no âmbito digital, como um mecanismo de negação de sua própria identidade. Como Sibília (2005) também retrata ao descrever essa realidade de subjetivação confluyente com o real: “Cada vez mais introjetados, transparentes e diluídos em trocas íntimas e fluidas, os agentes artificiais se misturam com os orgânicos, dissolvendo as fronteiras e tornando obsoleta a antiga diferenciação, visto que ambos os tipos de elementos compartilham a mesma lógica da informação digital”. Além desses recursos de exposição, é possível, por meio de ferramentas, um controle durante sua navegação, desde instigar a produção de diversos conteúdos em ferramentas que alimentem uma espécie de gozo infinito, a possibilidade de privar-se deles e de interações causadoras de desprazeres. Ferramentas que se inspiram nas necessidades criadas pelas construções culturais e desenvolvidas de uma forma rápida a ser atingida através das redes sociais. Um instrumento cujo uso é quase impossível de ser revertido, e que não abarca apenas condições negativas ou positivas, visto que uma dualidade de bem ou mal não é instrumento da Psicanálise, mas sim a reflexão sobre seus efeitos. Estamos de frente com uma realidade que já existe e irá existir em nossa cultura, pois a Internet e toda sua potencialidade é algo quase incontrolável em nossa sociedade. Entretanto, o conhecimento a partir da reflexão de tecnologias programadas para causarem movimentos psíquicos e sociais pode vir a ser um instrumento de partida para a análise do Eu e de uma civilização real ou/e virtual.

Referências

CARMAN, A. **O Instagram gerou US \$20 bilhões em receita de publicidade no ano passado, mais de um quarto dos ganhos do Facebook.** The Verge, 2020. Disponível em: <https://www.theverge.com/2020/2/4/21122956/instagram-ad-revenue-earnings-amount-facebook>. Acesso em: 10 set. 2021.

FREUD, S. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal-estar na Civilização e Outros Trabalhos (1927-1931).** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

OLIVEIRA, T. S. **Dependência do Smartphone: um estudo da nomofobia na formação de futuros gestores.** Dissertação (Mestrado profissional em Administração) – Universidade Potiguar, Natal, 2018. Disponível em: https://www.unp.br/wp-content/uploads/2015/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ThycianeSantosOliveira-.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

PINTO, M. M. M. Fragmentação da identidade e comportamento narcisista no mundo das novas tecnologias. **Fasci-Tech – Periódico Eletrônico da FATEC**, São Caetano do Sul, v.1, n. 1, p. 63-73, 2009. Disponível em: <https://www.fatecsaocaetano.edu.br/fascitech/index.php/fascitech/article/view/8>. Acesso em: 12 set. 2021.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais.** 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

Palavras-Chave. Redes sociais. Instagram. Subjetividade. Psicanálise.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE CAPACITAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRÊS CAPITAIS BRASILEIRAS

Flavia Cristina Rodrigues Paiva (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Paula Chiaretti

Resumo. A temática que despertou em mim o interesse pela política educacional brasileira foi materializada durante a realização do meu mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência, concluído em dezembro de 2020 (Brasília/DF). Foi por meio da pesquisa realizada para o mestrado que aflorou o questionamento quanto à possibilidade da capacitação profissional, enquanto formação escolar, para mulheres em situação de vulnerabilidade social, em especial vítimas de violência doméstica e familiar, como forma de contribuir para mitigar a dependência econômica e/ou financeira de um possível agressor, que muitas vezes se apresenta como parceiro de vida. Em minha dissertação houve estudo e análise de dados de uma política pública do Distrito Federal, criada em 2019, denominada “Empreende Mais Mulher”, que consiste em contribuir para a capacitação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social em Brasília, com o objetivo de criar possibilidades reais de geração de trabalho e renda, como provável (re)inserção no mercado de trabalho, tendo como finalidade o incentivo à autonomia financeira. Há anos, tenta-se, ainda sem sucesso, conseguir materializar a importância da mulher na sociedade que propugna pela necessidade de enquadrá-la num contexto fechado, arcaico, patriarcal e submisso. O tema educação e violência doméstica, que serão abordados nesta tese, assume particular relevância tendo em vista ter crescido, ao longo das últimas décadas, a importância que a sociedade vem depositando no combate à violência, especialmente quando se considera o aspecto mais amplo da proteção dos direitos humanos. Quando algumas mulheres conseguem sair desse mundo restrito para se lançar a favor de si mesmas, não encontram necessariamente um piso para se apoiar. Isso acontece, frequentemente, com as mulheres que se encontram/encontraram em situação de vulnerabilidade social e tentam/tentaram, de todas e quaisquer maneiras possíveis, interromper o ciclo da dependência de terceiros, que impossibilita seu crescimento profissional e desenvolvimento de sua autoestima, a fim de contribuírem para seu próprio sustento e/ou familiar. Oportunidades nem sempre são oferecidas a elas: devemos ser levados a pensar que a economia no Brasil está caminhando a passos bem lentos quando o assunto é a inclusão e a valorização do trabalho feminino. As mulheres têm assumido papéis que sobrepõem suas qualificações, expectativas, potenciais e objetivos. A possibilidade de crescimento na participação feminina no mercado de trabalho nacional demonstra a importância da escolarização das mulheres, com destaque para as que declaradamente são consideradas vulneráveis sociais. Nem sempre essas mulheres estão

preparadas a desempenhar funções nas quais o conceito de oportunidade é interiorizado, incorporado e encorajado. Engels (1986) ressalta, em seus estudos, que qualificar e auxiliar mulheres, capacitando-as, torna a sociedade justa e igualitária, apontando para a superação das desigualdades que sobressaem quando comparados os níveis educacionais entre homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho. A tese ora proposta tem como objetivo geral avaliar a efetividade de políticas públicas educacionais brasileiras no período de 2015 a 2019, destinadas à população socialmente vulnerável, em particular mulheres vítimas de violência doméstica que, por meio de ações governamentais, foram suficientemente capacitadas para que pudessem ser (re)inseridas no mercado de trabalho, a fim de ter oportunidades laborais capazes de cancelá-las a desenvolver autonomia econômica e/ou financeira para quebra do ciclo de dependência de um possível agressor. Como objetivos específicos, resalto que o estudo terá como orientação: (I) Compreender em que medida a escolarização formal de mulheres em idade comercialmente produtiva – entre 18 e 50 anos - por meio de ações/programas governamentais brasileiras, contribuem para mudanças efetivas em sua vida pessoal e profissional e daqueles que estão à sua volta; (II) Averiguar as políticas públicas educacionais em nível federal com aplicabilidade municipal de capacitação profissional existentes no período de 2015 à 2019; (III) Averiguar e compreender as causas nas variações dos dados estatísticos sobre feminicídios nos municípios de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF) e João Pessoa (PB) que justifiquem as alterações percebidas de aumento, estagnação e diminuição de assassinato de mulheres social, econômica e financeiramente dependentes de possíveis parceiros-agressores; (IV) Analisar e comparar dados estatísticos que comprovem a absorção, pelo mercado de trabalho, de mulheres em situação de vulnerabilidade social, em especial vítimas de violência doméstica e familiar, nos municípios de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF) e João Pessoa (PB); (V) Verificar, por meio de análise de estudos comparativos existentes, dados estatísticos e referências bibliográficas, índices que comprovem a eficiência e eficácia das políticas públicas educacionais brasileiras de capacitação profissional aplicadas nos municípios de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF) e João Pessoa (PB), no período de 2015 à 2019, que conseguiram (re)inserir mulheres em situação de vulnerabilidade social, com destaque para mulheres vítimas de violência doméstica, no mercado de trabalho, adquirindo autonomia econômica e/ou financeira em relação ao agressor. Como justificativa para este estudo, consideram-se os índices alarmantes, e até desconexos de feminicídios no Brasil, no período de 2015 a 2019, entre os municípios de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF) e João Pessoa. Na capital mineira foi constatado, em pesquisa preliminar, aumento no índice de mais de 67% no período acima citado, enquanto na capital federal não houve registro nem de aumento e nem da sua significativa diminuição, na comparação entre os municípios ora mencionados. Por outro lado, o município de João Pessoa apresentou índices expressivos de diminuição do número de mulheres assassinadas por homens que se apresentavam como parceiros íntimos das vítimas, caracterizando uma relação familiar que, muitas vezes, orbitava na dependência econômica e/ou financeira em relação ao agressor. O referencial teórico adotado neste estudo terá embasamento nos preceitos da Teoria das Capacidades de Amartya Sen, que enfatiza a superação das desigualdades por meio do provisionamento do acesso ao desenvolvimento de capacidades que permitam atingir a completude do ser humano. Trata-se de pesquisa que pretende utilizar métodos quantitativos e qualitativos. O viés quantitativo

será empreendido pela comparação entre as estatísticas provenientes das três iniciativas cuja comparação se pretende realizar. O viés qualitativo será atendido com a realização de estudo de caso em uma instituição pública localizada em cada um dos municípios de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF) e João Pessoa (PB), que tenham como parte integrante de suas ações, formação e capacitação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social com a finalidade de criar a possibilidades de (re)inserção no mercado de trabalho.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e questão de gênero. *In*: SILVEIRA, Maria Lúcia da; GODINHO, Tatau (org.). **Educar para a igualdade: gênero e educação escolar**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 93-106.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL; MEC; CNE. **Resolução nº 01, de 05 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 19 out. 2021.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo/SP: Cortez, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017, 244p.

ENGELS, Friederich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. *In*: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d., v. 3. 1986.

ENGELS, Friederich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 10 ed., Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 39 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 6, p. 65-76, 2014.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

MEC. **Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept/cursos-da-educacao-profissional-tecnica-de-nivel-medio>. Acesso em: 19 out. 2021.

NADAI, Elza. A educação de elite e a profissionalização da mulher brasileira na primeira república: discriminação ou emancipação?. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 17, n. 1/2, 1991.

SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (org.). **Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas**. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. São Paulo: Revista Lua Nova, no 28-29, abr 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Identidade e Violência: a ilusão do destino**. São Paulo: Itaú Cultural e Editora Iluminuras, 2015.

Palavras-Chave. Educação. Capacitação Profissional. Vulnerabilidade. Políticas públicas. Mulheres.

OS MODELOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS LIMITAÇÕES: RESGATANDO UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Frida Leao Moura Brito (Univás)

ORIENTADOR: Dr. Cássio José de Oliveira Silva

Resumo. O objetivo da análise deste texto é discorrer sobre a temática da avaliação da educação em larga escala no Brasil e suas implicações sobre a Educação Especial, à luz do que prevê o direito a uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens, tal como estabelece a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996). O artigo intitulado Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola (Bonamino, Sousa, 2012) analisa os principais aspectos relacionados ao desenvolvimento dos sistemas de avaliação educacional em larga escala no Brasil, além de suas implicações para as políticas educacionais e curriculares existentes. Pesquisas na área mostram que desde 1930, o Estado brasileiro já demonstrava interesse em usar a avaliação educacional como embasamento técnico para o planejamento educacional. Porém, foi a partir de 1980 que o sistema de avaliação educacional passou a realmente integrar a pasta de políticas e práticas governamentais direcionadas à educação básica brasileira. Para que possamos ter maior entendimento sobre o tema em análise, e diante das considerações destes autores, busco analisar, de forma sucinta, os principais aspectos dos sistemas de avaliação educacional atualmente consolidados no Brasil, e suas implicações para a Educação Especial integrada ao ensino regular, bem como os desafios para a garantia de uma educação de qualidade no Brasil, frente à diversidade e diferenças que caracterizam os estudantes da Educação Básica no país, a partir de uma linha temporal, como avaliação de primeira, segunda e terceira geração e suas implicações sobre a Educação Especial. Bonamino e Sousa (2012) analisam os modelos de avaliação educacional de acordo com impacto exercido no planejamento das práticas educacionais e implementação curricular nas escolas brasileiras de educação básica, tendo como premissa três categorias históricas: as avaliações de primeira, segunda e terceira geração. As avaliações de primeira geração consistem em avaliações em larga escala, com caráter diagnóstico, sem exercer consequências diretas aos sistemas de ensino. Essa categoria surge com a criação do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Já as avaliações de segunda geração, contemplam para além do caráter diagnóstico sobre a educação básica, a responsabilização simbólica da escola para com os resultados. Nos dias atuais, o sistema de avaliação, considerado como de terceira geração, consiste em impetrar um sistema de recompensas e/ou sanções às instituições de ensino, de acordo com os resultados aferidos nos testes de desempenho aplicados pelas avaliações em larga escala. Consideramos as avaliações em larga escala como um instrumento importante, porém elas

só são parte do processo de busca de qualidade na educação, já que os dados quantitativos só dão subsídios para atingir tal objetivo. É difícil acreditar que um sistema de avaliação consiga atender a todas as especificidades de um sistema educacional. Na verdade, as avaliações educacionais em larga escala são complexas porque tratam de questões que envolvem um grande número de pessoas e de instituições e são realizadas com variados e diferentes fins, mesmo que tenham a aprendizagem como elemento prioritário (VIANNA, 2003). Diante disso, nossa proposta de pesquisa para o desenvolvimento de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí, é compreender, a partir de uma revisão de literatura, se as avaliações em larga escala, atualmente vigentes no país, contemplam a participação de estudantes com necessidades especiais e como se dá, na prática, esse processo avaliativo. Essa pergunta de pesquisa é fundamental para que possa garantir uma educação de qualidade para a totalidade de crianças e jovens que se encontram no interior do sistema educacional brasileiro e no desenvolvimento de processos avaliativos que contemplem a globalidade do ensino e da educação básica. Partindo do pressuposto de que o modelo atual de avaliação da educação básica parte do princípio de reforço e punição, ao impor recompensas e sanções as instituições de ensino diante dos resultados alcançados, e, uma vez que para que tais recompensas possam ser recebidas, as instituições de ensino cujo objetivo é garantir um desempenho satisfatório nas avaliações, selecionam quais alunos estão aptos a serem avaliados. É importante destacar que a discussão em torno dos modelos de avaliação educacional em larga escala corrobora para o planejamento de práticas pedagógicas que contemplem a elaboração de currículo adaptado às necessidades dos alunos de inclusão. Considerando as avaliações em larga escala como um instrumento importante, porém elas só são parte do processo de busca de qualidade na educação, já que os dados quantitativos só dão subsídios para atingir tal objetivo. É difícil acreditar que um sistema de avaliação consiga atender a todas as especificidades de um sistema educacional. Na verdade, as avaliações educacionais em larga escala são complexas, porque tratam de questões que envolvem um grande número de pessoas e de instituições e são realizadas com variados e diferentes fins, mesmo que tenham a aprendizagem como elemento prioritário (Vianna, 2003). O presente estudo expressa a necessidade de discussão acerca da importância da avaliação educacional e suas contribuições para elaboração de políticas e práticas educacionais no sistema de ensino básico brasileiro e de que forma assegura a inserção dos alunos da educação inclusiva na busca por uma educação de qualidade para todos. Sendo assim, nos resta questionar sobre quais as limitações que o modelo de avaliação atual tem para com a Educação Especial e, principalmente, os alunos de inclusão que (não)estão incluídos neste modelo de avaliação.

Referências

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rtQkYDSjky4mXG9TCrgRSqJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out.2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; BORDAS, Miguel Angel Garcia. Avaliação do aluno público-alvo da educação especial no Brasil: recorte de uma realidade. **Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educacion**, v. extr., n.11, 2017. <https://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2017.0.11.2665>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS, Joedson Brito. Avaliação em Larga Escala na Educação Básica: uma discussão sobre o uso dos resultados para melhoria da educação. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**, v. 26, n. 1, p. 9, 2017. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2344220702?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SILVA, Angela Maria Ferreira da; LOPES, Pedro Isaac Ximenes, CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Avaliação da Educação no Brasil: a centralidade dos testes em larga escala. **Holos**, v.7, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4939/1613>. Acesso em: 22 out. 2021.

GONÇALVES, Bárbara da Silva Ferreira; MADEIRA-COELHO, Cristina Massot. Práticas avaliativas favorecedoras à aprendizagem no contexto da inclusão: a subjetividade em foco. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/63084/pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

VIANNA, Heraldo Marelím. Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, n. 27, p. 41 -76, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2177>. Acesso em: 22 out. 2021.

Palavras-Chave. Avaliação em larga escala. Educação especial. Inclusão escolar.

TECNOLOGIAS DIGITAIS E(M) PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: A PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVA COMO ESTRATÉGIA DE AMPLIAÇÃO DE CONHECIMENTO

Gabriela Gomes Martins (Univás)

ORIENTADOR: Dr. Atílio Catosso Salles

Resumo. É neste momento ímpar, no qual as pessoas e as instituições estão passando por grandes transformações, de todas as ordens e nunca vivenciadas por quase toda a população, que se insere esta pesquisa para a dissertação de Mestrado em Educação. Estou me referindo ao decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) que decretou estado de calamidade pública para o mundo inteiro. Em sequência, no mês de março de 2020, foi publicado no diário oficial de Minas Gerais, o Decreto no 47.886, com medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento ao novo coronavírus, no âmbito do Poder Executivo, conforme situação de emergência de saúde pública declarada pelo Decreto NE nº. 113, de 12 de março de 2020, a realização das aulas tornou-se um grande desafio. Mesmo diante do decreto estadual de calamidade pública, que veio na sequência deliberado pelo Comitê Extraordinário Covid 19, no dia 16 de março, a orientação recebida foi para as escolas permanecerem abertas com horários alternados de recreios, e assim foi feito. Nos dias 17 e 18 cumprimos conforme estabelecido no memorando circular SEE/SRE POUSO ALEGRE Nº. 05/2020 e as atividades foram suspensas a partir do dia 18 de março. Optou-se pela pesquisa-ação tendo em vista as circunstâncias em que esta pesquisa foi delineada e, da mesma forma, executado o projeto. Sem a intenção de descrever toda a conjuntura da situação que tomou conta do cenário educacional, cabe pontuar a função desta pesquisadora de diretora de uma escola da rede pública estadual, de educação básica, localizada em cidade de Minas Gerais, totalmente afetada pela pandemia e todas as consequências dela advindas diante das medidas sanitárias, principalmente pela incerteza que tomou conta da escola, dos professores, funcionários e pais. Diante de um cenário total de instabilidade, pois ninguém sabia o próximo passo, era no gestor, na posição de liderança administrativa e pedagógica da instituição (Lück, 2006), que os professores, funcionários e pais buscavam respostas ou algum alento. A gestão escolar, juntamente com equipe da escola, desde o início, estabeleceu um plano de trabalho para nortear todas as ações da escola e todos os envolvidos com vista a manter as atividades escolares online, tratando o momento com profissionalismo. Todavia, todas as ações acabavam sendo imediatas, praticamente sem um planejamento prévio, algumas coisas de improviso, desconstruindo tudo o que foi ensinado e aprendido no âmbito das teorias de gestão no que se refere ao planejamento. Porém, pesava sobre os ombros outros saberes aprendidos sobre a posição de influência e liderança que deve ser exercida pelo gestor no desenvolvimento do processo educativo e das condições para que o mesmo ocorra da melhor forma, como um todo, e produza os melhores resultados possíveis (LUCK, 2006). Assim, ao mesmo tempo em que a responsabilidade do cargo ocupado e o papel de liderança do gestor exigiam ponderação e bom senso, por outro lado, a situação nunca vivenciada em todos os sentidos por todos os atores/sujeitos da escola não podia paralisar a equipe, fazia-se urgente e emergente alguma ação para orientar a equipe e os pais dos alunos. É dessa posição de gestora, mas dominada pela falta de informações, sem saber como agir diante de uma situação tão nova para todos e inesperada e, sem saber o que responder aos

servidores e aos pais, que surgiu a decisão de realizar uma pesquisa de dissertação de mestrado que pudesse possibilitar aprendizados a toda a equipe por meio do compartilhamento de expectativas, necessidades, aprendizados, iniciativas, sentimentos desenvolvidos, que tornaram possíveis dar continuidade ao trabalho educativo realizado pela escola, enfrentando novos desafios. Ao mesmo tempo, em contato com as disciplinas e discussões no mestrado em educação, pesquisas e leituras realizadas, lives assistidas, além das demais informações midiáticas que tomaram conta do dia a dia de todos, surgiu a decisão de realizar a pesquisa para a dissertação de mestrado com os professores da instituição e a modalidade da pesquisa-ação colaborativa se apresentou como propícia nesta proposta de pesquisa tendo como foco: a formação de professores para uso de tecnologias digitais no desenvolvimento de aulas da educação básica. A pesquisa-ação, segundo Thiollent (2011), refere-se a “Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo”. O autor explica que, nessa situação-problema, o pesquisador ou pesquisadores e os sujeitos que estarão envolvidos na pesquisa são participantes representativos da situação. Ou seja, estão envolvidos no modo operativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 14). Observa-se na literatura da pesquisa-ação classificações dessa modalidade de pesquisa, tais como: modelo colaborativo, cooperativo ou participativo. Neste trabalho, com amparo em Thiollent (2011), a pesquisa-ação é aqui entendida como uma alternativa metodológica à pesquisa convencional, que envolve uma ação do pesquisador e dos pesquisados, numa relação ativa, superando uma prática tradicional em que os procedimentos, muitas vezes, são impositivos e não contam com a participação dos pesquisados nos processos e na interpretação dos resultados. De acordo com autor, atualmente, a pesquisa-ação é tratada, às vezes, como pesquisa participante, pois ambas existem de forma diversificada, com várias tendências e tipos de proposta bastante distantes, ou até divergentes, mas há também muita proximidade, ou tentativas de aproximação, tendo em sua ideia central a categoria “participação”. Entretanto, de acordo com a tipologia de Henri Desroche (2006), citado por Thiollent e Collette (2014, p. 209), a participação na pesquisa-ação colaborativa não é vista como característica definida, sempre igual ou única, “como se fosse de tipo ‘é’ ou ‘não é’. Ao contrário, no entendimento de Desroche (xxxx), “é uma propriedade mutável que pode ter diversas formas e intensidades”, podendo variar, ir crescendo ao longo do projeto ou decrescendo, conforme apresenta Thiollent e Collette (2014, p. 2009). Esses tipos de participação podem se dar em oito graus, distribuídos em três dimensões: a) explicação, b) aplicação e c) implicação. □ Considera-se que a pesquisa-ação colaborativa se adequa e é propícia à situação-problema que está sendo vivenciada pela humanidade e, especialmente, ao interesse desta pesquisa e no contexto em que está sendo realizada, uma vez que ela permite ao pesquisador atuar em dois campos, o da pesquisa e o da formação. A pandemia Covid-19 forçou repentinamente instituições educacionais em todo o mundo a usar ferramentas tecnológicas há muito disponíveis para criar conteúdo e experiências de ensino à distância para os alunos. Educadores em todas as áreas estão experimentando novas oportunidades de ensino - e este é um passo importante para um dos setores mais resilientes à mudança e à introdução de novas tecnologias (HERRERA, 2020). Para a autora, profissionais do futuro precisam ser capazes de entender essa inter-relação e pensar de forma sistêmica, buscando

antecipar o impacto de suas ações em múltiplos níveis e contextos”. As tecnologias tornaram-se, desde março de 2020, condição sine qua non para a realização das aulas online que se fizeram necessárias, uma vez que, com a escola fechada e a prorrogação da situação de pandemia e do isolamento social, as aulas presenciais não podiam ocorrer. A interação entre gestores e professores e também as aulas passaram a ser realizadas de forma online com utilização de tecnologias e plataformas digitais. Essa estratégia depende da infraestrutura e familiaridade dos professores com as ferramentas tecnológicas para promover aprendizagem à distância. Com as novas orientações da Secretaria de Estado de Minas Gerais, coube à gestão providenciar estratégias imediatas de adaptação de métodos de ensino, capacitação de professores, relacionamento com as famílias, monitoramento de atividades escolares, além de administrar as exigências legais, devido às portarias e decretos que eram publicados constantemente, ou seja, um seguido do outro. Desde a Segunda Guerra Mundial, muitos países ao redor do mundo nunca fecharam escolas e universidades ao mesmo tempo e pelo mesmo motivo. Inspirada nesse contexto e nas proposições de mudanças que se tornaram o discurso principal da educação neste momento, e entendendo que o eixo do ensino e da aprendizagem tradicional, bem como as metodologias que até então predominaram no cenário educacional, devem passar por mudanças, foram definidos os seguintes objetivos de pesquisa: envolver os professores da educação básica e especialistas de ensino em processos de formação para o uso de tecnologias digitais por meio de um projeto de pesquisa-ação colaborativa, numa perspectiva crítico-reflexiva, com amparo teórico em Ibiapina (2007). Segundo a autora, os pesquisadores e os professores estabelecem uma rede de negociação que objetiva a mudança das práticas docentes. Esse processo investigativo favorece, sobremaneira, tanto a produção de conhecimentos quanto a formação e o desenvolvimento profissional. Esse processo pode ser classificado como ciência da práxis, pois o objeto da pesquisa é a elaboração dialética que parte da ação, processo de reconstrução do real, considerando-se como movimento que faz com que os participantes se libertem das imposições, dos hábitos, dos costumes e da sistematização burocrática da ação. Nessa direção, esta dissertação encontra-se estruturada em três partes: na primeira seção, aborda-se o delineamento da questão de investigação; na segunda seção, procura-se compreender a constituição do pesquisador coletivo e o processo de implicação; já na terceira, apresentam-se os “resultados” em pesquisa-ação.

Referências

AGAMBEN, G. Contagio, en Varios autores. **Sopa de Wuhan**, Editorial ASPO. 2020.

BBC Media Action. **Research Report: humanitarian broadcasting in emergencies**. A synthesis of evaluation findings, 2015.

SILVA, J. A. P. O uso de dinâmicas de grupo em sala de aula. Um instrumento de aprendizagem experiencial esquecido ou ainda incompreendido?. **Revista Saber Científico**, Porto Velho, v. 1, n. 2, p. 82-99, 2008. Disponível em: <http://revista.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/22/ED25>. Acesso em: 12 set. 2021.

SANTIAGO, UNESCO Oficina. Sentidos diversos, lugares comunes. Educación hacia el 2030 en América Latina y el Caribe. Comunicado Final Debate Actores Sociales UNESCO, 2016. Disponível em: <http://disde.minedu.gob.pe/handle/20.500.12799/5138>. Acesso em: 12 set. 2021.

Palavras-Chave. Pesquisa ação. TDICS. Ampliação de Conhecimento.

LOLICON: A SEXUALIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM ANIMAÇÕES JAPONESAS

Giovanni Scarelli de Souza (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Camila Claudiano Quina Pereira

Resumo. As animações japonesas crescem sua popularidade, a cada dia, entre o público jovem. Os animes surgem na segunda metade do século XX, um termo atual para as animações produzidas no Japão e que, geralmente, tem origem nas mangas – que são as produções literárias (CLEMENTS, 2017). Elas movimentam grande parte da indústria do entretenimento ao redor do globo, disseminando a cultura “kawaii”, e criando os fãs de animes e da cultura japonesa, denominados "otakus". Um movimento cultural que cresce ao redor dos animes e produz impactos na realidade daqueles que consomem, desde a forma de comportar até a maneira que se relacionam. Entretanto, em 2019, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas vem a público, por meio de um documento, levantar preocupações sobre a comercialização de animações contendo representações de crianças em conteúdo adulto nos animes, hentais e mangas. O protocolo opcional é um documento (ONU, 2009) que norteia objetivos, sugestões e diretrizes para que os Estados envolvidos no comitê assegurem a proteção do direito da criança no que tange a exploração e abuso de crianças e trabalho infantil, bem como a prostituição e pornografia infantil e a possível naturalização de conteúdos pornográficos compartilhados na internet, contendo crianças, e os danos que isso pode causar as mesmas (SIMON, 2020). Este trabalho explora outras produções que adentraram nesse universo, buscando correlacionar a sexualização de menores em animações japonesas. Os resultados trouxeram uma análise sobre a heroificação da adolescência e do masculino, a obsessão pelo simbolismo carregado nas produções japonesas e as divergências entre a política, a regulamentação e discussões sobre possível censura sobre a temática de representações sexuais de crianças em mídias. Nesse raciocínio, Ribeiro (2021) analisa Rapeplay, um jogo lançado em 2006 no formato moé – ou seja, jogos que simulam a relação do protagonista com os outros personagens, contendo conteúdo sexual ou não – no qual o personagem principal estupra mulheres de uma mesma família, incluindo uma menor de idade. E a partir disso, Ribeiro (2021) discorre sobre duas coalizões políticas e crenças que pretendem perpetuar ideias e manter a representação de crianças em animações, pontuando sobre a possível censura ter impacto negativo na economia e na criatividade dos criadores desses conteúdos e da falta de evidência que demonstre os danos da pornografia infantil. Essa posição recebe apoio da vasta comunidade que consome esse conteúdo e de instâncias do governo japonês contra a censura, mas por outro lado, e na contramão, o autor descreve o movimento oposto que pretende criminalizar e suspender a distribuição de conteúdo adulto que envolva representações de menores de idade sexualizados, alegando a posição do estado na proteção da criança e dos seus direitos, bem como a tendência desse material de naturalizar a violência infantil e a cultura do estupro como demonstrou Bourke, psicólogo e chefe da unidade de Análise Comportamental da

Polícia da cidade de Washington, nos Estados Unidos. O autor encontrou subsídios que acrescentam outra perspectiva nesse argumento, como relata DeAngelis (2009) para o site da American Psychological Association. O psicólogo, em sua pesquisa, analisou cerca de 155 indivíduos que foram apreendidos possuindo pornografia infantil e cerca de 74% dos participantes alegaram não ter tocado em nenhuma criança e apenas consumiam pornografia infantil. No entanto, ao final do processo que durou 18 meses, cerca de 85% admitiram que molestaram um menor pelo menos uma vez (DEANGELIS, 2009). Bourke (2015), em sua pesquisa mais recente, reforça essa correlação através da avaliação psicológica utilizando o paleográfico. Mesmo que no Japão haja leis que protejam e assegurem os direitos da criança, bem como a lei de Prevenção ao Abuso de Crianças, auxílios para crianças órfãs e a lei que proíbe a produção de pornografia infantil, esse foi o último país do G7 a impedir a posse desse material, porém não há inclusão de animes e mangas contendo pornografia infantil como crime (VARLEY, 2017). A possibilidade dessas animações em normalizar o consumo de representações sexualizadas de crianças e jovens pode ser parte de um problema não só social, mas de saúde pública, já que reflete na maneira como esses consumidores – geralmente jovens em formação de suas identidades - constroem suas relações e reflete na forma como enxergam o outro e reforça o feminino como infantil, frágil e ingênuo. É possível perceber que a pedofilia e a pornografia infantil são um problema mundial, que encontram divergências e diferenças nas diversas culturas ao redor do globo. No Brasil, por exemplo, as relações históricas compreendem e naturalizaram o casamento infantil de uma garota com um homem mais velho, sendo consentida pela família a mão da garota mais jovem. Atualmente, Veiga (2020) aponta o Brasil como o 4º país que mais tem crianças casadas. Essa noção sociocultural nos leva a analisar os caminhos construídos que enquadram o desejo por garotas mais jovens, o culto pela juventude e a virgindade associada a pureza. É comum encontrar nos animes representações de corpos infantilizados femininos, mas que os autores não descrevem como crianças. No Japão isso recebe o nome de lolicon, aquele que aprecia meninas que pareçam ou que são menores de idade, o termo que é a junção de lolita + complex (complexo de lolita), cujo termo Lolita é resgatado do livro de Vladimir Nabokov, que retrata a relação de uma pré-adolescente sexualizada e romantizada aos olhos de um homem adulto. Lolicon é utilizado para retratar representações sugestivas de crianças e pré-adolescentes do sexo feminino sexualizados, voltados para o público masculino, como retrata Galbraith (2011) em sua análise dessas representações, apontando que não é um fenômeno unicamente asiático, e que traz dados do ocidente sobre a violência contra menores e uma correlação abstrata com a representação de crianças sexualizadas. Shotacon, por sua vez, são meninos menores de idade sexualizados, mas não tão popularizados, comparado ao grande mercado que envolve lolicon e que pode ser encarado como um novo termo para pedófilo, porém a imagem social de um abusador ou pedófilo é bastante negativa e associada a atos monstruosos. Nessa direção, lolicon pode ser pensado como uma forma de ressignificar o pedófilo ou a pedofilia (GALBRAITH, 2011). Profundo a isso, encontra-se "Chaku Ero", uma categoria de pornografia que não exhibe genitais, mas sexualiza crianças reais em poses sugestivas. Já nos desenhos, essa modalidade de pornografia apenas censura as partes íntimas de menores de idade. A partir disso, o trabalho teve como objetivo compreender como se dá a representação das crianças de forma sexualizada em animações japonesas e discutir a sua influência na exploração sexual infantil, buscando descrever o impacto e compreender a relação entre a pedofilia e o pedófilo no campo das animações japonesas, utilizando do

método bibliográfico qualitativo e das práticas discursivas para analisar documentos e produções já feitas sobre a pornografia infantil em animes. Na pesquisa sobre a construção do simbolismo (NORONHA, 2013) que contempla o infantil e da linguagem carregada nas imagens que normalizam a pedofilia em escala mundial e que são de fácil acesso e não estão expostas de maneira sutil, constata-se que a sexualização de menores de idade representados nos animes produzem realidades e comportamentos nocivos, bem como a padronização de um ideal infantilizado e que é reproduzido nas produções pornográficas desde os animes até hentais. Constatar que a mídia tem impacto na realidade subjetiva dos espectadores passa por um campo que abre tendência a ambiguidade, mas a manutenção do discurso sobre o papel neutro da mídia ignora possíveis danos, pois o que se é exibido, sempre se reformula. Dessa maneira, diversos estudos apontam para o papel da mídia como precursora de opinião, ou correlacionam a experiência entre violência e agressividade nos jogos eletrônicos, os impactos da representatividade em minorias, bem como a inspiração e pertencimento da fantasia a partir das animações, como visto no chuunibyū (SARI, 2017), traduzido do japonês como “doença do segundo grau ou oitava série” mas que não tem nada de patológico e só explica a forma pela qual um adolescente quer tanto fazer parte de um anime que acaba adquirindo e mesclando a identidade de um personagem a sua própria. O potencial de influência também é visto nas consequências na saúde mental, como a série 13 reasons why, que abordou o suicídio e Niederkrotenthaler (2017), que associou a relação com aumento na taxa de suicídios e transtornos depressivos em indivíduos que tiveram contato com esse conteúdo. Tratando-se do que é representando como feminino, o Japão tende a ter uma grande fixação pelo infantil, ingênuo e delicado, características do simbolismo do que é “fofo” ou kawaii, repercutindo não apenas nas produções dos animes, mas também na maneira com que a audiência reproduz esses símbolos em seu comportamento, relacionamento e identidade. Os animes são geradores de sentido e contribuem para a manutenção do simbolismo, do entretenimento e carrega a valorização cultural do Japão. Da mesma forma que o vício em pornografia cria uma expectativa de comportamentos e performance do sexo, a pornografia infantil também contribui para normalizar a atração por crianças. Uma conjuntura social que enfraquece o feminino (MARTINS, 2019). No geral, o ponto ambíguo que o trabalho aborda para a proibição ou criminalização da pornografia infantil nos animes e mangas sobre limites e liberdade de expressão é o que tem deixado a discussão à mercê de uma atitude de órgãos superiores, e até que ponto a naturalização acontece nas brechas da lei e contribui para a exploração e abuso sexual infantil.

Referências

BOURKE, Michael L. et al. The use of tactical polygraph with sex offenders. **Journal of Sexual Aggression**, v. 21, n. 3, p. 354-367, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13552600.2014.886729?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 10 set. 2021.

CLEMENTS, Jonathan. **Anime: A history**. 1 ed. London: Bloomsbury Publishing, 2013.

DEANGELIS, T. Porn use and child abuse. **Monitor on Psychology**, v. 40, n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.apa.org/monitor/2009/12/child-abuse.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

- GALBRAITH, Patrick W. Lolicon: The reality of ‘virtual child pornography’ in Japan. **Image & Narrative**, v. 12, n. 1, p. 83-119, 2011. Disponível em: <http://www.imageandnarrative.be/index.php/imagenarrative/article/view/127>. Acesso em: 12 set. 2021.
- MARTINS, Larissa Pinto. Uma análise Lésbica-Feminista sobre a heterossexualidade compulsória. **Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 2, n. 04, p. 115-120, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10169>. Acesso em: 12 set. 2021.
- NIEDERKROTENTHALER, Thomas et al. Association of increased youth suicides in the United States with the release of 13 Reasons Why. **JAMA psychiatry**, v. 76, n. 9, p. 933-940, 2019. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/fullarticle/2734859>. Acesso em: 10 set. 2021.
- NORONHA, Fernanda Silva. **Animês e mangás: o mito vivo e vivido no imaginário infantil**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17122013-152946/publico/FERNANDA_SILVA_NORONHA_rev.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.
- ONU. Guidelines regarding the implementation of the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the sale of children, child prostitution and child pornography. **Convention on the Rights of the Child**. CRC/C/156, 2009. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRC/CRC.C.156_OPSC%20Guidelines.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.
- RIBEIRO, Dilton Rocha Ferraz. An advocacy coalition analysis of the game RapeLay: the regulation of sexual violence and virtual pornography in Japan. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 3, p. 454-463, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/DPhmwvWmRDcPFDRbdcfkfpF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.
- SARI, Ida Ayu Laksmita; ANGGRAENY, Renny. Chunibyō: psychological disorders in anime aura: Maryuinko Ga Saigo no Tatakai. **IRCS UNUD Journals**, v. 1, n. 1, p. 29-34, 2017. Disponível em: <https://ojs.unud.ac.id/index.php/UJoSSH/article/view/33356>. Acesso em: 05 set. 2021.
- SIMON, June; LUETZOW, Ann; CONTE, Jon R. Thirty years of the convention on the rights of the child: Developments in child sexual abuse and exploitation. **Child abuse & neglect**, v. 110, p. 104-399, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213420300545>. Acesso em: 12 set. 2021.
- VARLEY, Ciaran. Is Japan turning a blind eye to paedophilia?. **BBC**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/bbcthree/article/57eaaf23-0cef-48c8-961f-41f2563b38aa>. Acesso em: 12 set. 2021.

VEIGA, Marília Vilela Alencastro; LOYOLA, Valeska Maria Zanello de. Escolher é Ser Escolhida: Meninice, Pobreza e Casamento Infantil no Brasil. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/vmzxs5dSWKCD3hcB5MSQfYm/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2021.

Palavras-Chave. Animes. Lolicon. Pedofilia. Pornografia infantil. Práticas discursivas.

DA ESCURIDÃO PARA A LUZ: UM SONHO EM CONSTRUÇÃO

Ivaldir Donizetti das Chagas (Univás)

ORIENTADOR: Dr. Rafael Lazzarotto Simioni

Resumo. A escolarização traz consigo a luz, o conhecimento e a valorização para a vida e seus afins, metas essas que não são alcançadas e vem demonstrando falhas ao longo de sua história. Tivemos fases religiosas como a educação jesuítica, e fases políticas como a pombalina durante o império, depois a república, estado novo, ditadura de 1964, redemocratização de 1984 e democracia de 1988. Os modelos pedagógicos e metodológicos pouco mudaram, persistindo-se neles traços de uma educação elitizada e secundária, não atendendo a todos, sendo esse um sonho a realizar. É necessário levar a luz aqueles que estão e vivem na escuridão da ignorância, para que haja, realmente, educação. A alfabetização é um direito. O analfabetismo histórico parece ser de comum aceitação até hoje. As diretrizes adotadas foram a metodologia tradicional analítica e sintética e, durante algum tempo, a escola nova. Temos, hoje, outros modelos de metodologias e, com a chegada da internet, mais ferramentas como as metodologias ativas. Temos cerca de doze milhões de cidadãos sem identidade, sem escola, nos porões das diretrizes políticas, a espera, quem sabe, de um educador ou uma escola que os incomode com a luz. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada em 2018, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 6,6%, com 11 milhões de analfabetos (BRASIL, 2019). Segundo a PNAD, em Minas Gerais temos mais de 1 milhão de pessoas acima de 15 anos que são analfabetas. Esse número corresponde a 6,0% da população e está um pouco abaixo da média nacional, que é de 7,0%. O analfabetismo é maior entre o sexo feminino (6,3%), os homens são 5,7%, (BRASIL, 2019). De acordo com o IBGE (2011), entre pretos e pardos, o analfabetismo chega a 7,2%. Para brancos, o índice cai para 4,3%. Esses números são um entrave e o analfabetismo ainda é um gargalo a ser vencido pelos métodos pedagógicos por melhores que sejam. Esses dados nos trazem uma bagagem teórica e vem justificar a pesquisa e apontar a necessidade de se desenvolver um trabalho de alfabetização que alcance os excluídos da sociedade e do sistema escolar, esses cidadãos estão à margem da educação, de uma qualificação e emprego, diante de um sistema em plena evolução tecnológica. Tem como objetivo desenvolver um laboratório de alfabetização com amostra de 25 adultos, com idade acima dos 21 anos, na cidade em pesquisa e usar o modelo matemático da adição (MAIS +++), complementando os métodos tradicional analítico e sintético com o uso da fonética e fonemas, dentro de uma visão construtivista e com o uso de metodologias ativas. Como já desenvolvi projetos semelhantes, espera-se estar alfabetizando essa turma com 10 aulas semanais num prazo de 1 ano. As aulas serão realizadas, a princípio, aos sábados. Todos os resultados apresentados serão registrados, periodicamente, a fim de avaliar a evolução desses cidadãos e fazer os devidos ajustes. Utilizaremos como metodologia a pesquisa documental, o uso de questionários verbais na

forma de leitura, pois os entrevistados são analfabetos, com uma testemunha para coleta de dados: sexo, faixa etária, piso salarial, média salarial, estado civil, se têm filhos, número de filhos, raça, origem emigratória (urbana ou rural), há quanto tempo não estuda etc. Nesta pesquisa documental será analisada a implementação, a regularização e as mudanças legais que ocorreram ao longo da história da alfabetização no Brasil. Serão desenvolvidos questionários à luz da literatura e realizadas as entrevistas individuais durante todo o processo de ensino e aprendizagem (ANASTASIOU; ALVES, 2015). O delineamento será de abordagem quantitativa e qualitativa, de perfil descritivo contributivo. De acordo com Gatti (2004), os dados quantificáveis fornecem-nos subsídios que auxiliam a compreensão dos fenômenos educacionais, contribuindo, dessa forma, com as políticas públicas educacionais e a gestão da mesma (POLIT; BECK, 2018). Para a análise de dados quantitativo utilizaremos o *software* MAXQDA 2018. É explícita a vontade de ler e escrever desses cidadãos, mas muitos são os problemas e barreiras sócio, político e econômicos que os cercas e os rodeiam. Precisa-se de intervenção por parte das instituições escolares, hoje, tais como entrar em ação e fazer um trabalho de base, todo especial, para resgatar e levar jovens e, principalmente, adultos ao processo educativo. Tais cidadãos tem vergonha de serem analfabetos, pois são invisíveis até mesmo para as próprias famílias que os escondem da sociedade. Esses cidadãos sozinhos e por si, não irão procurar a escolarização, estão no escuro, estão excluídos do sistema há muitos anos, já se adaptaram a ele, não querem enxergar e nem serem vistos pela sociedade, na qual vivem à margem de tudo e de todos. Dependem de outras pessoas para atividades básicas do cotidiano, não há uma independência básica para o modelo tecnológico de hoje. Esse é um problema do sistema de educação atual, pois está direcionado para o mercado de trabalho e vestibulares, sendo uma educação mercantilista em busca de resultados, esquecendo os seres humanos e a sua verdadeira missão. Em todo o tempo histórico da educação, em cada um dos métodos utilizados, sempre tivemos altos números de pessoas analfabetas que foram se acumulando durante os anos, mudam-se os métodos e linhas pedagógicas e sempre deixam um residual que não foi alcançado. Temos o conhecimento que sempre existiram 2 modelos de escola, uma para atender a elite e outra, popular, para tentar atender a demanda do povo. Não se pode afirmar a eficiência de um método em detrimento de outro, foram muitos métodos até o momento e os analfabetos estão aí. Para se extinguir o analfabetismo de verdade, torna-se necessário um outro projeto político pedagógico e a escola necessita sair da inércia e dos seus muros, pois os analfabetos estão lá fora. Urge que se adeque o atual modelo e se leve a escola para outros ambientes, para as residências, conselhos comunitários, sítios, fazendas e igrejas. É necessário correr atrás desses invisíveis, encontrá-los e alfabetizá-los. Os invisíveis estão aí e são mais de 1 milhão em Minas Gerais, e da maneira como vemos hoje, esses cidadãos estão à deriva. A escola tem todas as ferramentas e estruturas físicas e humanas e a mesma precisa dar esse passo e usar o que ela tem de melhor e aquele que a faz existir, o professor.

Referências

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. *In*: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula.** Joinville: Univille, 2015.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de agosto de 1971.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Brasília: Presidência da República, 1967.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: 2019. Brasília, DF: INEP, 2019.

CARTOCE, Raquel Elisa. **O milagre anunciado**: publicidade e a ditadura militar brasileira. 2007. 250f. Dissertação (Mestre em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15082017-141234/pt-br.php>. Acesso em: 26 maio 2021.

CORTE, Luciane Cristina. **A mudança do perfil do público da EJA**: desafios e perspectivas. 2016. 177f. Dissertação (Mestre em Gestão de Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1215/2/Luciane%20Cristina%20Corte.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 26 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1940-2010**. Rio de Janeiro, 2011.

NISCKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PAIVA, Vanilda. Um século de educação republicana. **Pro-Posições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-21, jul. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644495>. Acesso em: 3 jun. 2021.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. Artmed Editora, 2018.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

RANGEL, Elba Alonso. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil**: problema estrutural para o desenvolvimento nacional. 2011. 47f. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Palavras-Chave. Analfabetismo. Educação de Jovens e Adultos. Escola pública. Política.

O LUTO NEONATAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DO FILME *PIECES OF A WOMAN*

Mayara Fraga Marcantonio (Univás)

ORIENTADORA: Sandra Maria Garcia de Aquino

Resumo. A espera e a chegada de um bebê na família são acompanhadas de diversas expectativas e alegrias diante daquela vida que está sendo gerada. A mulher passa por muitas alterações durante esse processo, tanto conscientes quanto inconscientes, assim como mudanças físicas e psicológicas. A morte neonatal é um evento que normalmente não é esperado, muito menos pensado, pelos pais durante o processo de gravidez e parto. Portanto, a morte entra na maternidade e é exigido um trabalho de elaboração psíquica bastante particular para que os pais consigam encaixar a representação do bebê que veio a falecer. Segundo o Ministério da Saúde (2009), a morte fetal é considerada a morte de um feto antes ou durante o parto pós vinte e duas semanas de gravidez. O luto no contexto neonatal terá diversas implicações e, com isso, observa-se a necessidade de um profissional preparado para acolher e prestar uma assistência humanizada durante esse processo. Com isso, este estudo visa a mostrar o luto em uma visão geral baseada em alguns autores da área, dando enfoque ao luto neonatal, discorrendo sobre os aspectos psicológicos da gravidez e as consequências da morte desse bebê, principalmente na mãe que o gerou e passou pelas mudanças durante a gestação. Através de um levantamento bibliográfico, será narrado sobre as consequências psicológicas do luto neonatal na mãe e a importância de um acompanhamento profissional e especializado para acompanhar mães e familiares nesse processo. Para exemplificar de maneira prática, será apresentada a análise de algumas cenas do filme *Pieces of a Woman*, que traz o sofrimento e o caminho da elaboração de luto de uma mãe que perde sua filha durante o parto. A morte do bebê gera diversas frustrações e pode trazer à tona muitos desejos e fantasias, pois rompe na mulher a possibilidade de que ela exerça a maternidade. O luto não é considerado algo superficial, mesmo que seja luto por uma situação esperada. No luto, a presença do amor se apresenta como um elo importante de vinculação no encontro terapêutico. O processo de luto e morte tem complicações, como a negação e a repressão, e isso pode fazer com que as pessoas não vivam como se a morte fosse uma realidade. Existem também, na visão de Parkes (1998), o estigma e a privação. O estigma está ligado à mudança de atitude que ocorre na sociedade após a morte de uma pessoa. A privação, por sua vez, à ausência de uma pessoa ou objeto, sendo o oposto à perda. O enlutado irá reagir tanto à perda quanto à privação. Para alguns autores, o luto é vivido através de fases, e é necessário considerar essas fases para diagnosticar possivelmente um luto patológico. No que se refere ao luto de um natimorto é importante não minimizar a perda e dar foco no futuro; é necessário deixar o processo de luto acontecer antes de se incentivar os pais a seguirem em frente. A gravidez é um processo em que a mulher passa por diversos conflitos e sentimentos e tal processo exige que a mulher se reajuste em várias dimensões, pois ocorrem mudanças

nos aspectos de sua própria personalidade e uma nova definição de papel. O nascimento do bebê traz consigo um resquício de “separação”, pois o feto, que antes vivia dentro do útero sendo provido do mesmo sangue, agora terá uma funcionalidade de maneira independente. A maturação psíquica da mulher na gravidez ocorre desde o momento da idealização do “ser mãe”. A mãe, após sofrer a morte de seu bebê, não está preparada para retornar a sua rotina, como, por exemplo, para o emprego. Muitas optam por voltar com a ideia de que será uma distração e uma forma de amenizar a dor da perda, mas isso pode acarretar diversos resultados negativos. Existem questões internas que fazem com que as mães enlutadas direcionem seus sentimentos para as pessoas mais próximas; portanto, os relacionamentos com a família, amigos e afins acabam ficando saturados por sentimentos contraditórios. E o luto não autorizado acaba reforçando esse sofrimento. Mães que vivenciam a perda de seu bebê demonstram alterações e dificuldades no viver; desespero; dor; sentimento de arrependimento e culpa; sentimentos negativos despertados pelas lembranças do bebê e da morte do mesmo; a perda de um modo de existir e também a perda do sentido da vida. Ressaltam ainda que o luto acarreta uma perda no sentido de viver dessa mãe. O filme *Pieces of a Woman* narra a história de Marta, uma mulher que perde seu bebê logo após o nascimento. O parto é um momento planejado e idealizado pela mulher, e muitas não se sentem preparadas para tal, por isso a necessidade de um acompanhamento direcionado a isso durante o pré-natal. Diante do processo de luto, Martha passa por muitas dificuldades em elaborar a perda, no contexto social e familiar no qual está inserida. Durante a análise das cenas, é possível observar a importância do suporte familiar nesse processo. Além das situações esperadas diante de um processo de luto neonatal, Martha, no filme analisado, ainda tinha que lidar com o processo criminal contra a doula que realizou seu parto, o que demonstrou ser um grande obstáculo. Porém a questão do processo criminal em si não será analisada neste trabalho. Para que se possa encarar o luto na família é necessário um rearranjo do sistema familiar, assim como a conseqüente construção de uma nova identidade, um novo equilíbrio. O apoio familiar e social tem duração menor que o processo do luto, o que já indica a necessidade de acompanhamento psicológico para o enlutado. No filme, Martha não recebe acolhimento e nem apoio dos familiares. A reação de todos diante do luto neonatal foi de maneira individual. É importante que pais enlutados possam ter um espaço para compartilhar o sentimento de sofrimento vivenciado pelo luto e isso pode acontecer dentro de espaços compartilhados e grupos terapêuticos. Esses grupos se fortalecem à medida que os pais vão superando o luto e acomete sentimento de solidariedade pela superação do outro. Tal movimento para com o outro sofredor ressignifica a perda do filho morto. A perda gestacional, neonatal e perinatal é algo que acomete diversas mães todos os dias, tanto nos partos hospitalares quanto nos partos domiciliares. No filme, foi possível observar como o processo de elaboração do luto se tornou mais difícil a partir do momento em que a personagem central, a mãe, não teve apoio dos familiares, sofreu com os julgamentos do meio social e não teve nenhum tipo de atendimento ou acompanhamento psicológico. Além da situação da perda e do sofrimento pela morte de sua filha, Martha ainda tinha que lidar com o processo criminal da doula responsável pelo parto. A insensibilidade das pessoas ao redor e a falta de empatia diante da situação tornou o processo de luto ainda mais complexo e doloroso. À luz dos estudos usados para a análise foi possível perceber a necessidade de um acompanhamento psicológico para as gestantes, parturientes e puérperas, levando em

consideração ser um momento da vida em que a mulher passa por diversas mudanças, o que pode levar a sentimentos de ansiedade, angústias, medos e frustrações.

Referências

- BARTILOTTI, M. R. M. B. Intervenção Psicológica em Óbito Fetal. In F.F. Bartoletti (org.). **Psicologia na prática obstétrica: abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Manole, 2007.
- BEAUMORD, F. S. Obstetrícia: uma clínica para além do nascimento. *In*: SANTOS, L.C. MIRANDA, E.M.F; NOGUEIRA, E.L (org.). **Psicologia, saúde e hospital: contribuições para uma prática profissional**. Belo Horizonte. Ed Artesã, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico**. 2005. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do comitê de prevenção do óbito infantil e fetal**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2009.
- BROMBERG, M. H. P. F. **A psicoterapia em situações de perdas e luto**. Campinas: Ed Livro Pleno, 2000.
- CASSELATO, G. **O resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido**. São Paulo. Ed: Summus, 2015.
- GUTMAN, L. **A maternidade e o encontro com a própria sombra**. Ed: BestSeller, 2013.
- KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- KOVÁCS, M. J. Desenvolvimento da tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. **Paidéia**, v. 18, n. 41, p. 457-468, 2008.
- LEMOS, L. F. S; CUNHA, A. C. B. Concepções sobre morte e luto: experiência feminina sobre a perda gestacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1120-1138, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/hdydgBr4rBQJthMgXSf3q5n/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.
- MALDONADO, M. T. **Psicologia da Gravidez: gestando pessoas para uma sociedade melhor**. São Paulo: Ideias & Letras, 2017.
- PARKES, C. M. **Luto: Estudos sobre a perda na vida adulta**. Ed. Summus, 1998.

SIVIANI-ZEOTI, F.; PETEAN, E. B. L. Apego materno-fetal, ansiedade e depressão em gestantes com gravidez normal e de risco: estudo comparativo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 4, p. 675-683, outubro – dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/TRkCgMCnffgZWxY9YhjNBgj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.

TORLONI, M. R. Óbito Fetal. In F.F. Bartoletti (org.). **Psicologia na prática obstétrica: abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Manole, 2007.

Walsh, F. **Morte na família: sobrevivendo a perdas**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Worden, J. W. **Terapia no luto e na perda: um manual para profissionais da saúde mental**. São Paulo: Roca, 2013.

Palavras-Chave. Luto neonatal. Luto. Perda. Maternidade. Consequências psicológicas.

A ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

Poliana Apolinário (Unis)

ORIENTADORA: Dra. Terezinha Richartz

Resumo. A educação sexual nas escolas é um assunto que tem gerado controvérsias nos últimos tempos, resultando desconforto para muitos professores que procuram inserir a discussão nas aulas. Para que o professor possa realizar o trabalho sem correr o risco de ser mal entendido, é necessário buscar respaldo legal para que a atuação profissional escape das interpretações equivocadas de muitos sujeitos. É por isso que o objetivo deste artigo é pesquisar a fundamentação legal relacionada, nos documentos que norteiam a educação no Brasil. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, por meio de consulta à legislação e a autores pertinentes ao tema. Como aporte teórico, foram trazidos autores que apontam que a dificuldade em trabalhar a educação sexual está relacionada com a repressão da liberdade de expressão sexual, a valorização das relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu. Nesse sentido, as mulheres se constituíam no ‘segundo sexo’, ou que gays e bissexuais eram sujeitos de sexualidade ‘desviantes’. Assim, a homofobia na escola contribui para a constituição de sujeitos e de produção de identidades heterossexuais, que alimentam a homofobia e o sexismo (FIGUEIRÓ, 2010; LOURO, 2007). Essa cultura heteronormativa e patriarcal, influencia, até hoje, a dificuldade de diálogo sobre sexualidade na escola, possibilitando que apenas as informações sobre práticas preventivas sejam realizadas, sem que haja um diálogo aberto sobre a sexualidade. Furlanetti et al. (2018) defendem que a educação sexual e as discussões sobre gênero e identidade não são doutrinação moral ou ideológica, mas estão relacionadas ao desenvolvimento da cidadania. Reprimir as diferentes formas de expressão da sexualidade humana não faz com que a sexualidade deixe de existir. Assim, ao aceitar a diversidade sexual e de gênero na escola, estamos pensando o sujeito na sua totalidade. Já Butler (2003) acredita que heterossexualidade compulsória impede o entendimento que gênero é performativo. Nessa perspectiva, o sujeito pode ter um corpo fisiológico, mas desejar ser outro. Portanto, a identidade é resultado das suas escolhas subjetivas. A subjetividade do indivíduo não é mais fixa e determinada por questões exteriores e por imposições sociais. Ela é fruto de escolhas e desejos subjetivos. Em relação ao respaldo legal para trabalhar orientação sexual na escola, observamos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não faz menção à orientação sexual na escola, deixando um vácuo sobre a temática. Mas, apesar do silêncio no documento, pode-se inferir na Competência 9, sem mencionar de forma direta, que é possível pensar um currículo escolar voltado para a educação sexual, ao preconizar que a educação deve promover o respeito ao outro, a valorização da diversidade de indivíduos, sem preconceito de qualquer natureza (BRASIL, 2017). Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais, temos respaldo suficiente para trabalhar a orientação sexual na sala de aula. O documento prevê que a orientação sexual na escola seja trabalhada como um tema transversal, ou seja, deve

permeiar todas as disciplinas escolares. Os PCN também apontam que educação sexual é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Em relação ao corpo, defendem que deve haver preocupação com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas com todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. O documento enfatiza que os padrões de feminino e masculino são oriundos das representações sociais e culturais, construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Como gênero é uma construção social, histórias culturais envolvem processos de configurações de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder, estabelecimento e alteração de hierarquias, entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo. Por isso é necessário estimular a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual (BRASIL, [2001?]). A partir do respaldo legal, defende-se que os primeiros passos para a abordagem da orientação sexual é refletir sobre os papéis sociais, como eles funcionam, e pensar sobre o que pode ou deveria ser mudado. Os estudantes podem perceber e refletir sobre como construir uma nova forma de ver o mundo, de respeitar a diversidade. A inclusão de assuntos da orientação sexual se faz necessária por estar respaldada nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Neles aparece o respeito às diferenças, saúde e autoconhecimento, de forma natural na sala de aula. Assuntos como esses são benéficos para que o aluno entenda as diferenças entre as famílias, conheça seu próprio corpo e pontos de vistas a serem abordados. A atitude da escola é fazer o aluno refletir sobre o tema, pensar sobre o que aprendeu e como os colegas também pensam. As aulas são para reflexão e mudança de postura para os alunos, numa sociedade tão estereotipada. Ao fazer um trabalho pedagógico adequado, colocando a orientação sexual como tema transversal, a escola poderá contribuir para o enfrentamento à falta de informação sobre sexualidade, o combate ao sexismo, à homofobia e à heteronormatividade, o que, infelizmente, faz parte da vida de muitos dos nossos alunos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual**. Brasília-DF: Ministério da Educação, [2001?]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

FULANETTO, Milene *et al.* Educação Sexual em Escolas Brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v.48, n.168, p.550-571, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2017. p. 45. Disponível em:
https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_sexual_na_sala_de_aula/mzdIDgAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 19 out. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218. dez. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFqgDFQyh5hj5RbPD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

Palavras-Chave. Orientação Sexual. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A CULTURA DO ESTUPRO FAVORECIDA PELA MÍDIA: UM ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA

Giovana Braga Santos (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Camila Claudiano Quina Pereira

Resumo. A partir do século XIX a sexualidade passou a ser vigiada, classificada e controlada pela *scientia sexualis* (FOUCAULT, 1999). Os discursos científicos construídos localizaram a sexualidade em um sistema de utilidades - legando a essa os mais derivados tipos de controle. Por meio da construção desses discursos a sociedade ocidental institucionalizou o que se considera aceitável para as masculinidades e feminilidades (SANTANA, 2016). Assim a sexualidade moderna se construiu com base em um número considerável de manobras estratégicas no espaço do poder e na produção do saber. Em se tratando de sexualidade é preciso colocar na discussão a indústria pornográfica, uma vez que essa é um dos discursos pedagogizantes acerca do prazer e do sexo que veicula na sociedade com extensivo alcance. A pornografia afronta os principais campos de ciência da sexualidade, os quais historicamente objetivam a domesticação dos desejos (DÍAZ-BENÍTEZ, 2009). No entanto, sendo a pornografia parte da indústria cultural, entende-se, portanto, que não exista espaço para o novo, sendo essa marcada constantemente pela redução ao mesmo: (MOREL, 2013) ao mesmo que é aceito pelo seu público principal e que gere lucros. Quando se trata de uma análise da pornografia, entende-se ser relevante considerar tanto o prazer quanto o perigo. Nessa perspectiva é preciso pontuar que a violência sexual e a cultura do estupro, ao serem veiculadas na mídia, acabam sendo amplamente naturalizadas (FERNANDES; PALITOT; ROCHA, 2016) por meio da glamourização da violência e da objetificação da mulher que são constantemente representadas nos diversos conteúdos midiáticos, desde filmes e jogos até os vídeos pornográficos (SOMMACAL; TAGLIARI, 2017). Para Bridges *et al.* (2010, *apud* MAZAGÃO; CARVALHO, 2020), a preocupação é que essas práticas, que são largamente difundidas, associam sexo e violência, principalmente por meio da indústria pornográfica, estando diretamente ligadas à educação sexual de homens e mulheres. Considerando a sociedade ocidental estruturada em uma hierarquia generificada e funcionando a partir do sistema capitalista de aproveitamento dos corpos - daquelas e daqueles que se afastam do ideal hegemônico - e considerando o Brasil um país que privilegia homens em detrimento de mulheres em todas as relações e que estupra mulheres a cada 8 minutos, entende-se que pesquisar os equipamentos sociais utilizados para manutenção do poder de uns, sob outros, demandas, com certa urgência. Por esses motivos compreende-se que manter a pornografia distante das discussões serve apenas aos bolsos de quem se vê lucrando com a reprodução em massa de sexualidades hierarquizadas (RIBEIRO, 2020a; RIBEIRO, 2020c). Diante do cenário disposto, esta pesquisa teve como objetivo analisar a indústria pornográfica, mais especificamente no que se refere aos corpos e sexualidades encenadas, de forma a investigar os efeitos dessa narrativa naturalizada que é veiculada pela

mídia pornográfica *mainstream* e se essa, ao entremear na sociedade por meio de sua relação com os espectadores, pode contribuir e/ou legitimar práticas sociais que mantêm a cultura do estupro. Falar em “cultura do estupro” significa dizer que determinadas práticas cotidianas não apenas formalizam o estupro, mas também possibilitam que essa violência seja rotineira ao reforçar uma hierarquia de sexualidades. A mídia acaba sendo um mecanismo importante que legitima a cultura do estupro constantemente ao veicular conceitos naturalizados que relacionam sexo com violência sem maiores problematizações e ameniza a violência sexual ao representar essa como modelo de relação sexual. Esse modelo de organização social ocidental permite que se veicule, por meio de um *continuum* que vai desde comentários sexuais até o estupro, uma noção de que a violência é sensual e a sexualidade é violenta (BUCHWALD; FLETCHER; ROTH, 1993 *apud* MAZAGÃO; CARVALHO, 2020). Assim sendo, tem-se uma imagem de que a relação heterossexual está baseada no modelo da sexualidade do estupro e é esse o modelo que possibilita a criação de diretrizes do que é certo e errado na sociedade (HERMAN, 1984, *apud* ELBEL, 2020). Por esse motivo, dentro da constituição do erótico existe uma compreensão de que as buscas do polo ativo podem ser insistentes e o limite entre o adequado e o inadequado na insistência e coação do objeto de desejo é maleável (ENGEL, 2017). Além disso, a própria resistência do dito objeto é vista como parte da interação sexual normal, corroborando a ideia disposta de que a relação heterossexual funciona na ordem do estupro. Entende-se, portanto, que a forma como a sociedade banaliza o crime de estupro, descriminalizando-o por meio de suas produções culturais e seus discursos sociais, corrobora cada vez mais para o aumento do número de vítimas. O silenciamento e até mesmo a conivência dos equipamentos governamentais, educacionais, sociais e midiáticos em não trazer esses casos para o debate público de modo adequado acaba por colaborar para a perpetuação desse crime (OLIVEIRA, 2018). O ponto-chave dessa discussão é entender o estupro como violência e não como sexo, sendo necessário portanto a desconstrução desse discurso da cultura do estupro que representa construções binárias e opostas marcadas pela complementaridade, pela hierarquia, pela posse e pela violência como sedução (GARCIA, 2020; RIBEIRO, 2020b). É importante pensar, portanto, acerca do discurso da cultura do estupro que é fabricado pelos produtos da mídia. A indústria midiática representa construções binárias e opostas de identidades e, à medida que a mídia associa comportamentos, valores e atitudes a um ou outro gênero, ela formula o que se reconhece como feminilidade e masculinidade, estando imbuídas nesse imaginário as relações de poder entre os gêneros e a consequente naturalização da violência sexual (FRANCHINI, 2018). Nesta pesquisa, a mídia estudada trata-se da pornografia, por considerá-la um arranjo de visualidades sobre o prazer em uma sociedade que veicula a lógica do estupro como base estruturante das relações heterossexuais, além de ter como sistema econômico e político o capitalismo, o qual atua no aproveitamento de corpos visando à satisfação dos prazeres de uma pequena parcela de homens que constituem o patriarcado branco e burguês (ÁLVAREZ, 2018; ELBEL, 2020). Entendendo a pornografia como um veículo mercadológico, na qual o sexo se transforma em produto, considera-se importante questionar, especialmente no circuito *mainstream*, que realidade é essa que se pretende mostrar? (FRANCISCO, 2015). É importante colocar que a dominância de um pensamento que entende a sexualidade polarizada entre uns que são sujeitos e outros que são objetos tende a ter efeitos cruéis ao não se situar somente no nível da fantasia. Essa ênfase no binarismo potencializa cristalizações de identidades femininas e masculinas produzindo um

efeito de verdade que naturaliza comportamentos a um e a outro gênero. Essas frágeis classificações são ficções produzidas por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, fruto de uma perspectiva binária sedimentada historicamente a serviço de uma lógica heteronormativa disseminada na cultura e nos mais diversos campos da sociedade (RIBEIRO, 2016). Os discursos pornográficos compõem roteiros que informam aos sujeitos as performances que lhes cabem e que devem ser reproduzidas, ou seja, ao homem é relegado o papel de desejar e saber sobre o sexo e à figura feminina é atribuído o papel de seduzir e se fazer desejada. Assim a *scientia pornographica* garante a permanência de um modelo de sexualidade baseado no consumo ao ensinar homens a consumir mulheres e condicioná-los a acreditar que consumo é prazer ao mesmo tempo que promove e legitima a necessidade da mulher em ser desejada (DUARTE; ROHDEN, 2016; RIBEIRO, 2021; ALCÂNTARA, 2013). Nesse cenário, a pornografia *mainstream*, pautada nos preceitos do capitalismo patriarcal, acaba por funcionar como uma prática política de perpetuação de poder e opressão ao comprimir a sexualidade em padrões normativos (RIBEIRO, 2016). Além disso, a pornografia *mainstream*, ao produzir cenas marcadas pela resistência simbólica e pela ausência do consentimento, acaba por funcionar como um mecanismo de perpetuação da cultura do estupro ao produzir verdades em seus conteúdos que colocam corpos femininos em uma condição de estuprável - representadas como corpos disponíveis ao acesso masculino desregrado. Ao mesmo tempo essas representações produzem uma condição masculina estupradora, na medida em que esse se vê no poder de decidir a respeito desse corpo, uma vez que tem o direito ao uso e descarte do mesmo (D'ABREU, 2013; RIBEIRO, R., 2016). Por todo esse cenário considera-se que estudar pornografia é parte importante de um processo de falar mais abertamente sobre sexualidade (PÁTARO, 2015). Considerando o potencial da pornografia em ousar dizer aquilo que se quer calar, nessa pesquisa partilha-se dos apontamentos de Preciado (2007, *apud* PINTO; NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010), o qual coloca que o melhor antídoto contra a pornografia dominante não é a censura, mas a produção de representações alternativas da sexualidade. Trata-se de compreender a pornografia como algo que pode ser disruptiva, visto que as expressões sobre sexualidade possuem um potencial libertador ao veicular em uma sociedade capitalista produtora de uma máquina heterossexual (COELHO, 2020). Trata-se, portanto, de buscar fissuras dentro do sistema pornográfico para ressignificação desse dispositivo de representação erótica de uma forma que mantenha o dito “Outro” no lugar também de sujeito e assim modificar as pressupostas relações de poder (LEITE JR., 2012). É preciso questionar os mecanismos de controle construídos para normalização dessas relações de poder para que assim seja possível a desconstrução desses dispositivos que cerceiam o direito de existir de tantas e tantos.

Referências

ALCÂNTARA, A. M. **Chupa que é de uva:** subjetividades instituídas com o uso de produtos eróticos. 2013. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná. 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36019/R%20-%20D%20-%20ANELISE%20MONTANES%20ALCANTARA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 out. 2021.

ÁLVAREZ, J. S. O. **Conversações hipervisuais: vamos falar sobre olhares masculinizados?** 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8267>. Acesso em: 14 out. 2021.

COELHO, C. C. B. V. **Pós-pornografia em foco: um estudo sobre tensões políticas e usos do corpo.** 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo). 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/345108>. Acesso em: 14 out. 2021.

D'ABREU, L. C. F. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 592-601, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/n9jzChb9nFpKVRB3NchK7K/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E. **Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro.** 2009. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/MariaElviraDiazBenitez.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

DUARTE, L. C.; ROHDEN, F. Entre o obsceno e o científico: pornografia, sexologia e a materialidade do sexo. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 715-737, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RpsmKppLfG8vK7ZCsb3Tgy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2021.

ELBEL, B. D. **Estupro corretivo: a cultura do estupro e a violação da dignidade e liberdade sexual da mulher como método de punição.** 2020. Monografia- Centro Universitário de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14154>. Acesso em: 24 out. 2021.

FERNANDES, L. M.; PALITOT, T. R. C.; ROCHA, L. C. Política e patriarcado: a cultura do estupro em tempos de impeachment no Brasil. **Captura Críptica**, v. 1, n. 5, p. 37-55, 2016.

FOUCAULT, M. **A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições GRAAL Ltda, 1999.

FRANCHINI, B. S. Mídia, patriarcado, capitalismo e perpetuação da cultura do estupro. Comunicação apresentada em V Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Londrina, jun. 2018. **Anais** [...]. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1026/911>. Acesso em: 24 out. 2021.

FRANCISCO, A. S. Pornografia, espetacularização do cotidiano e representações da realidade. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/32668694/Pornografia_espetaculariza%C3%A7%C3%A3o_d_o_cotidiano_e_representa%C3%A7%C3%B5es_da_realidade_2015. Acesso em: 24 out. 2021.

GARCIA, R. A cultura do estupro a partir de músicas brasileiras. 2020. Disponível em: <https://naomekahlo.com/a-cultura-do-estupro-a-partir-de-musicas-brasileiras/>. Acesso em: 24 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. As atualizações e a persistência da cultura do estupro no Brasil. Rio de Janeiro: Engel, C. L, 2017.

LEITE JR., J. Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. **Cadernos Pagu**, n. 38, p. 99-128, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645034/0/>. Acesso em: 24 out. 2021.

MAZAGÃO, B.; CARVALHO, L. S. Violência de gênero, cultura do estupro e saúde pública: uma análise sem recorte. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, n. 2, p. 01-18, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8453>. Acesso em: 24 out. 2021.

MOREL, K. K. K. **Da impotência à impossibilidade**: a escrita do objeto na pornografia de Hilda Hilst. 2013. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

OLIVEIRA, L. C. **Análise dos discursos midiáticos sobre o crime de estupro**. Monografia, UniEvangélica, Anápolis, Goiás, 2018.

PÁTARO, C. R. Os homens atuam e as mulheres aparecem: marcos pornográficos e pornografia mainstream. **Sociologias plurais**, v. 3, n. 2, p. 103-121, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64757>. Acesso em: 24 out. 2021.

PINTO, P.; NOGUEIRA, M. C.; OLIVEIRA, J. M. Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/BbrmLknWDq7gdVWKTGFHHL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

RIBEIRO, A. F. **Desnudando a ditadura militar: as revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985)**. 2016. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2016.

RIBEIRO, R. D. S. **Discurso de ódio, violência de gênero e pornografia**: entre a liberdade de expressão e a igualdade. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RIBEIRO, D. Brasil parece muito mais um abatedouro de mulheres do que uma nação. **Folha de São Paulo**, 2020a. Disponível em: [//www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/10/o-brasil-eum-pais-ou-um-abatedouro-de-mulheres.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/10/o-brasil-eum-pais-ou-um-abatedouro-de-mulheres.shtml). Acesso em: 14 out. 2021.

RIBEIRO, D. É preciso ir além do repúdio moral ao estupro ou ficaremos reféns da gritaria. **Folha de São Paulo**, 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2020/11/epreciso-ir-alem-do-repudio-moral-ao-estupro-ou-ficaremos-refe ns-da-gritaria.shtml>. Acesso em: 14 out. 2021.

RIBEIRO, D. Pornografia move uma indústria bilionária que consegue ser invisível. **Folha de São Paulo**, 2020c. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamilaribeiro/2020/10/pornografia-move-uma-industria-bilionaria-que-consegue-serinvi sivel.shtm>. Acesso em: 14 out. 2021.

RIBEIRO, D. Os homens são ensinados a consumir mulheres, e não a apreciá-las. **Folha Uol**, 2020d. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/djamila-ribeiro/2021/01/homenssao-ensinados-a-consumir-mulheres-e-nao-a-aprecia-la s.shtml>. Acesso em: 14 out. 2021.

SANTANA, C. M. **Da pornografia à pornoteoria: desafios e reimaginações feministas**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20009>. Acesso em: 14 out. 2021.

SOMMACAL, C. L.; TAGLIARIA, P. A. A cultura do estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. **Revista da ESMESC**, v. 24, n. 30, p. 245-268, 2017. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/169>. Acesso em: 14 out. 2021.

Palavras-Chave. Cultura do estupro. Indústria pornográfica. Psicologia Social.

ESTUDO DE CASO DE UM PACIENTE SOB A ÓTICA DA PSICANÁLISE

Gustavo Cassiano Bueno de Salles (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Paula Chiaretti

Resumo. Ao começar a se pensar sobre a construção de um caso em psicanálise e sua escrita, é importante destacar que o relato redigido nunca será a reprodução fiel do encontro analítico. As tramas narradas pelo analista nada mais são do que a reconstrução de suas memórias sobre as vivências terapêuticas, sendo tal reconstrução limitada tanto por aquilo que o psicanalista não consegue elaborar durante a relação transferencial, quanto pelas normas restritivas da escrita. Assim, surge a interrogação: como se faz ciência em psicanálise? Diante desse exposto, pode-se entender que o fazer ciência em psicanálise se dá através do contato com o inconsciente, ou seja, seu saber é orientado pela clínica; por isso, a psicanálise não rejeita a presença do sujeito, mas a coloca como essencial para a própria ciência. Em outras palavras, a psicanálise procura examinar o que é singular no sujeito, diferentemente, por exemplo, da medicina, que diz sobre um alguém anônimo que é tido como representante de uma doença ou sintoma. Por isso, a pesquisa tem como objetivo analisar a evolução de um paciente assistido na Clínica Escola de Psicologia sob a ótica da psicanálise, sendo realizado um atendimento por semana de forma individual. Por se tratar de uma ciência guiada por questões subjetivas, o método psicanalítico leva os sujeitos (analista e analisante) a um trabalho singular, fazendo com que não haja generalização ou modelo universal na escrita do caso, mas sim o relato de um encontro clínico gerado a partir da relação transferencial. Por isso, ao contar sua história, o paciente cria uma narrativa que surge como um importante método para a compreensão dos casos clínicos. Assim, a realidade do sujeito pode aparecer com um quê de ficção, uma vez que os acontecimentos marcantes na psique do indivíduo são menos associados a uma realidade material e mais relacionados à realidade psíquica. Portanto, na narração contada durante a análise, é minoritariamente importante seu sentido de verdade aos fatos passados. É importante, sim, mostrar como o inconsciente do sujeito se mostra através de suas narrativas. Assim sendo, a sistematização e a elaboração teórica da psicanálise se desenvolveram através das experiências advindas da atuação clínica, e seus desdobramentos construíram um método de pesquisa psicanalítico; desse modo, a psicanálise dá a voz para que o sujeito diga sobre aquilo que lhe é único e, simultaneamente, estabelece os alicerces fundamentais da sua teoria. Portanto, ao mesmo tempo em que escreve sobre o Presidente Schreber e como o paciente encontra uma saída em direção à cura através do próprio delírio, Freud está organizando sua estrutura teórico/científica do saber psicanalítico. Isso exposto, vale ressaltar que o presente estudo foi realizado no ano de 2021, como dito anteriormente, na Clínica Escola de Psicologia, com um paciente entendido como psicótico pela psicanálise. Alguns fragmentos de análise trazidos pelo próprio analisante constituíram o arcabouço de material utilizado durante o estudo, sendo debatidos e analisados em supervisão a partir da ótica da psicanálise. Para fins de exposição, e buscando

preservar a identidade do paciente, foi lhe dado o nome de Simão, que, em hebraico, significa “aquele que ouve”, já que, em seu relato, Simão se diz às voltas com vozes impositivas e acusadoras que se dirigem a si ceifando qualquer tipo de autonomia que possa ter. Isso ocorre, pois, na psicose, palavra e coisa se misturam, isto é, as palavras perdem a função de símbolo e passam a vir de fora, tornando-se concretas e dominando o sujeito. Diante disso, Freud, encontrou grandes dificuldades em estabelecer laço transferencial com pacientes psicóticos; desse modo, como seria possível oferecer o tratamento psicanalítico a eles? Foi com Lacan que a teoria sob a psicose avançou: ao articular uma forma de manejar a transferência, o psicanalista utilizou-se do tema “secretário do alienado”, termo bastante utilizado no campo da psiquiatria em sua época, para tomar de modo literal as palavras oferecidas pelo psicótico. Dentre seus conceitos principais, a posição de secretário do alienado consiste em tomar ao pé da letra as ocorrências trazidas pelo fenômeno da psicose, dentre elas as alucinações, delírios, etc.; assumir o papel ao que foi designado pelo paciente psicótico e se fazer parceiro diante das falas daquele que as diz. Dessa forma, o construir ciência em psicanálise está intrinsecamente ligado com o ato clínico, no qual o saber gerado pelo analista se desdobra tanto para a construção do caso quanto para o desenvolvimento da teoria, podendo servir de referência para a reflexão de outros casos. Portanto, o saber produzido pela singularidade do paciente em análise e elaborado pelo psicanalista possibilitou, no decorrer dos anos, a construção e a solidificação da psicanálise enquanto ciência. Compreender o tratamento oferecido a um paciente psicótico e todos os detalhes que a atuação clínica pode oferecer é fundamental para a formação do jovem analista, que deverá ter sempre em vista os conceitos teóricos já elaborados ao longo do tempo por importantes autores que colaboraram com o saber científico da psicanálise.

Referências

- BETTS, J. A direção da transmissão em psicanálise: passes e impasses na formação do analista. *In*: MEES, L.; RILHO, V. (org.). Variantes da cura. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 25, p. 85-94, 2003. Disponível em: <https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista25.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.
- CASTRO, Júlio Eduardo. O método psicanalítico e o estudo de caso. *In*: NETO, Fuad Kyrillos; MOREIRA, Jacqueline Oliveira (org.). **Pesquisa em Psicanálise**: transmissão na Universidade. EdUEMG, p. 24-35, 2010. Disponível em: http://eduemg.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2010/2010_PESQUISA_EM_PSIKANALISE_TRANSMISSAO_NA_UNIVERSIDADE.pdf#page=25. Acesso em: 20 set. 2021.
- CORIAT, A; PISANI, C. Um caso de S. Freud: Schreber ou a paranóia. *In*: NASIO, J. -D. **Os grandes casos de psicose**. Zahar, p. 41-64, 2001.
- COSTA, C. A. R.; FREIRE, A. B. Lacan, secretário do alienado. **Mental**, v. 8, n. 14, p. 65-91, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-44272010000100005. Acesso em: 15 set. 2021.

- CURADO, B. T. F.; LAZZARINI, E. R. Narrativa em análise: da escrita ao conto. **Cadernos de psicanálise**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 40, p. 35-47, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-62952019000100003. Acesso em: 10 set. 2021.
- FRANKE, D.; SILVA, J. C. Dá Escuta à Escrita: a construção do caso clínico em psicanálise. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 10, n. 2, p. 42-61, 2012. Disponível em: <http://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8695>. Acesso em: 15 set. 2021.
- FREUD, S. O Caso Schreber, Artigos sobre Técnica e outros trabalhos. **Imago**, Rio de Janeiro, p. 463, 1913.
- GUERRA, A. **A psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LACET, C. Da forclusão do nome-do-pai à forclusão generalizada: considerações sobre a teoria das psicoses em Lacan. **Instituto de Psicologia – USP**, v. 15, n. 1/2, p. 243-262, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/TywNpBk4P3PMhrWFjY9WbNR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.
- NASIO, J. -D. et al. **Os grandes casos de psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- OLIVEIRA, I. M. A. O caso clínico na instituição pública: polifonias desejanter. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 7, n. 3, p. 82-93, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/t4dLzTvRHW8BGH8tnmdCZNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2021.
- PAULON, C. P. **Introduzindo o conceito de narrativa em psicanálise**: sobre um operador comparativo para o estudo de casos clínicos. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-18042018-095218/pt-br.php>. Acesso em: 12 set. 2021.
- PEIXOTO, M. L. V. L.; AZEVEDO, R. A. O espaço do singular no universal: a psicanálise na universidade. *In*: NETO, Fuad Kyrillos; MOREIRA, Jacqueline Oliveira (org.). **Pesquisa em psicanálise**: transmissão na universidade. EdUEMG, p. 167-179, 2010. Disponível em: <http://eduemg.uemg.br/component/k2/item/48-pesquisa-em-psicanalise-transmissao-na-universidade>. Acesso em: 20 set. 2021.
- PROVIDELLO, G. G. D.; YASUI, S. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **História, ciências e saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2012.
- RICKES, S. M. Escrita da clínica e transmissão da psicanálise. *In*: MESS, L.; RILHO V. (org.). Variantes da cura. **Revista da associação psicanalítica de Porto Alegre**, p. 119-133, 2003.
- ROUDINESCO, E.; PLON, M. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SANTOS, A. P. **A estabilização via sintoma**: o invariante no singular da psicose. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

VAL, A. C.; LIMA, M. A. C. A construção do caso clínico como forma de pesquisa em psicanálise. **Agora**, Rio de Janeiro, v. XVII, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/K5JKdkWBWDb656HH93zTmTq/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

VILELA, E. **Michel Foucault, do silêncio da loucura: o avesso da palavra final**. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

VORCARO, A. Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. *In*: NETO, F. K; MOREIRA, J. O. (org.). **Pesquisa em psicanálise: transmissão na universidade**. Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais – EdUEMG, 2010. p. 11-23.

ZANETTI, S. A. S.; KUPFER, M. C. M. O relato de casos clínicos em psicanálise: um estudo comparativo. **Estilos da Clínica**, v. XI, n. 21, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000200011. Acesso em: 12 out. 2021.

ZOLTY, L. Observações psicanalíticas sobre as psicoses. *In*: NASIO, J. -D. **Os grandes casos de psicose**. Tradução: V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 33-39.

Palavras-Chave. Escrita do caso. Psicose. Estudo de caso. Psicanálise.

POLITIZANDO A VIDA PRIVADA: A INFLUÊNCIA DAS OPRESSÕES SOCIAIS NA MANIFESTAÇÃO DO SUICÍDIO

Isadora Loyola Pinheiro (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Camila Claudiano Quina Pereira

Resumo. O suicídio é um fenômeno multifatorial que envolve a interação de aspectos psicológicos, culturais, morais, socioambientais, econômicos, entre outros (OMS, 2006). É considerado um grave problema de saúde pública que atinge cerca de 700 mil pessoas todos os anos, sendo 77% dos casos em países de baixa e média renda (OMS, 2021). Desta forma, a presente pesquisa objetivou analisar o fenômeno do suicídio e sua relação com o capitalismo, tendo como base o cenário individualista e estruturador de violências deste modelo de sociedade que pode ser causador da morte autoprovocada. Assim, pautou-se na politização da vida privada para abordar a manifestação do suicídio na sociedade brasileira, as populações afetadas e os fatores de risco permeados pela influência do capitalismo nas subjetividades. Nesse sentido, buscou-se provocar uma reflexão sobre a perspectiva individualizante dentro da psicologia, que ocasionou a centralização em aspectos individuais desconectados dos processos de determinação social, e com isso, uma visão fragmentada de sujeito e sociedade. (REY, 2016). Com efeito, a patologização contribuiu para a medicalização dos sujeitos em sofrimento, tendo em vista a ênfase na categoria patológica ao indivíduo que se suicida. (ALMEIDA, 2019). Diante disso, foram utilizados referenciais teóricos da Psicologia Social e das Ciências Sociais, Políticas, além da Filosofia e Sociologia, para os fins buscados neste estudo. À luz de uma visão crítica e transformadora do fazer psicológico e das estruturas injustas no meio social, baseou-se no questionamento sobre o que a morte autoprovocada revela a respeito da sociedade em que se manifesta (BERENCHTEIN NETTO, 2013). Assim como também, partiu-se da concepção da subjetividade adotada pela Psicologia Social, como processo construído tanto por aspectos macrosociais quanto microsociais, tornando possível a ruptura com os formatos tradicionais da psicologia que abarcam a ideia de um sujeito universal, individualizado ou pertencente a um ambiente imutável. Com isso, entende que a subjetividade é resultado de um processo histórico e situado num determinado contexto (REY, 2016). Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que evidenciou os marcadores sociais de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade nos dados epidemiológicos sobre suicídio no Brasil na atualidade. A pesquisa constatou as maiores taxas entre homens, idosos com 70 anos ou mais, com poucos anos de escolaridade (BRASIL, 2017), populações indígenas e adolescentes e jovens negros (BRASIL, 2018) e maior frequência de ideação e tentativas entre as mulheres (BRASIL, 2019). Em relação à população LGBTQIA+ há uma insuficiência de dados a partir dos meios oficiais, visto que os registros de óbito não possuem campo para orientação sexual e identidade de gênero e nas fichas de notificação de violência autoprovocada, são escassos o seu preenchimento (BAÉRE; ZANELLO, 2018). Por isso, o Grupo Gay da Bahia (GGB)

realiza anualmente o levantamento, tendo revelado 100 casos de suicídios em 2018 (GGB, 2020). Nesse contexto, apontam-se a construção da Psicologia no Brasil e os desdobramentos do viés individualista na análise do fenômeno e por fim, a precarização da vida na realidade brasileira e o sofrimento social envolto à população marginalizada, pautada em levantamentos estatísticos sobre as condições de vida das maiorias populares. Dentre os impactos das desigualdades do sistema capitalista no contexto brasileiro, incluem-se o desemprego, precarização do trabalho, racismo, sexismo, lgbtfobia e a pobreza como alguns dos determinantes sociais do suicídio. Por via da exclusão de direitos básicos, como acesso à saúde, segurança, educação, habitação, renda e emprego (CECCON; MENEGHEL, 2019), a violência estrutural é legitimada a partir da heteronormatização e opressão patriarcal, racista e sexista (MENEZES; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018). Dessa maneira, a prevenção ao suicídio se trata também de incluir, no planejamento da promoção da vida, o enfrentamento às violências estruturantes da sociabilidade capitalista. Tendo em vista a manutenção histórica da exclusão e marginalização, que não se trata de uma questão individual, mas que possui suas origens nas bases coloniais e capitalistas (WEBER; GIANOLLA; SOTERO, 2020). Verificou-se a importância de considerar os atravessamentos sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais no debate sobre a morte voluntária e na promoção e valorização da vida, contrapondo uma visão individualista e reducionista do fenômeno, a partir da concepção das causas do suicídio como a manifestação dos impactos negativos da própria sociedade (MARX, 2006). Para isso, observaram-se os efeitos do capitalismo nos sujeitos, que, permeados por marcadores sociais de classe, gênero, raça, sexualidade e outros, influenciam na inviabilização de sua existência. Considerando a exigência de controle, lucro, produtividade, competitividade no modo de produção capitalista, o sofrimento psíquico pode ser pensado a partir da formação social, de modo que falar de sofrimento e consequentemente de saúde mental também é falar de precarização da vida, como aponta Martín-Baró (2017). Em suma, demonstrou-se a importância do fortalecimento do Sistema Único de Saúde, da Rede de Atenção Psicossocial, das políticas sociais de acesso e redução das iniquidades que afetam as maiorias populares na promoção de condições dignas de vida. Ficou evidente também o papel fundamental da Psicologia na construção e reconstrução teórico-prático e ético-político em direção às práticas pautadas na realidade que lhe atravessa.

Referências

- ALMEIDA, F. A. **Suicídio na Biopolítica**: estudo à luz dos escritos de Michel Foucault. 2009. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/22729/2/FI%C3%A1via%20Andrade%20Almeida.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.
- BAÉRE, F. D.; ZANELLO, V. O gênero no comportamento suicida: Uma leitura epidemiológica dos dados do Distrito Federal. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 168-178, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000200008. Acesso em: 20 out. 2021.
- BRASIL. Suicídio. Saber, agir e prevenir. **Boletim Epidemiológico**. Secretaria de Vigilância em Saúde −. Ministério da Saúde, v. 30, n. 48, 2017. Disponível em:

<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros: 2012 a 2016**. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico**. Suicídio: tentativas e óbitos por intoxicação exógena no Brasil, 2007 a 2016. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. v.24, n. 50, 2019. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/17/2019-014-Publicacao-02-07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

CECCON, R. F.; MENEGHEL, S. N. Fascismo de gênero: controle, opressão e exclusão de mulheres. **Revista Psicologia Política**, v.19, n. 46, p. 449-458, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7422802>. Acesso em: 20 out. 2021.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. In: OLIVEIRA, J. M. D. de; Mott, L. (org.). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatoriosanuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 20 out. 2021.

MARTÍN-BARÓ, I. Guerra e Saúde Mental. In: MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Lacerda Júnior (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2017. p. 251-270 f.

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MENEZES, M. S. *et al.* **LGBT e mercado de trabalho**: uma trajetória de preconceitos e discriminações. Campina Grande: Realize, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/40228>. Acesso em: 14 set. 2021.

BERENCHTEIN NETTO, N. Suicídio: uma questão de Saúde Pública e um desafio para a Psicologia Clínica. In: Conselho Federal de Psicologia. **O suicídio e os desafios para a Psicologia**. CFP, Brasília, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/suicidio-e-os-desafios-para-a-psicologia/>. Acesso em: 10 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção ao suicídio**: um recurso para conselheiros. Genebra, 2006. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Suicídio**. Folha informativa, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 15 set. 2021.

REY, F. L. G. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2016.

WEBER, I.; GIANOLLA, C.; SOTERO, L. Suicídio e violência estrutural. Revisão sistemática de uma correlação marcada pelo colonialismo. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 1, p. 189-228, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/WyRVfG5yNrxDZyhttps://www.scielo.br/j/se/a/WyRVfG5yNrxDZy57DLwb4Sh/?format=pdf&lang=pt57DLwb4Sh/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 10 set. 2021.

Palavras-Chave. Suicídio. Capitalismo. Subjetividades. Psicologia Social.

NECROPOLÍTICA APLICADA À GUERRA ÀS DROGAS

Jennifer Fernanda Rocha da Silva (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Camila Claudiano Quina Pereira

Resumo. Bala perdida é um fenômeno comum em certos territórios brasileiros, sobretudo periféricos. Resultado de uma política de segurança militarizada e da lógica proibicionista, a guerra às drogas produz mortes de moradores e agentes em inúmeras operações, conforme as mídias relatam frequentemente. Tais intervenções apresentam padrões diferenciados em relação à raça, classe e território, e esse tipo de padrão é compatível com o que se conhece por necropolítica, um modelo de governo que prioriza algumas vidas em detrimento de outras, configurando uma sociedade desigual e discriminatória, na qual as violências não são equivalentes para todos os públicos. A partir deste cenário, tem-se a necessidade de discutir o que torna algumas vidas mais importantes do que outras pela lógica necropolítica. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2018), 71,5% das pessoas assassinadas atualmente no Brasil são pretas ou pardas, os jovens negros morrem em 76,2% dos casos de intervenções policiais e mulheres negras morrem 71% a mais que mulheres não negras. Este retrato evidencia que o racismo seria o “motor do princípio necropolítico” (MBEMBE, 2017, p. 65). Segundo Almeida (2020, p.32), racismo é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam”. Além disso, Silvio salienta que o racismo é sempre estrutural, ou seja, é integrado na organização política e econômica da sociedade. Logo é ele que fornece subsídios para as formas de violências e desigualdades que moldam a sociedade contemporânea. No que se refere às políticas de drogas, pode-se resumir o proibicionismo como uma política de sucesso em sustentar de forma categórica os privilégios de pessoas brancas, na mesma medida em que estabelece uma cultura de morte direcionada a pessoas negras e pobres. Isso porque o consumo de drogas nunca foi interrompido por leis, de forma que a venda e o uso permanecem apesar da guerra a tais substâncias ilícitas. Além disso, quando a venda é considerada tráfico, não se aplicam estratégias de controle de qualidade do produto que se oferta, nem formas de comércio e consumo assistidas: tudo é organizado pelo próprio tráfico, o qual, inclusive, estende suas possibilidades quando os agentes do Estado são parte do esquema de comércio, de forma a se perpetuar (GALINDO *et al.*, 2020). Dessa forma, a psicologia é chamada à discussão sobre neutralidade: em uma sociedade estruturalmente racista e tendo um governo operante na perspectiva necropolítica, cabe um posicionamento não neutro e político? Segundo a publicação do Conselho de Psicologia: Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas(os) (2017), a psicologia brasileira historicamente se posicionou enquanto cúmplice do racismo, produzindo conhecimentos que o legitimassem e validando ideais eurocêntricos e discriminatórios e, atualmente, se mantém adepta a esse pensamento enquanto se silencia frente à distribuição desigual de violências e mortes, bem como silencia as vozes que emergem produzindo conhecimento

sob a temática. A classe ainda encontra, nos estudos de relações raciais, branquitude e seus privilégios, um tema periférico, não prioritário, e, portanto, segue sem construir um pensamento crítico que respalde a atuação, na maioria das vezes. Nesse sentido, Barros (2019) questiona sobre o que pode a Psicologia frente à expansão da necropolítica, a produção de uma sociedade de inimizade e a decadência dos processos democráticos organizadores da vida em coletividade. Barros (2019) ainda cita os ataques ao conhecimento acadêmico e ao pensamento crítico, e a facilidade em manter o cenário já naturalizado e cada vez mais emergente de punições, armamentos, segregação e desumanização. A guerra às drogas se revelou uma investida totalmente moral e violenta, funcionando como uma máquina que se naturalizou como parte do cotidiano social. Não por acaso, esta guerra é legitimada por uma estrutura de pessoas dotadas de privilégios, os quais se obtêm por meio do racismo estrutural, do patriarcado e dos meios de produção. Tais privilégios não são questionados, se associados ao esforço individual e é esse mito o que sustenta toda a desigualdade e faz com que a branquitude possa se abster de criticar, na maioria das vezes, a letalidade de tais imaginários. Face a isso, há aqueles que resistem, que fazem de sua existência um grito por reconhecimento, que se arriscam para que outras gerações tenham espaço, tenham humanidade reconhecida. São essas vozes que devem ser legitimadas, são as denúncias e as experiências que abrem os olhos e que promovem aos poucos a consciência social de que não, não é natural que ser negro no Brasil signifique ter sua morte não passível de comoção ou de sofrimento. Desta forma, pretendeu-se analisar as nuances presentes na atual política de guerra às drogas, em correlação ao racismo estrutural e ao conceito de necropolítica, com o objetivo de trazer à discussão a urgência da psicologia enquanto agente promotor de saúde, em considerar tal fenômeno nas práticas, assumindo compromisso ético em defender políticas humanizadas, atuações conscientes e antirracistas, bem como decolonizar os conhecimentos, a fim de ampliar as possibilidades de estudo e intervenção, tendo como respaldo epistemologias condizentes com a realidade brasileira atual e com a não neutralidade das práticas psicológicas, as quais devem ser contextualizadas com a estrutura operante atualmente. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, que evidenciou diversas deficiências na atual lei de drogas e no modo como se opera o proibicionismo, regido pela letalidade de pessoas negras e pobres, bem como a interseccionalidade de violências que encontram no neoliberalismo campo fértil. Dessa forma, a necropolítica por meio da guerra às drogas se direciona ao genocídio da população negra e ainda encontra na psicologia um lugar de conforto, privilégio concedido pela branquitude acrítica e, portanto, urge a necessidade de se reconhecer enquanto classe antirracista e antiproibicionista, para que se construam saberes e práticas coerentes com as realidades estruturais.

Referências

- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- MBEMBE, A. Políticas de inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

ALMEIDA, S. L. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2017.

GALINDO, D. *et al.* Limites da guerra às drogas: por outra ética dos usos e ocupações nas/das cidades. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, v. 15, n. 2, p. 1-16, 2020. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. *In*: Colaço, V. F. R. et al. **Juventudes em movimento**: Experiências, redes e afetos. Fortaleza: Expressão, 2019. p. 209-238.

Palavras-Chave. Drogas. Racismo. Necropolítica. psicologia social.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DO CURRÍCULO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

José Ronildo Lopes Soares (Univás)

ORIENTADOR: Dr. Cássio José de Oliveira Silva

Resumo. O estudo apresentado se insere na linha de pesquisa “Educação e Tecnologia: inovação, ferramentas e processos” e aborda o tema tecnologias digitais na formação profissional em nível de graduação, com foco na legislação pertinente e nos projetos pedagógicos de cursos de graduação em Administração. Atualmente, o mundo globalizado resulta de um processo de transformação da estrutura social, fundamentado na evolução tecnológica. Dessa forma, em todos os setores da sociedade há uma dependência em relação à geração do conhecimento com base na organização, de maneira a desfrutar dos benefícios do sistema tecnológico com o auxílio dos computadores e da comunicação digital. Essa nova realidade social, por meio de uma sociedade em rede, decorre da interação entre a organização social e o paradigma tecnológico. Em face dessas inovações, as IES estão frente ao desafio de implementação de mudanças com a integração das TDIC nos processos educacionais, sob o risco de perda de seu poder de competitividade acadêmica e econômica. A evolução das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) tem disponibilizado à sociedade novas formas de comunicação, produção e difusão das informações, implicando transformações econômicas, políticas, sociais e educacionais. A importância de se considerar os reflexos da globalização nos diferentes contextos sociais está no fato de o tempo, espaço e trabalho receberem o impacto do dinamismo das relações entre os indivíduos. As instituições de ensino, principalmente na educação superior, estão sendo alertadas a integrar as tecnologias digitais em seus processos educativos, bem como inserir em suas propostas pedagógicas os conteúdos, objetivos e metodologias de ensino que visem ao desenvolvimento das competências digitais. O objetivo deste trabalho é investigar e compreender como se dá a presença ou não de conteúdos relacionados à integração das TDIC na formação em nível de ensino superior, especificamente do profissional graduado em Administração, considerando a legislação educacional e as propostas curriculares para esse curso. Com isso, pretende-se compreender como esses conteúdos podem contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades tecnológicas e digitais, articuladas ao perfil do egresso desse curso. A sociedade atual demanda uma formação mais abrangente e flexível para que o profissional possa exercer novas carreiras e conviver com perspectivas de mudanças frequentes. A necessidade de os profissionais atuarem com protagonismo e inovação na sociedade atual exige das universidades novos compromissos em relação à educação e a pesquisa, causando por um lado grandes desafios e por outro oportunidades de se estabelecerem no processo de desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, busca-se um novo contexto com demandas para o estabelecimento de novas relações entre o

ensino, a pesquisa e a inovação no ambiente educacional e, no ambiente externo, envolve estabelecer relações com a gestão pública e com empresas públicas e privadas. As mudanças no contexto político, econômico, social e, principalmente tecnológico, têm sido evidenciadas pela popularização das tecnologias com o acesso rápido às informações por grande parte da sociedade e, assim, as TDIC influenciam de forma direta em todos os setores, inclusive na educação. No ensino superior, esse cenário tem trazido para as instituições novos desafios relacionados ao que ensinar, como ensinar e para que ensinar. Partindo da premissa de que o conhecimento tem papel estratégico na sociedade frente aos desafios contemporâneos e aos avanços das TDIC, questiona-se de que forma as normativas que regulamentam a educação e o curso de Administração no Brasil têm abordado (ou não) conteúdos de TDIC e como se dá a presença (ou não) de conteúdos curriculares e de orientações que, de alguma forma, referem à integração de TDIC no processo de formação do profissional graduado em Administração. A integração das TDIC nos currículos pode ser considerada como um relevante indutor para a qualificação de profissionais quanto às competências digitais. A metodologia utilizada na realização desta pesquisa tem cunho qualitativo e recorre à pesquisa bibliográfica e documental, com análise da legislação educacional pertinente e PPC de cursos de graduação em Administração. No aspecto legal, os documentos selecionados para análise foram: Constituição Federal de 1988, Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração - Resolução CNE/CES 04/2005, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996, Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (MEC/INEP, 2017) e PPC de cursos de Administração. Espera-se, com este trabalho, poder contribuir para ampliar discussões acadêmicas sobre a temática da pesquisa, possibilitar compreender outros elementos envolvidos no processo de formação profissional e ainda identificar possíveis lacunas de conhecimentos existentes na área estudada, podendo contribuir com investigações posteriores.

Referências

- CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). A Sociedade em rede: do conhecimento à ação política. Conferência. **Imprensa Nacional**, Belém, 2005. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-a-acção-política>. Acesso em: 19 out. 2021.
- BRENNAND, Edna G. de Góes; BRENNAND, Eládio de Góes. Inovações Tecnológicas e a Expansão do Ensino Superior no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, n. 21, p. 179-198. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34924585010>. Acesso em: 19 out. 2021.
- AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142017000200075&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 out. 2021.

LINHARES, Martha Prata; ARRUDA, Rogério Dias de. Inovação e integração das tecnologias digitais na docência universitária: conceitos e relações. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 250-268, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/download/8843/pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

VALENTE, José Armando. Tecnologias e educação a distância no ensino superior: uso de metodologias ativas na graduação. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 1, p. 97-113, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9871>. Acesso em: 19 out. 2021.

Palavras-Chave. Tecnologias digitais. Ensino Superior. Administração.

USO DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NO ENSINO REMOTO EM PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19: ESTAVAM OS PROFESSORES PREPARADOS?

Laís Coutinho de Souza (Univás)

ORIENTADOR: Dr. Ronaldo Julio Baganha

Resumo. Os contextos que são mediados através da tecnologia demandam uma distribuição das tarefas, informações e responsabilidades entre o aluno e o professor. Sendo assim, do que se observa em relação à incorporação do uso das Tecnologias Digitais no meio escolar destaca-se o papel docente, ora com o intuito de manter a compreensão dos discentes, ora para potencializar o aprendizado. Em 2020, com o início da pandemia decorrente do novo coronavírus, os professores foram surpreendidos com o fechamento emergente das escolas e obrigados a dar continuidade às suas atividades educacionais de modo virtual, sendo que muitos deles não estavam aptos à nova realidade. Neste contexto, os educadores se viram na realidade de uma reinvenção constante para darem continuidade ao conteúdo pedagógico. Em março do ano de 2020, o Ministério do Estado e da Educação (MEC) autorizou oficialmente em sua portaria nº 343, de 17 de março de 2020 a substituição das aulas presenciais por aulas realizadas por meio dos meios digitais enquanto durar a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incisos I e II, e também o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 autorizam, de forma excepcional, a alteração das disciplinas de cunho presencial por meios tecnológicos caso necessário. Deste modo, através da realidade observada, nota-se que está sendo afetado diretamente o processo pedagógico da educação, uma vez que grande parte dos educadores não se encontram aptos para a nova realidade e que tampouco tiveram a capacitação adequada em sua formação profissional, já que se viram em uma realidade até então desconhecida, muitos sem preparo e/ou conhecimento dos meios tecnológicos, que, na atual situação, têm sido tão necessários para continuidade das aulas. Sendo assim, a escolha deste tema deu-se em decorrência de uma visão particular externa referente ao assunto abordado bem como a existência de educadores dentro do meu seio familiar, no qual presenciei um grande despreparo e desconhecimento tecnológico que interferiram diretamente no psicológico acarretando estresse profissional e pessoal. A pesquisa tem como objetivo investigar as dificuldades, os desafios e os conhecimentos dos docentes dos ensinos fundamental I e II, médio e superior na utilização de ferramentas tecnológicas de ensino, bem como avaliar se os docentes manuseiam com facilidade computadores e *notebooks*, se tiveram treinamento prévio nas plataformas utilizadas nas aulas durante a pandemia e também conhecer o que incomoda e qual o pensamento dos docentes sobre as aulas remotas. O tema desta pesquisa investiga o uso de ferramentas tecnológicas digitais pelos professores no ensino remoto, em período da pandemia da Covid-19. Em março de 2020, com a decretação oficial da pandemia pela Organização Mundial da Saúde, por causa do Vírus Sars-

CoV-2, uma série de eventos foram desencadeados, em todas as áreas, inclusive da educação, com o fechamento emergente das escolas, de todos os níveis, e todas as aulas presenciais suspensas. A expectativa era que essa situação fosse superada logo, mas não foi o que aconteceu e o retorno às aulas presenciais foi se tornando distante, fazendo-se necessária, então, a busca por alternativas de forma a garantir o direito dos alunos de assistirem às aulas. Como a doença se espalhou cada vez mais, prorrogando-se ao longo dos meses, as instituições de ensino e os educadores se viram diante de uma realidade nunca vivenciada, exigindo uma reinvenção constante de suas práticas para darem continuidade ao conteúdo e às suas atividades educacionais de modo virtual, nova realidade em relação à qual muitos deles não se sentem aptos. Justifica-se a escolha deste tema em decorrência de uma visão particular externa desta pesquisadora, que não atua na docência e, sim, no ambiente empresarial, mas conta com pessoas do seio familiar no magistério, nível educação básica e, além disso, cursa o mestrado em educação na expectativa de ingressar na docência do ensino superior. Apesar da falta de experiência na docência, foi possível presenciar um grande despreparo e desconhecimento tecnológico, que interferiram diretamente na prática e no psicológico dos professores, acarretando estresse profissional e pessoal. O objetivo do presente estudo foi avaliar se os professores do ensino fundamental e médio estavam preparados para o ensino remoto e uso das tecnologias digitais. Busca-se conhecer se os docentes manuseiam com facilidade computadores e *notebooks*, se tiveram treinamento prévio nas plataformas utilizadas nas aulas durante a pandemia e também compreender o que incomoda e qual o pensamento dos docentes sobre as aulas remotas. O presente estudo se caracteriza por ser quantitativo e qualitativo. Participaram do presente estudo 80 professores das redes estaduais, municipais e privadas de ensino. Os participantes responderam um questionário com perguntas sobre seu conhecimento sobre as plataformas mais utilizadas durante o ensino remoto. O questionário foi aplicado de forma *on-line*, via formulário Microsoft *Forms*. Os resultados apontaram um déficit em sua formação quando se trata da utilização das tecnologias em seu cotidiano educacional e ainda que se sentem inseguros e desacreditados com as aulas remotas. Segundo Rondini, Pedro e Duarte (2020), a educação foi um dos setores mais afetados pela pandemia causada pelo novo coronavírus. As aulas remotas foram a única alternativa para manutenção das aulas; entretanto a deficiência na formação dos professores para atuar com o uso das tecnologias, a falta de preparação dos alunos para assistirem às aulas remotas, e as dificuldades de conexão, são grandes desafios que precisam ser superados para que a qualidade seja alcançada. Conclui-se com o presente estudo que os professores do ensino fundamental e médio não estavam preparados para atuarem de forma remota.

Referências

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, Ketilin Mayra; DUARTE, Cláudia dos Santos. Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.10, n.1, p. 41 – 57, número temático, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9085/4128>. Acesso em: 23 ago. 2021.

Palavras-Chave. Tecnologia. Educação. Ensino emergente.

O PODER DISCIPLINAR EM ESCOLAS E A SUA RELAÇÃO COM A ESCOLHA DEMOCRÁTICA DE GOVERNOS AUTORITÁRIOS

Lara Leal Félix Simões (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Paula Chiaretti

Resumo. Desde já é necessário destacar que as interlocuções realizadas são a tentativa de uma investigação de um fenômeno social, construído por outros fenômenos sociais, intrinsecamente relacionado com fenômenos psíquicos. Além da investigação, é um convite à psicologia para se apropriar de temas que são também de sua responsabilidade, mas que podem estar sendo deixados de lado pela insegurança de se inserir em temáticas de cunho político e pela falsa premissa de uma possível neutralidade da disciplina. O trabalho realizou uma investigação bibliográfica buscando identificar a relação entre o poder disciplinar (ideia proposta pelo teórico Michel Foucault) presente na escola e a escolha democrática de governos autoritários. Aborda formas de exercer o poder e os efeitos dessas práticas disciplinares sobre os corpos que ocupam o espaço simbólico delimitado pelos muros da escola. Foram feitas articulações sob a ótica da psicanálise, principalmente a condição do desamparo vivenciada numa época em que o capitalismo se direciona para as vias do neoliberalismo, bem como os efeitos das atuais formas de subjetividade sobre a escolha de governos autoritários. Deleuze, em uma conversa com Foucault (1978-2012), conclui que a criança é tratada como prisioneira, que ela sofre uma demasiada infantilização que não é dela. Além disso, Foucault (1978-2012) analisa que o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é que ele não age apenas como uma força que diz não, um bloqueador, mas permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber e produz discurso. É uma força produtiva que atravessa todo o corpo social. Ou seja, para Foucault, o poder é mais produtivo do que repressivo. Ele cria, a partir de seu funcionamento, realidades, sujeições, sujeito e objetos. Mesmo que haja uma intervenção proibitiva, o efeito e o interesse principal de quem exerce o poder é que sua ação interfira em comportamentos, ações. Quem exerce o poder quer que o outro atue, pense, sinta, faça análises e se posicione de acordo com o seu interesse. Um dos poderes exercido sobre a criança é o poder disciplinar, presente nas instituições escolares, que atua a partir de uma moral que serve de ornamento a seu exercício: aqui, a tirania aparece como uma luta entre o bem e o mal, entre a ordem e a desordem. Essa premissa de que a escola é socializadora continua a propagar-se, como se ela fosse uma entidade que possui o potencial de todo o futuro civilizacional. Isso resulta do discurso político que propagou a ideia de modernização a partir do pensamento racionalista. Essa acentuação na importância da escola e na determinação da escolaridade obrigatória favoreceu uma generalização e naturalização dessa instituição, associada à promoção pessoal e ao crescimento da qualidade de vida; assim, de algum modo, despojando-a dum rigor analítico que explicitasse o sentido e o grau de pertinência dessa causa. Assim, é entendível que os discursos proferidos no

ambiente escolar como forma de disciplinamentos e indispensabilidade de determinados conhecimentos para que sirvam a determinadas instâncias são impostos de maneira que o aluno internalize que precisa dessa disciplina e formação para o seu próprio progresso social, ficando dessa forma submisso a formas de poder sutis e ao mesmo tempo autoritárias. O poder colocado em prática através de técnicas, mecanismos e aparelhos institucionais de controle e dominação sobre os indivíduos é produtor de subjetividade, já que desse modo se garante a legitimidade da configuração social. Juntamente com isso, o que vem predominando, na época da globalização em massa, é o neoliberalismo. Em todos os países, as práticas e/ou ideias neoliberais estão presentes e ativas, vão além de uma ideologia e política econômica porque o neoliberalismo passa a ser a razão de existir do capitalismo contemporâneo, torna-se uma nova racionalidade. Essa nova racionalidade só pode existir sob certas condições jurídicas, políticas e institucionais, que precisam ser implementadas e construídas através do desenvolvimento de formas artificialmente arranjadas ou impostas da conduta livre, empresarial e competitiva de indivíduos econômico-rationais. Esse cenário pertencente ao sujeito do século XXI, principalmente com a crescente do neoliberalismo, coloca o indivíduo num turbilhão de possibilidades múltiplas em que ninguém deveria perder nada, os ideais de liberdade e felicidade emergiram com muita força e, altamente perseguidos e potencializados, chegaram na contemporaneidade ao patamar do individualismo exacerbado e de imperativos de gozo, evidenciando o excesso que ameaça a lei simbólica. Portanto, o sujeito se sente desamparado, literalmente perdido, e recorre a formas de proteção já conhecidas desde o seu desenvolvimento, que aconteceu em grande parte dentro dos muros da escola. Uma dessas formas é um Estado mais autoritário que dita os caminhos que devem ser seguidos pelos sujeitos, que pertencem às massas, que dá começo e fim para os atos, que dá “amparo”. E, para isso, os indivíduos desamparados se utilizam até mesmo da democracia para conseguirem a segurança ideativa de um governo autoritário. Para completar toda essa lógica, as novas levas de políticos parecem especializadas em mobilizar setores da população como se estivessem diante de sujeitos, acima de tudo, psicológicos. Assim, as falas desses políticos são faladas não para serem entendidas como confrontações políticas no tocante à vida em sociedade, mas como ofensas e desrespeito, e as promessas são permeadas por exortações ao cuidado e ao amparo. As articulações aqui realizadas promoverão novas formas de analisar, no âmbito da psicologia, essas concepções que permitiram que as formas autoritárias de governar se vissem legitimadas e ganhassem espaço para desconstrução da democracia.

Referências

ALBUQUERQUE, A. E. M. Educação e autoritarismo: por uma gestão democrática do espaço escolar. **Linhas críticas**, v. 10, n. 18, p. 33-48, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/3189/2877/5612>. Acesso em: 10 out. 2021.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença - Livraria Martins Fontes, 1970.

ANDERY A. A. et al. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ANDRÉ, S. **O que quer uma mulher?**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BIAGGIO, A. M. B. Desenvolvimento moral: análise psicológica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 7-40, 1972. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16817>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRANCHER, V. R.; NASCIMENTO, C. T.; OLIVEIRA, V. F. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 47-63, 2013. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1051>. Acesso em: 12 set. 2021.

CANAVÊZ, F. A resistência como afirmação de si. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, p. 225-244, 2015.

CHIARETTI, P.; BARROS, R. C. B. Da escola tradicional à escola inclusiva: que sujeitos e que sociedade?. In: COSTA, G. (org.). **A linguagem vai à escola: trabalho de leitura, escrita e interpretação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 21-34.

COSTA, R. Sociedade de Controle. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 161-167, 2004.

COSTA, V. A. S. **Lei simbólica, desamparo e pânico na contemporaneidade: um estudo psicanalítico**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade Católica de Pernambuco, 2005.

DUNKER, C. I. L. O ato cardinal entre psicanálise e democracia: Lacan e a política. **Estilos da Clínica**, v. 23, n. 1, p. 15-32, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i1p15-32>. Acesso em: 12 set. 2021.

FERREIRA, A. G. A difusão da escola e a afirmação da sociedade burguesa. **Revista Brasil de História da Educação**, v. 1, n. 5, p. 177-198, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1978.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu**. São Paulo. Companhia das Letras, 1921.

GARCIA, C. A.; COUTINHO, L. G. Os novos rumos do indivíduo e o desamparo do sujeito contemporâneo. **Psychê**, v. 8, n. 13, p. 125-140, 2004.

GOMES, E. V. S.; SOUZA, S. D. F. A instituição escolar como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 3, 2014. Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2014/Modalidade_1datahora_14_08_2014_15_57_25_idinscrito_559_7f306c6d8777e8aea72c3aab0d109ae3.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

- GOMES, W. Desinformação e fanatismo na era da superabundância de informação. **Grupo Cult**, 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/era-superabundancia-informacao/>. Acesso em: 30 out. 2021.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HUR, D. U. Psicanálise e política: considerações sobre o Estado. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 112-132, 2011.
- IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.
- LELIS, I. O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas. **Sociologias**, v. 14, n. 29, p. 152-174, 2012.
- LUCENA, A. C. **A política para além das possibilidades da democracia liberal: reafirmação do programa neoliberal e o desamparo político das massas**. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Pós-Graduação em Ciência Política, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9183>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**, v. 7, n.1-2, p.83-103, 1995.
- MANCIBO, D. (2002). Modernidade e produção de subjetividades: breve discurso histórico. **Psicologia: ciência e profissão**, v.22, n.1, 100-111, 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 ago. 2021.
- NASCIMENTO, M. L.; MORAES, T. D. Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, v.7, n.1, p.91-102, 2002.
- NEVES, C. A. B. Subjetividade: questões contemporâneas. *In: SILVA, A. E. et al. (org.). Sociedade de controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação*. São Paulo: Hucitec. p. 84-91, 1997.
- PAVAN, R.; TEDESCHI, S. L. A produção de subjetividade na escola: uma reflexão sobre o poder disciplinar no contexto escolar. **Quaestio**, v. 19, n. 1, p. 181-196, 2017.
- PRATA, M. R. S. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, Jan /Fev /Mar /Abr 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wzdqPKjymZgRKYT6hJkdQwy/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- PASSETTI, E. Sociedade de controle e abolição da punição. **São Paulo em Perspectiva**, v.13, n. 3, p. 56-66, 1999.
- RODRIGUES, T. D. Mecanismos do poder disciplinar na escola: alguns apontamentos. **Perspectivas da educação matemática**, v.11, n. 26, p. 225-240, 2018.

SAFATLE, V. Neoliberalismo **como gestão do sofrimento psíquico**. SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N. da; DUNKER, C. (org.). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. São Paulo: Autêntica, 2020. p. 14-43

SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, J. C. S. Foucault e as relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica. **Revista Aulas**, v. 1, n. 3, 1-28, 2015.

TIBURI, M. **Democracia e autoritarismo**. 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/democracia-e-autoritarismo/> Acesso em: 6 out. 2021.

TORRANO, L. H. Michel Foucault e tecnologias de poder: a psicanálise. **Revista aulas**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2007.

VIANA, A. L. D.; SILVA, H. P. Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2107-2117, 2018.

Palavras-Chave. Desamparo. Neoliberalismo. Estado.

O PERCURSO DISCURSIVO SOBRE SÉRGIO MORO

Malu Maria de Lourdes Mendes Pereira (Univás)

ORIENTADORA: Dra. Paula Chiaretti

Resumo. Sérgio Moro foi, até o seu afastamento para assumir o Ministério da Justiça no final do ano de 2018, o juiz federal responsável pela condução da Operação Lava-jato, que ficou conhecida pelo combate à corrupção. Porém, no primeiro cargo, acabou por alcançar uma fama meteórica e notadamente maior do que no segundo cargo. O objetivo deste estudo é analisar os discursos a respeito de Moro elaborados não somente pela mídia, mas também por não profissionais da área e publicados na internet. O estudo analisará o percurso discursivo que o levou ao auge da fama e, posteriormente, seu declínio. O que se quer dizer com declínio leva em consideração o recorte temporal já que, até o fechamento deste trabalho, não se sabe se Moro será candidato à presidência da República. Para alcançar este objetivo, o trabalho será dividido em duas grandes partes: a primeira analisará os discursos que construíram sua imagem positiva, passando pelo discurso de celebridade, ídolo, herói e finalmente super-herói. O primeiro recorte analisará o efeito discursivo de celebridade envolvendo Sérgio Moro cujo título é Juiz Sérgio Moro tem noite de celebridade em São Paulo. Ao afirmar que o juiz tem noite de celebridade, provoca-se o efeito de sentido de que, o agora ex- magistrado, não seria, antes desse momento, uma celebridade, porém teria tido uma noite semelhante à vivida por uma. Percebe-se que a referência midiática a Sérgio Moro como celebridade é pouco frequente. Para compreender o motivo, recorreu-se a alguns autores que abordaram e delimitaram o conceito. Para Primo (2009), uma celebridade é uma pessoa que “é conhecida por ser bem conhecida” (BOORSTIN, 2006, p.79, *apud* PRIMO, 2009, p. 108), portanto sua fama estaria associada à própria fama que estaria ligada não a um feito extraordinário e sim a sua própria personalidade. O autor destaca que a celebridade é efêmera por ser um produto da mídia que é lembrada por sua imagem ou marca. Portanto, as celebridades seriam ídolos de consumo já que, por vezes, estão ligadas ao entretenimento (LOWENTHAL, 2006, *apud* PRIMO, 2009, p. 108). Na esteira do percurso discursivo sobre Sérgio Moro, em uma espécie de evolução, passamos agora à análise que irá introduzir o efeito de sentido de ídolo no discurso. O segundo recorte analisado foi uma postagem retirada da página “EU MORO COM ELE”, criada e mantida por Rosângela Moro, esposa de Sérgio Moro, que foi encerrada em 2017. O texto da postagem fala das “manifestações sinceras de admiração” que a “artista mirim Lelê” nutre em relação a Sérgio Moro. Tal descrição do sentimento da menina, o ato de presentear com uma arte produzida com suas próprias mãos e a forma como a fotografia está organizada podem ser compreendidos com uma certa vizinhança com a manifestação de admiração do fã. O modo como se apresentam a imagem e o texto no recorte nos permite resgatar uma memória discursiva envolvendo a relação entre fã e ídolo, relação esta vista em outros momentos com famosos. Há autores que afirmam que existem três tipos categorias de fãs, a saber: fãs, aficionados e admiradores. A diferença básica seria o grau de envolvimento à atividade de fã. Nesta ordem do mais

apaixonado ao menos apaixonado. O fã seria o mais envolvido porque acompanharia seu ídolo de forma mais próxima e frequente. O aficionado teria um envolvimento mais distante, porém mais próximo que o mero admirador. Às vezes podemos observar que Moro desperta um tipo de relação passional, de uma admiração que ultrapassa alguns limites do que seria apenas admiração, indo do fã até mesmo aos que o desprezam ou têm raiva. É o que podemos observar no recorte em análise: o discurso de Rosângela Moro provoca o efeito de sentido de que a pequena fã de Sérgio Moro possui uma grande adoração pelo ex-juiz, ou seja, uma relação de fã. Já outra publicação da mesma página pode-se observar o desejo de fusão com o ídolo quando podemos observar um pequeno estudante vestido de terno e gravata porque quer ser igual a Sérgio Moro. O terno e gravata funcionam como elemento que indicia a identificação entre o menino e Sérgio Moro, apontando para o lugar de ídolo deste, de modelo a quem imitar. Sob a ótica da sociedade de consumo, o ídolo não deixa de ser um produto a ser consumido, neste caso, imitado. O que acaba por construir uma relação de proximidade entre fã e ídolo. Apesar de ser significado como um super-herói sem identidade secreta, Moro usa o terno e a gravata como se fossem seu uniforme de super-herói e, por isso, a identificação do garoto. Passando agora à construção do efeito de sentido Sérgio Moro herói é necessário compreender o herói moderno. Não aquele herói da Europa da Idade Média quando a grandeza vinha de Deus, e os verdadeiros heróis cristãos eram os mártires, os missionários e os padres. Ou a figura heroica do Iluminismo em que a razão humana universal era valorizada e, por isso, o herói não se identificava mais com a forma de deuses ou deusas e sim com a forma mais próxima da humana, já que a humanidade por si só já era heroica (VALLE; TELLES, 2014). Lima e Santos (2011) afirmam que os heróis nascem a partir de uma necessidade espiritual como uma forma de proteção contra o desconhecido. Além disso há autores que afirmam que o herói é visto como uma necessidade psicológica do ser humano, sendo uma construção simbólica que cumpre funções importantes no nosso desenvolvimento (VALLE; TELLES, 2014). O herói surge da imaginação fértil e estimulado por atos de bravura, não é fruto do trabalho científico, mas sim da produção mitológica (LIMA; SANTOS, 2011) e pode ser conceituado como aquele que se sacrifica em nome do bem comum. Na literatura, geralmente é o protagonista e o leitor tem que se identificar com ele. Para haver tal identificação, a forma humana, qualidades louváveis e fraquezas que o aproximem da humanidade são desejáveis (VALLE; TELLES, 2014). A jornada do herói deve estar de acordo com a expectativa da sociedade em que ele estiver inserido, mas deve partir de um desejo de modificar o mundo a sua volta em relação a um ou mais problemas que estejam incomodando as pessoas naquele momento histórico específico. No caso em análise, o herói Sérgio Moro se incomodava com a corrupção sistêmica que assola o Brasil, a qual ele combateu com as armas que possuía, ou seja, com os poderes de um magistrado, figura do Poder Judiciário que, *a priori*, só deveria agir quando provocado. Aliás vale ressaltar que a jornada do herói moderno geralmente começa quando ele é injustamente provocado. O primeiro jornalista a comparar Moro a um super-herói, mesmo que de forma pouco incisiva, foi Juan Árias em reportagem publicada na coluna OPINIÃO do EL PAÍS Brasil. Na ocasião, sua comparação foi com o personagem Homem-Aranha da Marvel. Não é a primeira vez que um magistrado é comparado a um herói. É fácil recordar Joaquim Barbosa, ministro do Supremo Tribunal Federal, atualmente aposentado na ocasião em que foi comparado ao Batman, um homem comum, sem poderes especiais, que escolheu combater o crime, que usa uma roupa que tem forma de morcego, curiosamente

um bicho associado a características sombrias e trágicas (CUNHA; MAHFOUD, 2007, p. 01). Porém, ao contrário do que aconteceu com ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa, que foi comparado ao Batman, Moro foi comparado ao Super-Homem que é um alienígena proveniente do planeta Krypton e que adquire poderes especiais por conta do sol amarelo da Terra. No terceiro recorte vemos Sérgio Moro em um fundo preto vestido de Super-Homem, com os dizeres “Obrigado, Sérgio Moro”. Trata-se, de fato, de uma montagem, e não de uma fotografia. A montagem refere-se à junção entre a cabeça do juiz Sérgio Moro e o corpo do Super-Homem. Essa operação que podemos descrever como um amálgama entre esses dois personagens (Sérgio Moro + Super-Homem) em sua formulação produz o efeito de sentido que desloca Sérgio Moro da sua posição de juiz para a de super-herói. É a própria (con)fusão entre os dois que permite pensar neste terceiro personagem Sérgio Moro Super-Herói, o Super Juiz. A segunda parte do estudo analisará seu declínio, que se inicia com os conflitos com o Presidente, passando pelo momento em que se tornou ministro e saiu do Ministério, até se tornar consultor de uma empresa com conexões com a empresa Odebrecht, fatos que desagradaram parte, tanto de seus apoiadores, como dos apoiadores do atual chefe do Poder Executivo Federal. Tais fatos acabaram por serem refletidos nos discursos que serão analisados na segunda parte do estudo. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e o dispositivo teórico a ser utilizado serão, basicamente, os autores ligados à Análise de Discurso de linha francesa, em especial Eni Orlandi. O estudo ainda está em andamento, a primeira parte já está avançada, já a segunda parte ainda não possui texto, a despeito de parte do recorte já estar praticamente definida. A expectativa é de que se compreenda o discurso elaborado a respeito de Sérgio Moro, até o momento, que, aparentemente, passou de super-herói a traidor de duas caras.

Referências

ARIAS, J. Os indignados brasileiros descobrem um novo herói. **EL PAÍS Brasil**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/opinion/1439768615_066691.html. Acesso em: 24 ago. 2021.

BOORSTIN, D. J. From hero to celebrity: the human pseudoevent. *In*: MARSHALL, P. D. (ed.). **The celebrity culture reader**. New York: Routledge, 2006. p. 72-90.

CUNHA, A. C., MAHFOUD, M. **A luta pela justiça**: uma análise fenomenológica das histórias em quadrinhos do Batman. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4800/4290>. Acesso em: 04 abr. 2021.

JUIZ SÉRGIO MORO TEM NOITE DE CELEBRIDADE EM SÃO PAULO.

Pragmatismo Político. 2015. Disponível em:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/05/juiz-sergio-moro-tem-noite-de-celebridade-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 24 ago. 2021.

LIMA, J.R. de; SANTOS, I. O. dos. Herói, literatura e mito. *In*: PONTES, Carlos Gildemar (org.). **A literatura e seus tentáculos**: saberes e dizeres sobre a arte literária e sua essência. Fortaleza, 2011. p. 89-102. Disponível em:

https://www.academia.edu/29313779/A_literatura_e_seus_tent%C3%A1culos_saberes_e_dizeres_sobre_a_arte_liter%C3%A1ria_e_sua_ess%C3%Aancia. Acesso em: 24 ago. 2021.

LOWENTHAL, L. The triumph of mass idols. *In*: MARSHALL, P. D. (ed.). **The celebrity culture reader**. New York: Routledge, 2006. p. 124-152.

PRIMO, A. Existem celebridades da e na blogosfera? Reputação e renome em blogs. **Libero**, v. 12, n. 24, p. 107-116, 2009. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/502/476>. Acesso em: 24 set. 2021.

ORLANDI, E. P. Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia). *In*: GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 39-46.

VALLE, C. F. R.; TELLES, Verônica. O mito do conceito de herói. **Revista Eletrônica do ISAT**, v. 2, p. 1-6, dez. 2014. Disponível em: http://www.revistadoisat.com.br/numero2/01_O_Mito_do_Conceito_de_Heroi_Clea_e_Veronica.pdf. Acesso em: 06 maio 2021.

Palavras-Chave. Sérgio Moro. super-herói. Vilão. análise de discurso francesa.

TECNOLOGIAS DIGITAIS EM METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Márcia Aparecida Caetano Sasaki e Rosimeire Aparecida Soares Borges
(Univás)

ORIENTADORA: Dra. Rosimeire Aparecida Soares Borges

Resumo. Na sociedade do conhecimento, as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) estão impondo desafios aos contextos educacionais em diversos níveis e modalidades de ensino. Com a ocorrência da pandemia da Covid-19 e, conseqüentemente, com as medidas para o isolamento social, foi necessário o ensino remoto emergencial. De modo mais específico, as instituições de ensino aderiram ao uso de recursos para que as aulas continuassem, como plataformas digitais e diferenciadas ferramentas tecnológicas, o que na Educação Profissional não foi diferente, com a finalidade de potencializar a interação e a aprendizagem dos estudantes dos cursos técnicos profissionalizantes. Nesse contexto foi realizada a investigação referida nesta comunicação oral, fundamentada em teóricos que defendem a integração das TDIC nos processos educativos como Kenski (2015), Bacich e Moran (2018), Valente (2018), dentre outros, que tiveram por objetivo investigar a formação continuada de docentes da educação profissional em relação à integração das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) em metodologias ativas, com base no ensino por competências e em possibilidades de inovação das práticas pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória que contempla a realização de estudos bibliográfico e documental e de uma pesquisa de campo. No âmbito da referida investigação foi realizado um curso de formação para trinta e dois (32) orientadores de curso e instrutores de formação profissional no Senac - Unidade de Ensino Técnico do Centro de Educação Profissional, de uma cidade do sul de Minas Gerais. Como procedimentos, os docentes participaram desse curso e envolveram metodologias ativas com a integração de TDIC em atividades que elaboraram e aplicaram em suas aulas remotas. Mais especificamente, os oito (8) módulos com duas oficinas por meio da plataforma digital Microsoft Teams, com duração de quatro (4) horas cada um, envolveram atividades práticas com uso dos seguintes recursos tecnológicos: *Google Drive*, *Google Classroom*, *Ferramentas Google*, *Hangman*, *Mentimeter*, *Padlet*, *Answergarden*, *Trello* e *Kaboot*. Nesses módulos, foram mesclados momentos síncronos e atividades assíncronas privilegiando atividades com metodologias ativas integrando as TDIC. A escolha dessas tecnologias foi por possibilitarem a interação dos participantes e viabilizarem a participação ativa dos envolvidos, o que pode decorrer na concretização da aprendizagem pelos alunos. Como instrumentos de coleta de dados, além do questionário aplicado no início do curso de formação para o levantamento do perfil, foi aplicado um

segundo no final desse curso que objetivou conhecer as concepções dos professores participantes sobre esse processo de integração das TDIC nas metodologias de ensino que possibilitem que os alunos tenham papel ativo nas aulas, nesses cursos técnicos profissionalizantes. Também lhes foi solicitada a elaboração de relatórios sobre as metodologias ativas e as TDIC utilizadas por eles em cada oficina realizada no âmbito do curso de formação, nesse momento de pandemia da Covid-19. As análises dos dados coletados em todos os instrumentos da referida investigação foram realizadas com base em aspectos da análise de Bardin (2016), com auxílio do software MaxQda e fundamentadas nas teorias estudadas na referida investigação. Os resultados mostraram que a instituição pesquisada já contemplava uma política de formação dos docentes que lá atuam. No entanto, a formação proposta e realizada com esses profissionais colocou seu foco na ampliação da fluência tecnológica desses docentes, ao propiciar situações práticas em que desenvolvessem atividades baseadas nessa integração de metodologias ativas e TDIC para a aplicação em suas aulas remotas, o que, conseqüentemente, reverberou nos processos educativos conforme foi relatado pelos docentes durante a socialização nas oficinas do curso. As categorias temáticas evidenciadas a partir dos dados coletados: formação docente para uso das TDIC, TDIC na prática pedagógica, TDIC na interação, dificuldades de adaptação ao ensino remoto e TDIC para a inovação das aulas, proporcionaram desenvolver as análises com reflexões e discussões à luz dos estudos teóricos desenvolvidos na referida pesquisa. Para os docentes participantes do estudo, o ineditismo das aulas remotas na educação que eram somente presenciais veio trazer inúmeros enfrentamentos; no entanto, gerou oportunidades para docentes e estudantes experienciarem práticas pedagógicas, anteriormente não conhecidas, em uma vivência de adaptação e de ressignificação do papel do professor e do aprendiz, no sentido de haver o protagonismo do aluno em sua aprendizagem, o que está consonante ao que aponta Moran (2020) em seu estudo. Analisar essas categorias temáticas proporcionou também refletir sobre as vivências dos docentes pesquisados e o quanto compreendem e buscam proporcionar, aos estudantes da educação profissional, uma prática educativa com foco na aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento de diferenciadas competências: tecnológicas, pedagógicas e gerenciais, em uma tríade essencial nesse cenário da pandemia da Covid-19, que exige desses profissionais e estudantes muitas experiências desafiadoras. O que ficou também evidente foi que o processo de transposição de um ensino somente presencial para o ensino totalmente remoto veio revelar várias dificuldades desses docentes, em relação à urgência de adaptação, como as dificuldades enfrentadas de acesso às tecnologias, à internet e a materiais didáticos, o que acabou por promover um novo olhar e postura pedagógica desses profissionais, que, de repente, tiveram que criar possibilidades para que as aulas prosseguissem, mesmo com a pandemia. Em síntese, essa pandemia na educação profissional também veio evidenciar que, embora a evolução tecnológica esteja presente na sociedade, o contexto escolar e as experiências dos atores do processo educativo mostram uma necessidade de reconfiguração do processo educativo. Isto implica adequação das orientações curriculares garantindo espaço para a inovação tecnológica, de possibilidades reais de diferenciados ambientes educacionais presenciais e virtuais e de formação continuada dos docentes em relação aos conhecimentos tecnológicos inerentes a uma prática pedagógica com metodologias ativas com a integração das TDIC, aspectos que exigem mudanças de diferentes ordens no âmbito educacional e que podem mudar os rumos da educação e no Brasil.

Referências

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

KENSKI, Vani Moreira. A urgência de propostas inovadoras para a formação de professores para todos os níveis de ensino. **Revista Diálogo Eduacional**, v. 15, n. 45, p. 423-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/1963>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORAN, José. Transformações na educação impulsionadas pela crise. São Paulo: **Educação Transformadora**, 2020. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/?p=1070>. Acesso em: 13 abr. 2021.

VALENTE, José Armando. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. *In*: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

Palavras-Chave. TDIC. Metodologias Ativas. Formação Docente. Educação Profissional.

O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO: OS EFEITOS DO AMOR ROMÂNTICO NA PERMANÊNCIA DAS RELAÇÕES ESTÁVEIS

Maria Vitória Carvalho Tavares (Univás)

ORIENTADOR: Me. Alessandro Caldonazzo Gomes

Resumo. O amor ocidental se construiu historicamente com base no amor romântico e, com isso, as relações amorosas duradouras passaram a promover um ideal de realização única e pessoal, sendo um fator ditado como essencial para a felicidade moderna. Desta forma, instituiu-se este padrão a ser alcançado, na espera de um alguém perfeito que irá ao seu encontro e lhe trará satisfação permanente e completa (CASTILHOS, 2009; DEL PRIORE, 2006; LINS, 2014). Assim, o amor romântico não é um fator aleatório, uma vez que ele é contemplado por pessoas que se reconhecem entre si através da identificação ao que se é propagado. Por isso, a idealização do relacionamento perfeito é tida como sinônimo de longevidade e permanência, que, normalmente, ultrapassa os conflitos gerados no decorrer dos anos e replica a pauta da necessidade de ceder para o outro, como fórmula possível para que o relacionamento funcione, cultivando uma dependência afetiva entre os parceiros. Além disso, há uma necessidade externa vinculada a um estado de segurança que implica diversas questões de formalidade contratuais políticas e mandamentos religiosos interligados diretamente no controle social (COSTA, 1998). De tal modo, o amor romântico é uma reprodução cultural, que infere aos sujeitos pensar que o amor é algo espontâneo e natural, que se aproxima de um sentimento universal, um fato que todos experienciam (SIMMEL, 2006). Este estudo apresentou uma pesquisa de campo qualitativa, com objetivo de investigar, através da perspectiva de amor romântico, a permanência e as implicações geradas aos sujeitos que se encontram em uma relação estável, sendo um possível instrumento capaz de motivar o processo de individuação, compreendendo assim os reforçadores de um relacionamento duradouro. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a linha ao ideal amor romântico referente à literatura ocidental e as indústrias culturais monogâmicas, propondo uma crítica a esse ideal em um sentido de desmistificar o estado de permanência como fator essencial para os relacionamentos, apontando as inferências que são atribuídas aos parceiros através do conceito de individuação proposto por Carl Gustav Jung. Foi apontada também uma perspectiva de desconstrução desta naturalidade e universalidade, demonstrando as influências dos contextos que produzem essa ideia massiva intensificada por toda história, além de também apresentar os âmbitos subjetivos que promovem a permanência das relações estáveis, traçando um caminho desde a construção social, cultural e histórica do amor romântico até os tributos da psicologia analítica, descrevendo os principais conceitos necessários segundo Carl Gustav Jung: símbolos, arquétipos, persona, projeção, sombra e individuação. Para isso, foram realizadas entrevistas estruturadas *on-line* com dez colaboradores, ou seja, cinco casais que se encontram em uma relação estável por

período próximo ou superior a dez anos, que compartilharam suas experiências conjugais e permitiram análise e discussão mais ampla. A análise dos questionários foi separada pelas temáticas: Expectativas no relacionamento, permanência nas relações e desenvolvimento pessoal, sendo possível apontar que, apesar de não existir um nível de consciência, os apaixonados acreditavam que as escolhas acontecem por livre e espontânea vontade, logo que também há uma fantasia eminente criada pelo ideal amor romântico para que ambos acreditem em destino ou em algo predestinado a acontecer, além dos dinamismos inconscientes, como evidenciado por Vargas (2004) e Jung (2013). Além disso, a materialização do amor romântico por meio de padrões sociais limita os sujeitos de encontrar formas individuais de existir, mantendo-se fixo apenas em se constituir enquanto casal e seus movimentos estão sempre em formação com as projeções no outro. É perceptível também que a permanência nas relações possa favorecer ou desfavorecer o crescimento individual, já que, a depender do nível de satisfação dos envolvidos, os parceiros não identificam as expressões psíquicas projetadas, responsabilizando assim que seu alcance pessoal se deu através do outro. De tal modo, os entrevistados entendiam seus planos e desejos limitados dentro de uma regra que vendem também uma prestação de tempo, uma determinação com prazo para os parceiros atingirem e assim poderem afirmar estarem completos e felizes. Com isso, a simbologia idealizada pelo amor romântico propaga a ideia de domínio, então a permanência no relacionamento é dada por um valor ao que se é exclusivo, ou seja, a segurança entre os parceiros é sentida desta forma, o amor necessita ser único em seu duo. Entende-se como a ideologia do amor romântico está inserida em diversos âmbitos sociais, políticos e religiosos que perpassam por diferentes épocas, sendo que a normalização cultural sobre desejar um relacionamento cria uma imposição social na necessidade de sentir-se feliz e completo somente na presença do outro. Através dos dados levantados, o ideal e os valores tradicionais são nítidos nos desejos dos participantes e, por isso, seguem um delineamento que não é percebido por eles, mas que continua sendo buscado. Deste modo, há um investimento significativo para que o relacionamento perpetue, encontrando manejos para a preservação de pertença. Portanto, através das entrevistas narrativas dos participantes e analisados com base na Análise do Discurso sob perspectiva da Psicologia Junguiana, é possível mostrar a hipótese levantada, uma vez que a construção cultural do amor romântico possui influência na durabilidade do relacionamento e no desejo da permanência, como também resulta em implicações subjetivas aos parceiros quanto ao processo de individuação proposto por Jung. Assim, a permanência nas relações mostra-se como um fator de promoção do processo de individuação, pois, através do tempo de relacionamento, os parceiros podem se beneficiar com estados de consciência de suas projeções e sombras que contribuem na sua realização e crescimento individual. O resultado obtido dos discursos dos participantes possibilita diversas outras análises e, por isso, o trabalho não deve limitar-se somente à temática da individuação, mas deve abrir espaço para que estudos futuros sejam voltados a compreender os efeitos do amor romântico em outros aspectos. Contudo, afirma-se que esta pesquisa é um contribuinte importante para o meio científico por tratar-se de uma temática interessante para a sociedade, já que, segundo os últimos dados (2011) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 57,1% dos brasileiros com mais de 15 anos, ou seja, cerca de 85,5 milhões de pessoas, vivem em algum tipo de união conjugal.

Referências

CASTILHOS, C. C.; PESSAH, M. **Em rebeldia**. Porto Alegre: Coléccion libertaria, 2009.

DEL PRIORE, M. **História do amor no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

LINS, R. N. A. **Cama na Varanda**: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo. 10 ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SIMMEL, G. Fragmento sobre o amor: escritos póstumos. SIMMEL, G. (org). *In: Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VARGAS, N. S. **Terapia de casais**: uma visão junguiana. São Paulo: Madras, 2004.

JUNG, C. G. O casamento como relacionamento psíquico. *In: JUNG, C. G. O desenvolvimento da personalidade*. v. 17. 14 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 201-214.

Livro IBGE. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 15 out. 2021.

Palavras-Chave. Amor Romântico. Processo de Individuação. Relações Amorosas.

PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO EM FLORES DA CUNHA/RS: O GRUPO ESCOLAR FREI CANECA (1925-1940)

Rafael de Souza Pinheiro (Universidade de Caxias do Sul)

ORIENTADOR: Dr. José Edimar de Souza

Resumo. Esta escrita é resultado da pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul/UCS, tendo como objetivo analisar e compreender os processos de escolarização desenvolvidos no primeiro Grupo Escolar da cidade de Flores da Cunha/RS. O aporte teórico se pautou na História Cultural e estudos vinculados à História da Educação, tendo como metodologia a análise documental. As principais fontes utilizadas foram os livros de atas, recortes de jornais, fotografias e decretos, a partir dos quais se seguiram etapas de inventariação para dinamizar o trabalho. Por meio da metodologia escolhida, foi possível construir tabelas, gráficos, listas e quadros, contemplados pelas alterações de nomenclatura do grupo, docentes e diretores, alunos, prefeitos e outros dados relevantes para a pesquisa. Além disso foi através das transcrições dos livros de atas que foi possível construir categorias de análise, contempladas nos capítulos que constituem a escrita. Flores da Cunha, antiga Nova Trento, recebe seus primeiros imigrantes italianos a partir de 1876, tendo a religião e a força de trabalho características principais para o desenvolvimento da localidade. Em 1924, em virtude das eleições para presidente do Estado, um grupo de pessoas se desloca para a capital, com a intenção de romper laços com a Sede, Caxias, pelo pouco investimento e retornos pagos pelo Distrito. O presidente do Estado acolhe o pedido; porém para ocorrer tal movimentação, era necessário que os moradores de Nova Trento votassem para o seu partido nas eleições daquele ano. Com a vitória do partido, Borges de Medeiros, presidente do Estado, oficializa a emancipação política. Outro fator político que se faz presente dentro do recorte temporal analisado apresenta-se com a alteração de nomenclatura da localidade, passando a denominar-se Flores da Cunha, como forma de homenagear o então Presidente do Estado, o General Flores da Cunha. A justificativa para o recorte temporal (1925-1940), dá-se em razão de que, no ano de 1925, é criado o Grupo Escolar General Osório, ao núcleo de Nova Trento, sendo composto por uma sede e prédio próprio para se estabelecer o ensino primário. O ano de 1940 caracteriza-se pela construção de um novo espaço para comportar o Grupo Escolar e a alteração de nomenclatura, passando a denominar-se Grupo Escolar Frei Caneca. Essa nova construção fazia parte de movimentações da Secretaria da Educação do Estado, que difundiu 49 prédios escolares com grande similitude, espalhados por diferentes cidades e locais do Estado. As novas construções para comportar os Grupos Escolares faziam parte de ações da Secretaria do Estado, tendo a obrigatoriedade da língua pátria com o objetivo de nacionalizar os imigrantes que aqui se estabeleceram e seus descendentes. Esses modelos de escolas, idealizados no governo de Getúlio Vargas, possuíam estrutura física contemplada por linhas e pela composição de figuras geométricas

características pela arquitetura Art Déco, sustentando-se o conceito de eficiência, funcionalidade e economia (SEGAWA, 1997). O novo prédio transformou a paisagem local, em virtude de sua opulência com as demais construções da época, tendo sua composição marcada por figuras geométricas (quadrados e retângulos), traços retos, vitral lateral, grande quantidade de janelas e acessos, e sua estrutura vista de forma panorâmica lembrando a letra “L”. As janelas nesse contexto, juntamente com vitral, serviam como meio para aproveitar a entrada da luz natural. O local para a inserção dos grupos dá-se de forma estratégica, em uma localização privilegiada, integrando-se e distinguindo-se das demais estruturas presentes na localidade (BUFFA; PINTO, 2002). Os acessos à instituição davam-se por meio de locais secundários utilizados diariamente e o acesso principal utilizado para receber pessoas importantes ou em datas festivas. Os Grupos Escolares tornam-se construções republicanas e, segundo Souza (1998, p. 27), a escola pública se apresenta como difusora “dos valores republicanos e comprometida com a construção e consolidação do novo regime; é a escola da República para a República”. A reunião ou o agrupamento de instituições escolares já existentes em um único prédio transformava-se em Grupo Escolar. A construção de prédios para a inserção dos Grupos Escolares estava relacionada ao desenvolvimento econômico e às regiões prósperas. Bencostta (2005) aborda que, de modo geral, os edifícios deveriam estar em locais de destaque, tornando-se visíveis, pois eram considerados um signo da República. Sendo locais de destaque, apresentam-se em terrenos de esquina, próximo a praças e outros prédios públicos. Segundo Ermel (2011), os Grupos Escolares, como uma construção republicana, precisavam ter um espaço próprio e adequado para a difusão da ideologia política presente no período. Outra questão que diferencia essas instituições é a quantidade de estudantes, com capacidade máxima de 200 alunos. Dentro do recorte temporal analisado o Republicanismo (1889-1930) e o período conhecido como Era Vargas (1930-1945), se fizeram bastante presentes dentro da instituição escolar de diferentes maneiras e modos, como, por exemplo, nas festividades, no culto a heróis nacionais, presença da bandeira e hino nacional, tendo consigo seus signos, pelo ordenamento e disciplina dos corpos. O corpo juvenil torna-se para o governo republicano objeto de cuidado dentro das práticas, que se caracteriza por corpos saudáveis, disciplinados e úteis para o desenvolvimento da nação (PARADA, 2009). Em relação aos processos de escolarização elencados durante a escrita da dissertação, percebem-se aparatos próprios e singulares de outras instituições de ensino, fazendo com que se tornem únicos. A Escola Estadual de Ensino Médio Frei Caneca (denominação atual), neste ano de 2021, comemora seu 96º aniversário, o que a configura como a instituição escolar mais antiga da cidade, responsável pela instrução de inúmeros sujeitos, destacando-se pelo ensino de excelência e qualidade. Preservar a história de uma instituição escolar é uma forma de preservar sua identidade, em virtude dos processos próprios, das culturas que constituíram aquele espaço e dos sujeitos que ali marcaram presença. Sendo assim, esta pesquisa vai além de contar a história de uma instituição escolar, apresentando-se como produção histórica e memorialista do Grupo Escolar Frei Caneca, como meio de contribuir para outras pesquisas, de maneira especial aos processos escolares emergentes em outras localidades.

Referências

BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. III. Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 68-76.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson Almeida. **Arquitetura e Educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. São Carlos: EDUFSCar/INEP, 2002. 174 p.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **O gigante do alto da bronze**: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913-1930). 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

SEGAWA, Hugo. **Arquitetura no Brasil 1900-1990**. 2. ed. I. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

Palavras-Chave. Educação. Grupo Escolar. Escolarização. Flores da Cunha.

CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM OUTRO OLHAR A PARTIR DAS (AUTO)BIOGRAFIAS

Tatiane Oliveira Santos Pereira Abreu
(Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

ORIENTADORA: Me. Vanessa Christina Breia

Resumo. O presente resumo é fruto dos diálogos, reflexões e pesquisas tecidos para a produção da monografia “Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista: um outro olhar a partir das (auto)biografias”, do curso de licenciatura em Pedagogia. A escolha e o interesse pela temática abordada deram-se através da minha participação enquanto estudante de Pedagogia em um projeto de pesquisa sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que possibilitou conhecer o autismo para além das leituras acadêmicas, através da minha participação nas atividades realizadas por esse grupo com esses sujeitos. Desse modo, ressalto que as concepções acerca do autismo vêm se modificando ao longo dos anos em virtude das pesquisas realizadas sobre esse transtorno, o que possibilita a descoberta de muitos autistas que não possuíam diagnóstico, além também de permitir a identificação precoce de crianças com TEA. Ao mesmo tempo em que se tem o aumento do crescimento do número de diagnósticos (POSAR; VISCONTI, 2018), temos a ampliação de informações sobre o tema entre os profissionais da saúde, da educação e da população em geral através de diversas mídias. No entanto, não podemos desconsiderar que a ampla divulgação do tema também tem ocasionado generalizações que favorecem a produção de rótulos e estigmas. Essa visão homogeneizante tem relação direta com a negação do direito de fala desses sujeitos, reduzidos e incapacitados pela sociedade em virtude das características marcantes presentes no autismo. Em virtude dos fatos anteriormente citados, decidi pesquisar sobre os relatos pessoais de sujeitos com TEA, pois penso que as narrativas em primeira pessoa realizadas por autistas são de suma importância para a sociedade de maneira geral e para os indivíduos no espectro por nos revelarem muitas possibilidades de compreensão e intervenção para além dos laudos e definições médicas, contribuindo, possivelmente, para a produção de alternativas no meu campo de atuação: a Educação. O trabalho em questão possui como principais objetivos evidenciar a importância da realização da leitura e escrita de relatos realizados por pessoas no espectro, evidenciando as formas singulares de ser, estar e perceber o mundo na perspectiva desses indivíduos, contribuindo para a compreensão da relação destes sujeitos com o meio em que vivem, visando à produção de práticas mais inclusivas e desmistificando uma série de estereótipos produzidos sobre o TEA. Sendo assim, acredito que possivelmente este estudo possa ser de alguma forma útil para profissionais da educação como um instrumento de pesquisa que amplie a visão destes profissionais e das demais pessoas da sociedade que tenham interesse por essa temática. A metodologia utilizada se constituiu em uma pesquisa de abordagem qualitativa e interpretativa, a partir da análise e

revisão de autobiografias de autistas, sendo selecionados quatro livros escritos em português, dos quais 2 eram autobiografias e os demais continham narrativas pessoais das experiências vividas pelos autores. Para registrar e sistematizar nossas anotações elaboramos uma ficha individual para cada autor para melhor organizar o trabalho ao longo do processo. As fichas nos possibilitaram a identificação de dimensões de análise que nos permitiram uma aproximação mais potente e desestigmatizante dos autistas. Para tanto foram analisados os seguintes aspectos: interações familiares e sociais; formas de comunicação; algumas percepções sensoriais e características; as experiências com tratamentos e as vivências escolares e formativas. Após a leitura dessas narrativas optamos por destacar dimensões que acreditamos que seriam as principais, no que tange os estudos e/ou interesses dos docentes e fazem reverberar questões desafiadoras para esses sujeitos, com a intencionalidade de refletir sobre os paradigmas presentes no imaginário da maioria desses professores, assim como também desfazer as concepções engessadas e homogeneizantes no que se refere ao estudante autista. Muitos foram os referenciais com os quais dialogamos ao longo de nossa pesquisa, destacamos como principais Abrahão e Bragança (2020), Bragança (2018); Bolívar (2011) e Delory – Momberger (2016), que nos ajudaram na compreensão da relevância e importância dos trabalhos autobiográficos, enquanto Feldman (2013), Bialer (2014a, 2014b; 2015a, 2015b, 2015c; 2017a, 2017b, 2017c) e Meira (2020), foram autoras brasileiras que localizamos que já tinham se dedicado ao tema das narrativas autobiográficas de autista. Williams (2012), Higashida (2014), Rosa (2016) e, por fim, Grandin e Panek (2019) foram os autores autistas com os quais dialogamos. Debruçamo-nos também nos seguintes documentos: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM-5 (2014) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945). As legislações usadas foram a Lei nº 12.764, de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana; Lei nº 13.861, de 2019, que inclui as pessoas com transtorno do espectro autista nos censos demográficos brasileiros; a Lei nº 13.977, de 2020, a qual institui a Carteira de Identificação da Pessoa com autismo. Destaco que o trabalho possui três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado: “Contextualizando a trajetória do autismo”, contém um resumo da trajetória e uma descrição breve do autismo, a evolução do seu conceito no decorrer do tempo até os dias atuais, os tratamentos que são mais utilizados, algumas considerações e reflexões sobre neurodiversidade. No segundo capítulo, cujo nome é “Autobiografias: (re)vivendo e compartilhando memórias”, discorremos sobre a importância das autobiografias para a sociedade e para os sujeitos com TEA, expondo algumas das escritas pessoais desses sujeitos. Apresentamos também as dimensões de análise que citamos anteriormente, expondo a nossa interpretação do material. No terceiro e último capítulo nomeado de “Marcas produzidas pelos rótulos e estigmas”, fizemos algumas reflexões sobre as marcas produzidas pelo capacitismo em virtude dos rótulos e estigmas impostos pela sociedade às pessoas com deficiência, e, por fim as considerações finais. A pesquisa e reflexão acerca deste trabalho possibilitaram de certa forma adentrar no mundo desconhecido dos sujeitos autistas /autores escolhidos para a nossa pesquisa derrubando os muros erguidos pelas crenças científicas e populares acerca desse transtorno. Ao ler essas narrativas ficou clara a importância da escrita e leitura desses documentos para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sensível à singularidade humana. Destaco que o objetivo da escrita autobiográfica e a leitura variam de uma pessoa para outra. Seus benefícios vão para além do

terapêutico, pois permitem (auto)reflexão e (auto)tratamento de quem lê e de quem escreve. Presumo também que tais escritas permitam o registro contextualizado do tempo histórico de quem vive e/ou escreve. A escrita autobiográfica de autistas possibilita um rico e vasto campo de pesquisas e deve ser encarado como tal. Nesse sentido, cabe ressaltar que as narrativas com as quais tivemos contato eram ricas em seus detalhes, de modo que em muitos momentos faziam com que, de certa maneira, nos transportássemos para perto de seus autores. Separar, descrever e realizar a análise interpretativa dessas obras não foi uma tarefa fácil, visto que todos esses mundos são singulares. Por fim, saliento que este trabalho não tem como finalidade a negação do laudo, até porque ele possibilita uma série de aspectos que podem ser benéficos para os autistas. O propósito deste trabalho é demonstrar que o laudo não deve ser visto como a identidade desses sujeitos, nem tampouco tem a intenção de criar um manual para educadores e pais/familiares por meio do conteúdo aqui exposto. Assim, suponho que esta pesquisa possa trazer, de alguma maneira, contribuições para a inclusão escolar e social de pessoas com TEA.

Referências

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Histórias de vida de educadores/as sociais em pesquisa narrativa (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Pesquisa**, Salvador, v. 5, n. 13, p. 16-23, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8418/pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.
- BIALER, Marina. Literatura de autistas. **Estilos da clínica**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 451-464, 2014a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i3p451-464>. Acesso em: 10 maio 2021.
- BIALER, Marina. A lógica do autismo: uma análise através da autobiografia de um autista. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 19, p. 645-655, 2014b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/hyzJRrGFGnPV5Jyz5gkSHZr/?format=html>. Acesso em: 25 set. 2021.
- BIALER, Marina. A escrita terapêutica no autismo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 18, n. 2, p. 221-233, 2015a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/9f17XBXWcLMbZJMPQtbcq5J/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.
- BIALER, Marina. A inclusão escolar nas autobiografias de autistas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 485-492, 2015b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/6Dmf6KVpfP5K6HtWhvkLzNk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.
- BIALER, Marina. O apoio no duplo autístico na construção do imaginário no autismo. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 92-105, 2015c. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/99076>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- BIALER, Marina. Um estudo descritivo do funcionamento psíquico de uma autista. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 1025-1036, dec. 2017a. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932017000401025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2021.

BIALER, Marina. A voz no autismo: uma análise baseada em autobiografias. **Estilos Da Clínica**, v. 22, n. 2, p. 268-282, 2017b. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v22i2p268-282>. Acesso em: 25 set. 2021.

BIALER, Marina. **Autobiografias no Autismo**. São Paulo: Toro Editora, 2017c.

BOLÍVAR, Antonio. O esforço reflexivo de fazer da vida uma história. **Pátio Revista Pedagógica**, Ano XI, n. 43, ago/out, 2011.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Pesquisa formação narrativa (auto)biográfica: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas. *In*: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; DA CUNHA, Jorge Luiz; BÔAS, Lúcia Villas. **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba: Editora CRV, 2018. p.65-81.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 28 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. DF, 27 de dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.861, de 18 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências; e altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso: 10 ago. 2021.

DELORY - MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 1, n. 1, p. 133-147, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/2526>. Acesso em: 19 maio 2021.

DE ROSA, Federico. **O que eu nunca disse antes: eu, meu autismo e no que acredito**. Tradução: Cacilda Raimundo Ferrante. São Paulo: Paulinas, 2016.

FELDMAN, Clara. **Relatos sobre autismo: um estudo sobre narrativas em primeira pessoa**. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_2c1623f99d283ef6964a7a4e3d67f873. Acesso em: 20 jul. 2021.

GRANDIN, Temple. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. Tradução: Cristina Cavalcanti. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

HIGASHIDA, Naoki. **O que me faz pular**. Tradução: Rogério Durst. Intrínseca LTDA, 2014.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... *et al.*]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [*et al.*]. 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MEIRA, Ariadne Messalina Batista. **Um modo de cifrar [manuscrito]: autista e a escrita de si**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

POSAR, Annio; VISCONTI, Paola. Alterações sensoriais em crianças com transtorno do espectro do autismo. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 94, n. 4, p. 342-350, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572018000400342&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 ago. 2021.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1945. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 18 abr. 2021.

WILLIAMS, Donna. **Meu mundo misterioso: testemunho excepcional de uma jovem autista**. Tradução: Terezinha Braga Santos, Brasília: Theseaurus, 2012.

Palavras-Chave. Inclusão. Narrativas autobiográficas. Transtorno do Espectro Autista.

SAÚDE DO HOMEM, PERSPECTIVAS PREVENTIVAS DOS TRABALHADORES DE UMA FUNDAÇÃO DE ENSINO

Gutemberg Adrian de Oliveira (Univás)

ORIENTADOR: Dr. José Dias da Silva Neto

Resumo. Muitos homens são resistentes ao cuidado com saúde, em decorrência de sentimentos de medo, vergonha, causas comportamentais como a impaciência, descuido, prioridades de vida e, ainda, questões relacionadas à organização dos serviços de saúde. Negligenciam medidas preventivas e expõem-se aos riscos de contrair doenças graves, principalmente neoplasias. Sabe-se que muitos são os fatores contribuintes que levam o ser humano a adquirir doenças e, em se tratando de homens, por se exporem e se envolverem em situações de risco frequentes como: violência, acidentes de trânsito e de trabalho, consumo de álcool e outras drogas, além da falta de atenção à saúde. Destaca-se também o descaso com a prevenção e a aversão aos cuidados médicos, fatores que determinam taxas de morbimortalidade superiores às mulheres (BRASIL, 2020). Segundo Brasil (2020), sobre comportamentos de risco e morbidade, os principais fatores de risco associados à mortalidade no país são: tabagismo; etilismo; falta de atividades físicas; hipertensão arterial; sobrepeso; obesidade, entre outras. Além das medidas de saúde já conhecidas, tais como mudança alimentar para hábitos mais saudáveis, abandono do tabagismo e do etilismo, prática de exercícios físicos, a prevenção pode representar muitos ganhos. 75% das doenças que afetam os homens estão concentradas em 5 grandes áreas especializadas: cardiologia, urologia, saúde mental, gastroenterologia e pneumologia. Dados do Ministério da Saúde apontam que 31% dos homens ainda não têm hábito de frequentar consultório médico. 55% afirmam que não precisam. Diversas doenças podem ser prevenidas com medidas básicas como a realização de exames regulares e a descoberta precoce de alterações fisiológicas (SILVA, 2020). O câncer de próstata (CP) é o segundo tipo de câncer mais frequente e o quinto que mais mata o gênero masculino e apresenta maior incidência em indivíduos com mais de 60 anos. Segundo dados de 2018, 1,3 milhão de novos casos e 15.391 mortes foram registradas. Esses dados reforçam a necessidade de abordagens mais frequentes e eficazes acerca dessa neoplasia (MODESTO; LIMA; D'ANGELIS; AUGUSTO, 2017). O compartilhamento de informações sobre medidas preventivas apresenta papel importante no controle do CP. Ações como incentivo à alimentação saudável, prática de atividade física, manutenção do peso corporal, cessação do tabagismo e do consumo de bebidas alcoólicas, são temas que devem ser abordados pelos profissionais da saúde (INCA, 2017). Nesse sentido, para que haja abordagem mais sólida e precisa entre o gênero masculino, é preciso que os profissionais da saúde, principalmente aqueles inseridos no sistema educacional, consigam identificar lacunas e fragilidades no conhecimento sobre as doenças que atingem os homens e, diante desses conhecimentos, utilizem abordagens precisas e dinâmicas, capazes de levar informações abrangentes e atrativas para o “despertar” dos homens aos

cuidados com saúde. Sendo assim, a proposta inicial deste estudo será avaliar os conhecimentos dos homens entre a faixa etária de 40 a 70 anos e que sejam funcionários da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (FUVS), acerca de informações relacionadas à saúde do homem. Pois, os homens precisam compreender que o processo de adoecimento não está relacionado à presença de sinais e sintomas e as doenças podem já estar em progressão ou já instaladas. Tem como objetivos: levantar as informações assimiladas pelos homens, trabalhadores da FUVS, acerca das ações que poderão aumentar ou diminuir a incidência de doenças que atingem seu gênero, bem como traçar estratégias para aumentar o interesse pelos cuidados preventivos e validar a iniciativa, divulgá-la, a partir de estratégias para aumentar a adesão dos homens aos cuidados com sua saúde, além de realizar publicações científicas em nível educacional. Como métodos, trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo transversal que iniciar-se-á com a avaliação do conhecimento dos homens com idade entre 40 e 70 anos, 191 funcionários da (FUVS), Pouso Alegre-MG, acerca de seus conhecimentos sobre os fatores de risco e as doenças que mais afetam a saúde masculina. Será utilizado questionário estruturado e aplicado através da plataforma virtual *Google Forms*. O projeto que está inserido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade, está associado a trabalho de Iniciação Científica de alunos da Faculdade de Medicina da Univás. Encontra-se na fase de análise pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Sapucaí, submetido à Plataforma Brasil. Após aprovação, o questionário será aplicado e as respostas serão analisadas a partir de perspectivas de bioestatística. As perspectivas para o presente projeto são: elaboração de medidas preventivas para uma melhor qualidade de vida em saúde do homem, como a elaboração de algoritmo que será validado oportunamente por juízes (Médicos Urologistas) e seguirá as análises do Índice de Validação de Conteúdo, através da técnica *Delphi*, assim como a análise estatística pelo coeficiente *alfa de Cronbach*. A partir de então, será idealizado, pela equipe de Tecnologia da Informação da Univás, software que norteie homens quanto aos riscos para sua saúde e as doenças decorrentes desses riscos. Esse software será validado por meio de aplicação em população masculina de 40 a 70 anos. Através dos trabalhos a serem executados, elaborar-se-á protocolo educacional, dados consistentes a respeito de saúde do homem, a serem trabalhados em Escolas de Medicina, com a finalidade de estabelecer-se na grade curricular de ensino.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2019**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Coletânea de experiências de multiplicação para a promoção da alimentação saudável, prática de atividade física e prevenção de câncer** / Instituto Nacional de Câncer. José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância; organização de Maria Eduarda Leão Diogenes Melo, *et al.* Rio de Janeiro: Inca, 2017.

MODESTO, A. A. D. *et al.* Um novembro não tão azul: debatendo rastreamento de câncer de próstata e saúde do homem. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 251-62, 2017. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017005004102&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2021.

SILVA, J. M. *et al.* Concepções sobre a saúde do homem segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 12, n. 15, p. 183-196, 2020. Disponível em:
<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/politica-nacional>. Acesso em: 15 out. 2021.

Palavras-Chave. Política Nacional de Saúde do Homem. Tecnologia de Informação Médica. Prevenção de Doenças.

A VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19

Anaelisa Aleixo, Lidiane Oliveira e Sandiele Mateus

(Faculdade Cenecista de Varginha)

ORIENTADORA: Dra. Terezinha Richartz

Resumo. O artigo “A violência doméstica contra a mulher durante a pandemia por covid-19” traz, logo em seu escopo, o assunto sobre a violência doméstica e suas raízes fundadas no patriarcado, e nas relações de gênero que dão origem a dominação masculina, em que a estruturação da dominação-exploração do homem em relação a mulher se naturalizou. O objetivo deste trabalho é verificar os reflexos da pandemia em relação aos casos de violência doméstica contra a mulher e os mecanismos emergenciais adotados pelo Estado. Devido à pandemia do novo Coronavírus, desenvolveu-se, como consequência, principalmente pelo isolamento social, lacunas existentes na legislação, o que tornou essencial a verificação do vertiginoso aumento de casos de violência doméstica durante a pandemia. Esse aumento foi constatado mediante pesquisa quantitativa no banco de dados da Polícia Civil, no site da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Já os pontos relevantes a respeito das medidas que o Estado vem tomando para coibir os casos foram levantados por meio de pesquisa qualitativa coletada através de entrevista com a delegada da Delegacia da Mulher de Varginha. Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de campo descritiva que, para Köche (2011), caracteriza-se como uma pesquisa que, em um primeiro momento, não há manipulação dos dados, sendo, então, segura, de modo que pode ser feita a constatação de sua manifestação em qualquer momento posterior. Já a abordagem adotada foi a quali-quantitativa, vez que foi realizada uma entrevista com a delegada Dra. Geny Rodrigues Azevedo, da Delegacia de Polícia Civil da cidade de Varginha, Minas Gerais e coleta de dados obtidos através do site da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Tal levantamento teve como objetivo a comparação dos números de registro de ocorrências em casos de violência contra a mulher no município de Varginha, entre os anos de 2018 a 2021, antes e durante a pandemia, a fim de que fosse averiguado se houve aumento desses números devido à pandemia. A violência é um problema social e, sem dúvida, é uma grande preocupação para os brasileiros. O conceito popular que permanece até hoje é o de ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral, mas é necessário relacioná-lo com os direitos humanos, pois a violência existe quando esses são violados. A violência doméstica, praticada por homens contra mulheres, tem lugar predominantemente no interior do domicílio, o que não impede que ela seja praticada fora. Segundo Saffioti (2004), a violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é sua rotinização, o que contribui, tremendamente, para

a codependência e o estabelecimento da relação fixada, fato que tipifica a problemática mencionada e traz à tona a importância de sua discussão. Nessa conjuntura, Bourdieu (2002) aponta que as diferenças sociais do masculino e do feminino, do dominador (homem) e do dominado (mulher) são expostas por meio de um princípio simbólico que é conhecido e reconhecido tanto pelo dominador quanto pelo dominado, a “violência simbólica”. Essa violência suave que chega a ser invisível a ponto de ser tratada como natural é tratada como imperceptível em vários aspectos. Em 11 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei nº. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que representa um marco institucional importante nesse caminho de combate à violência doméstica, pois a lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres, pretendendo que essa realidade se transforme e a mulher passe a ter instrumentos legais inibitórios para que não seja mais vítima de discriminação, de violência, de ofensas e de humilhação (BRASIL, 2006). Nesse ínterim, com o isolamento social, as sombras da dominação masculina e dos reflexos do patriarcado ficaram ainda mais evidentes, pois a mulher foi a primeira a ser atingida com o desemprego, ficou sobrecarregada com os cuidados dos filhos, adquiriu diversas funções que lhe foram repassadas ao longo do tempo sem que elas pudessem opinar. Com todos os reflexos e as consequências da pandemia dentro de casa, o ambiente se tornou cada vez mais propício a brigas e desentendimentos. Nesse contexto complexo e real, a mulher é vítima durante a pandemia e se encontra desamparada. Isso porque, por mais que existam campanhas e movimentos, a sua voz não é ouvida em um momento tão difícil. Mais uma vez, ser mulher implica coragem e força na história, mas deixa sua marca de ser esquecida e ter sua vida tratada de forma insignificante, além de ter seus direitos e dignidade violados. Os dados obtidos no banco de dados da Polícia Civil, no site da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, e em entrevista com a delegada, demonstram que houve uma redução aproximada de 35% em relação ao número de denúncias, em relação ao ano de 2019, antes da Pandemia, mas não aos casos de violência. Tais dados deixam claro que, na grande maioria das casas brasileiras, não existia estrutura suficiente para tal isolamento, seja pela necessidade de trabalhar externamente, pela convivência ou por diversos fatores observados, o que acabou tendo como consequência atritos, desenvolvimento de doenças psicológicas e intensificação de vícios. Assim sendo, como resultado, o presente trabalho apresenta que é imprescindível destacar a redução do número de violência contra a mulher no período, de 2019 para 2020, foram menos 32 denúncias, porém, conforme demonstrado, o que reduziu não foi a violência, e sim as denúncias. De acordo com a resposta obtida pela delegada e pela análise dos dados apurados, constata-se que a pandemia, no primeiro momento, fez com que os registros formais diminuíssem, em razão da vítima ter ficado mais tempo isolada com o agressor. A delegacia da mulher criou mecanismos para combater a violência doméstica, dentre eles o aplicativo MG Mulher, no qual a vítima cria sua rede de apoio e, no momento em que se sentir em risco, aciona o aplicativo e a pessoa vai receber o alerta para acionar a polícia, além da Delegacia Virtual, onde ela pode fazer o pedido de medidas protetivas pela internet. Apesar dessas medidas, a violência doméstica persiste, devendo, então, ser erradicada com vistas a diminuir, por completo, o sofrimento daquelas que são violentadas todos os dias.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 30 set. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 18 ed. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

SAFFIOTI, Heleitch I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Palavras-Chave. Violência doméstica. Pandemia. Lei Maria da Penha.

PROGRAMAÇÃO – 18/11 (quinta-feira)

09:00 – 09:15: Abertura do 7º Simdt

09:20 – 10:30: Conferência de abertura:

“Dizeres sobre políticas de línguas para a educação escolar indígena”

Profª. Dra. Amanda Maria Bicudo de Souza – IFSP

Mediador: Profº. Dr. Cássio José de Oliveira Silva

PLENÁRIA 1 – 10:30 às 12:30 (Mediadora: Profª. Dra. Rosimeire Apª. Soares Borges)

10:30	DA ESCURIDÃO PARA A LUZ: UM SONHO EM CONSTRUÇÃO	Ivaldir Donizetti das Chagas
10:50	APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: UMA CORRELAÇÃO ENTRE AUTOEFICÁCIA E MOTIVAÇÃO	Bárbara Simões Silva
11:10	O PODER DISCIPLINAR EM ESCOLAS E A SUA RELAÇÃO COM A ESCOLHA DEMOCRÁTICA DE GOVERNOS AUTORITÁRIOS	Lara Leal Félix Simões
11:30	PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO EM FLORES DA CUNHA/RS: O GRUPO ESCOLAR FREI CANECA (1925-1940)	Rafael de Souza Pinheiro
11:50	<i>Momento para discussão</i>	

PLENÁRIA 2 – 14:00 às 16:00 (Mediador: Profº. Dr. Ronaldo Júlio Baganha)

14:00	TECNOLOGIAS DIGITAIS(E)M PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: A PESQUISA-AÇÃO COLABORATIVA COMO ESTRATÉGIA DE AMPLIAÇÃO DE CONHECIMENTO	Gabriela Gomes Martins
14:20	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E DO CURRÍCULO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	José Ronildo Lopes Soares
14:40	USO DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NO ENSINO REMOTO EM PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19: ESTAVAM OS PROFESSORES PREPARADOS?	Laís Coutinho de Souza
15:00	TECNOLOGIAS DIGITAIS EM METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DOCENTE	Márcia Aparecida Caetano
15:20	<i>Momento para discussão</i>	

PLENÁRIA 3 – 16:30 às 18:30 (Mediador: Profº. Dr. Rogério Sáber)

16:30	CONHECENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM OUTRO OLHAR A PARTIR DAS (AUTO)BIOGRAFIAS	Tatiane Oliveira Santos Pereira Abreu
16:50	OS MODELOS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS LIMITAÇÕES: RESGATANDO UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Frida Leão Moura Brito
17:10	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE CAPACITAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRÊS CAPITAIS BRASILEIRAS	Flávia Cristina Rodrigues Paiva
17:30	POLÍTICAS PÚBLICAS E A SAÚDE DO HOMEM: A PROCURA E ADESAO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE PAIS E ALUNOS DO SESI DE UMA CIDADE PAULISTA	Gutemberg Adrian Oliveira
17:50	<i>Momento para discussão</i>	

PROGRAMAÇÃO – 19/11 (sexta-feira)

PLENÁRIA 4 – 08:00 às 10:00 (Mediadora: Profª. Dra. Joelma Pereira de Faria Nogueira)		
08:00	REPRESENTAÇÕES DOCENTES SOBRE A INTEGRAÇÃO DAS TDIC NAS AULAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 -	Ana Elisa Cunha Anderi Castilho
08:20	A ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	Poliana Apolinário
08:40	ENTRAVES SOCIAIS QUE AFETAM A ADOÇÃO TARDIA E O REFLEXO DA PANDEMIA COVID-19 NESSAS ADOÇÕES	Adelline Ramos
09:00	<i>Momento para discussão</i>	
PLENÁRIA 5 – 10:30 às 12:30 (Mediador: Profº. Dr. Rodrigo Rios Faria de Oliveira)		
10:30	O PROCESSO DE INDIVIDUAÇÃO: OS EFEITOS DO AMOR ROMÂNTICO NA PERMANÊNCIA DAS RELAÇÕES ESTÁVEIS	Maria Vitória Carvalho Tavares
10:50	REDES SOCIAIS E SUBJETIVIDADE: UMA ANÁLISE DA FERRAMENTA INSTAGRAM	Evelyn Kathrin S. Cypriano
11:10	NECROPOLÍTICA APLICADA À GUERRA ÀS DROGAS	Jennifer Fernanda R. da Silva
11:30	O PERCURSO DISCURSIVO SOBRE SÉRGIO MORO	Malu Mendes Pereira
11:50	<i>Momento para discussão</i>	
PLENÁRIA 6 – 14:00 às 16:00 (Mediadora: Profª. Dra. Paula Chiaretti)		
14:00	O QUE A DEPRESSÃO E O SUICÍDIO (C)FALAM ATRAVÉS DA PSICANÁLISE NA CANÇÃO "DESCONSTRUÇÃO" DE TIAGO IORC	Bruna Kitéria Moreira Paiva
14:20	ESTUDO DE CASO DE UM PACIENTE SOB A ÓTICA DA PSICANÁLISE	Gustavo Cassiano B. de Salles
14:40	POLITIZANDO A VIDA PRIVADA: A INFLUÊNCIA DAS OPRESSÕES SOCIAIS NA MANIFESTAÇÃO DO SUICÍDIO	Isadora Loyola Pinheiro
15:00	A CULTURA DO ESTUPRO FAVORECIDA PELA MÍDIA: UM ESTUDO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA	Giovana Braga Santos
15:20	<i>Momento para discussão</i>	
PLENÁRIA 7 – 16:30 às 18:30 (Mediadora: Profº. Dr. Atilio Catosso Salles)		
16:30	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA POR COVID-19	Anaelisa Aleixo, Lidiane Oliveira e Sandiele Mateus
16:50	O LUTO NEONATAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DO FILME PIECES OF A WOMAN	Mayara Fraga Marcantonio
17:10	LOLICON: A SEXUALIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM ANIMAÇÕES JAPONESAS	Giovanni Scarelli de Souza
17:30	DIREITO DE LAJE	Andrea Cristina S. de Paula
17:50	<i>Momento para discussão</i>	

19:00 – 20:00: Lançamento de livros

"(Só)riso? O Sorriso como discurso: pelo movimento do Gesto-Sentido" – Prof. Dr. Diego Pereira PPGEdUcs/Univás)

"Fotografia e sociedade: objetos-agências" – Prof. Dr. Rafael Simioni (PPGEduCS/Univás)